

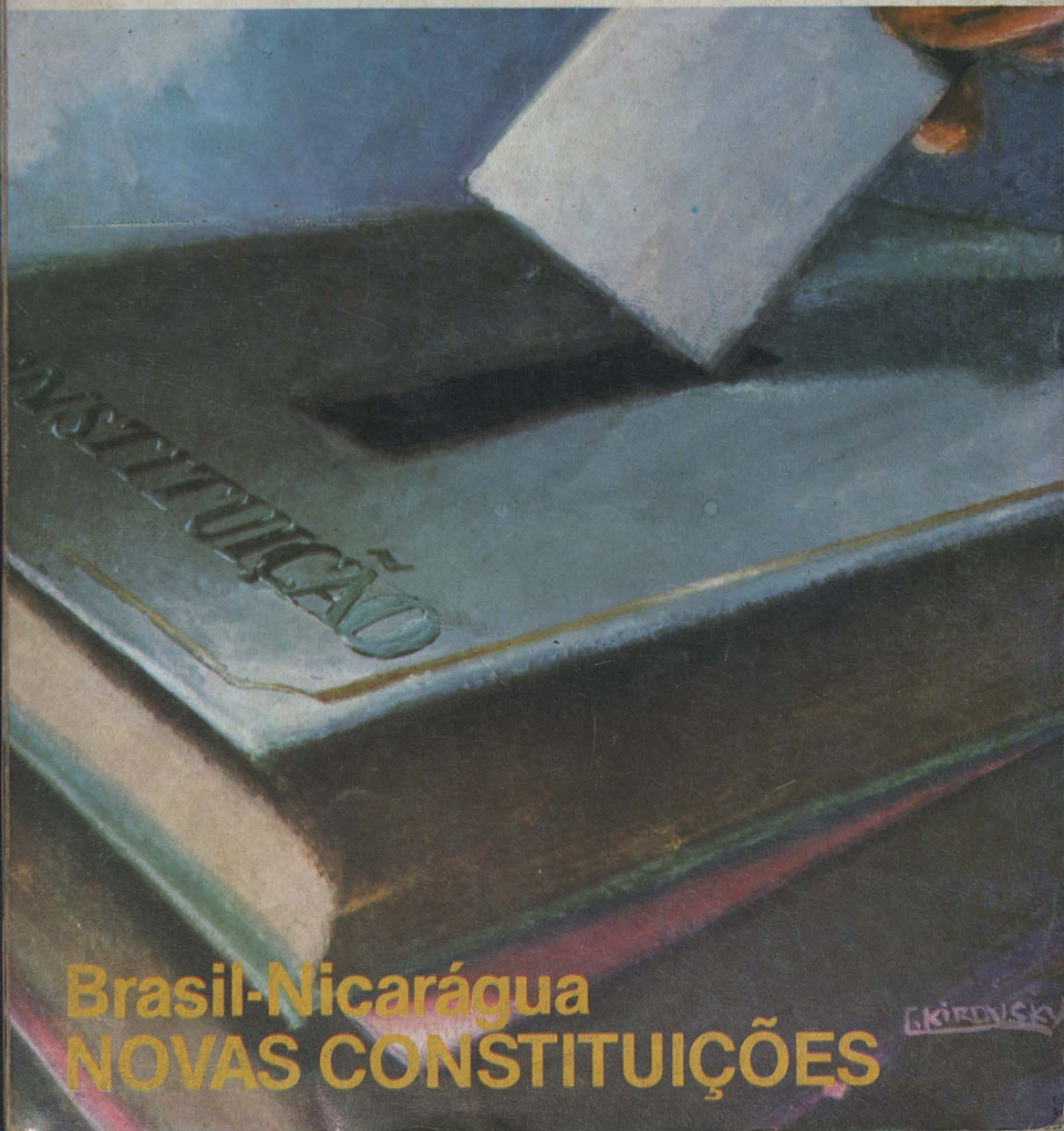
Manaus e Boa Vista - Cz\$ 19,50

cadernos do

terceiro mundo

Cz\$ 15,00 • Ano IX • Nº 95

**Moçambique:
o legado de Machel**



**Brasil-Nicarágua
NOVAS CONSTITUIÇÕES**

L. KORDYNSKY

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Av. Pedroso
de Moraes, 433 —
10º andar
C.P. nº 2635
São Paulo — SP
Tel.: 815-0688
Telex (011) 21405

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº/Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

Aquino, adeus!

Para nós, da equipe dos cadernos do terceiro mundo, o acidente que matou o presidente Samora Machel tirou também a vida de um colaborador da revista desde a sua fundação: Aquino de Bragança. Membro do nosso conselho editorial, Aquino era um dos primeiros incentivadores da experiência lançada há mais de dez anos, visando à criação de uma revista do Terceiro Mundo para o Terceiro Mundo. Tínhamos contado com o seu apoio e estímulo desde os primeiros momentos em que surgiu a possibilidade de lançarmos uma edição em língua portuguesa.

Ele era um dos mais criativos intelectuais de Moçambique, sua pátria adotiva, já que havia nascido em Goa (Índia) na época em que esta ainda fazia parte do império colonial português.

Polêmico e apaixonado, depois da independência de Moçambique, para a qual muito contribuiu a partir de sua trincheira de intelectual, Aquino de Bragança fundou o Centro de Estudos Africanos, na Universidade de

Maputo, que rapidamente se tornou um dos principais núcleos de pesquisa sócio-econômica sobre o regime do "apartheid" e a África Austral. Possivelmente os mais importantes estudos já realizados sobre o racismo sul-africano foram coordenados por Aquino, que assim passou a estar na mira dos "boers". Em 1982 uma carta-bomba endereçada a ele, acabou matando a sua secretária, a jornalista e militante sul-africana anti-racista Ruth First, que estava asilada em Moçambique com o seu marido, o dirigente do ANC, Joe Slovo. Naquela ocasião, Aquino tinha saído com vida, mas o fato de ter morrido em seu lugar a sua colaboradora e amiga o havia abalado muito. Finalmente, os racistas parecem ter conseguido o seu objetivo, se – como indicam as evidências que vão surgindo e os testemunhos dos sobreviventes – foram eles os responsáveis pela queda do avião que transportava o presidente de Moçambique e a sua comitiva. Mas, a luta de Aquino foi fecunda e continuará sendo, também, a nossa.

cadernos do
**terceiro
mundo**

**third
world**

cuadernos del
**tercer
mundo**

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Juan Somavía, Henry Peace García, Aquino de Bragança, Wilfred Burchett (1911-1983)

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim, Raul Gonçalves (Brasil), Roberto Bordini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques (Portugal), Cristina Canoura (Portugal).

REDAÇÃO CENTRAL – Rio de Janeiro

Departamento de Arte: Sonia Freitas (editora), Miguel Efe, Vanda Freitas, Pedro Toste, Reginaldo Caxias, Nadja Durand. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabeth Mesquita, Marco Antônio C. Santos, Eunice Senna, Leila Maria C. Pinto, Jozira Santos Lima, Isabel Falcão. **Composição:** João de Abreu, Luiz Correia, Carlos Rogério H. Silva. **Revisão:** Cléa Márcia Soares, Sandra Castello Branco. **Departamento Comercial:** Maria Neiva.

EDIÇÕES REGIONAIS

• Edições em Português

Brasil

Diretor: Neiva Moreira

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho – São Paulo; Clovis Sena – Brasília. **Circulação, Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes, Inácio dos Santos e Macário Costa.

Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória 122 / 105-106 – CEP 20241 Rio de Janeiro. RJ – Telef: 242-1957 – 222-1370 – Telex: 21-33054 CTMB-BR

Fotolito e Impressão: Ebanó Gráfica e Editora Ltda. – Rua Gal. Bruce, 799. Tel.: 580-7171.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Editor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10/1º – Lisboa – 1200 – Tel.: 32-06-50. Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edições em Espanhol

Rio da Prata-Cono Sur

Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso; **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U.S.A.; Avda. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel: 90-87-13-Montevideo, Uruguai. **Impressão:** Rosgal S/A, Gral. Urquiza 3090, Montevideo; **Distribuição no Uruguai:** Berriel e Martínez, Paraná 750 Esq. Ciudadela, Montevideo/Tel.: 90-51-55; **Distribuição na Argentina:** Kioskos, J. Di Pietro e Cia. Bolívar 529. Tel: 611-2801, Buenos Aires; **Livrarias:** Hugo Emilio Palacios – Los Patos 2420. Tel: 942-5788 Cod. 1284 – Capital Federal.

México, Caribe e América Central

Editor: Rubén Aguilar

Assinaturas: Berta Arrufe; **Distribuição:** Gustavo Leyva; **Correspondência:** Apartado Postal 20572, 01000, México, D.F. **Impressão:** Litográfica Cultural – Isabel la Católica, 922 México, D.F. **Editorial Periodistas del Tercer Mundo.** California 98A – Colonia Parque San Andrés, Coacacán. Telex: 689-17-40 – 04040 México, D.F.

• Edição em Inglês (bimestral)

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 105/106 – CEP 20241 – Rio de Janeiro, RJ.

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandro Adom/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/Cesar Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique).

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Angel Ruocco, Alberto B. Marantoni, Alice Nicolau, Ana María Urbina, Antônio Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailly, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gregorio Selser, Grívia Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Bottaro, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Montserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira, M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mario de Cautin, Mauricio Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mía Couto, Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez, Pablo Marfiez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casinader, Ricardo Soica, Rodolfo de Bonis, Rodrigo Jauberth, Roger Rummell, Theotônio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP(Angola), AIM(Moçambique), INA(Iraque), IPS(Inter Press Service), ALASEI(México), SALPRESS(EI Salvador), SHIHATA(Tanzânia), WAFA(Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas *Africa News*(Estados Unidos), *Nueva(Equador)*, *Novembro(Angola)*, *Tempo(Moçambique)*, *Altercom* (Ilet-México-Chile) e *Third World Network*(Malásia). Revista mensal nº 94 – Outubro 1986 – Preço de capa: Cz\$ 15,00. Números atrasados: ao preço do último exemplar.

Circulação em 70 países

Ilustração da capa: Carlos Kirovsky

Os direitos indígenas

Mais de 200 índios cinto-lar-ga, suruí, makurap, sakirap e gavião ocuparam recentemente a sede do Parque Indígena Aripuanã, como medida para obterem do governo federal, através da Funai e Ministério do Interior as seguintes reivindicações:

1 – a retirada dos invasores das áreas indígenas Aripuanã, Zoró, Sete de Setembro e Roosevelt;

2 – cerceamento do uso da estrada, que atravessa a área indígena zoró, por não-índios, que tem provocado o aumento de invasão da área;

3 – melhoria do atendimento de saúde aos grupos indígenas da região;

4 – imediata conclusão do processo administrativo de demarcação das áreas indígenas Aripuanã e Zoró, com sua demarcação e homologação pela Presidência da República;

5 – ida do presidente da Funai à área em que os índios estão reunidos para discutirem o encaminhamento da questão.

Somente o reassentamento de posseiros que ainda ocupam parte da área indígena, já demarcada em 1979, mas ainda não homologada, a implantação urgente da Reforma Agrária na região, a prisão e punição dos mandantes e assassinos destes crimes, poderão salvar este pequeno grupo indígena, um dos poucos sobreviventes do enorme massacre ocorrido no norte de Minas ao longo destes cinco séculos de presença invasora.

Secretaria Nacional do Cimi – Conselho Indigenista Missionário – Brasília – DF – Brasil.



Os verdadeiros terroristas

O presidente Ronald Reagan ao dar luz verde para o comandante da 6ª esquadra norte-americana estacionada no Mediterrâneo bombardear a Líbia, demonstrou ao mundo quem são os verdadeiros terroristas.

(...) Qual seria a reação do presidente norte-americano se uma potência nuclear como a URSS bombardeasse Israel e destruísse a residência oficial do Sr. Shimon Peres e no ato morressem um ou mais filhos do mesmo? Não seria de certo modo um ato de alegria, mesmo quando toda a comunidade internacional sabe que o Estado sionista é um Estado terrorista declarado.

Por que é que o sr. Reagan, se tem tanto ódio ao terrorismo, não combate os terroristas da Unita, os somozistas, entre outros? (...)

Henrique José Nunes da Mata – Luanda – Angola.

Retorno frustrado

Vivo na Europa há quase 20 anos, mas me considero latino-americano (nasci em Córdoba, República Argentina). Ultimamente, um dos problemas que mais me tem comovido é a volta a este continente de exilados que já tinham se despedido dos países que os tinham acolhido durante a ditadura. Agora regressam por motivos econômicos e em um estado depressivo que contagia todos nós.

cadernos do terceiro mundo poderia analisar este problema

1986 – Novembro – nº 95

e quem sabe, ao abordá-lo, não só explicar a seus leitores que a culpada desse fracasso é a política econômica dos novos governos, como também promover a iniciativa de organizar uma comissão multinacional (no sentido literal, de vários países) para analisar a possibilidade de criar um fundo para evitar que o novo exílio continue.

Juan José Morel – Paris – França.

O "pacote"

Quero de início parabenizar Carlos Castilho pela extraordinária reportagem feita sobre os últimos meses da política tomada pelo governo. ("O Pacote",

cadernos do terceiro mundo Nº 88).

De início a reportagem tratou de maneira correta a situação política, econômica e social. Fala também sobre "interesses" e "poderes" que a Rede Globo tem em dominar a população brasileira em suas reportagens, mas o povo brasileiro um pouco "leigo" não entende a verdadeira história, história essa que anuncia o lema "Tem que dar certo", mas não fala sobre a situação que o povo vem passando com o congelamento de todos os salários do país pela média das remunerações recebidas nos últimos seis meses.

Alessandro Pontes Cavalcanti – Campina Grande – PB – Brasil.

Intercâmbio

- **Lisdete Bustamante**
Rua Cariré, 135, Bloco 5, aptº 512 – Otávio Bonfim – Fortaleza – CE – CEP: 60000 – Brasil
- **Wagner Carrion Gomes**
Rua 57, 98, Central – Goiânia – GO – CEP: 74000 – Brasil
- **Eliseu Adalberto Gomes Dias**
C.P. 1294 – Benguela – Angola
- **Felisberto Almeida Ribeiro**
Posta Restante de Precol – C.T.T.A. – Luanda – Angola
- **Luwawa-Nzila**
C.P. 3534 – Luanda – Angola
- **Ana Maria Marques**
Cond. Itambé, bl. B-18/apt. 34 – Trindade – Florianópolis – SC – CEP: 88.000 – Brasil
- **João Baptista Lima Rodrigues**
C.P. 1306 – Luanda – Angola
- **Elaine Monteiro Maciel**
Av. Central, 977 – Conjunto 5º das Oliveiras – Bloco D, apt. 201 – Goiânia – Brasil

- **Fernando Magalhães**
C.P. 40017 – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20272 – Brasil
- **Caroll Colber de Lemos**
Av. Santañá 1027 – Agenor de Campos – Moncágua – SP – Brasil
- **Enoch Fonseca – Kim**
C.P. 708 – Tupã – SP – CEP: 17600 – Brasil
- **Aderaldo Pereira dos Santos**
Av. Mem de Sá, 208 – Fátima – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
- **Milker Fernando**
a/c João Antônio Teixeira – 2º Sector Avião dos C.T.T.A. – Estação Postal Central – Angola
- **Dimitri Paiva Neves**
Rua do Vale nº 16 – Q-10 Gleba "A" – Camaçari – BA – CEP: 42.800 – Brasil
- **Sergio Salvador Mejia Ramos**
Calle C.N.C. lote 172 L-C – Col. Lic. Javier Rojo Gómez – C.P. 42030 – Pachuca – Hidalgo – Mexico

terceiro mundo – 3

estante do terceiro mundo

O reembolso com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP:

☐

Não-assinante

☐

Assinante

Código	Quantidade

• Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

Data .../.../....

Estante válida exclusivamente para pedidos no período de circulação deste número.

Ass. do Comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 2 livros.
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "assinantes" em 3 livros ou mais.



NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS

A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de despossuídos. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.
E-73 Cz\$ 60,00



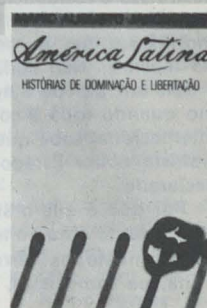
VIVER EM CUBA - Uma experiência inesquecível

O livro mostra aspectos do dia-a-dia da autora como participante de uma experiência singular durante 14 anos. Desperta a curiosidade de saber mais, de conhecer essa realidade, de debater sobre ela e de compará-la com a situação do nosso povo. Analisa a evolução do pensamento do homem comum, sujeito e objeto das mudanças que vão se dando. 100 pág.
E-68 Cz\$ 44,00



QUEM SABE, ENSINA: QUEM NÃO SABE, APRENDE: A EDUCAÇÃO EM CUBA

Cuba é um país que levou a sério a educação. Não basta ser a favor ou contra. É preciso uma análise concreta, objetiva. Foi o que fizeram os autores. Professores de diversas disciplinas, de forma desapaixonada, procuram nos mostrar o que viram, o que sentiram na teoria e na prática da educação cubana, sem mistificações.
E-72 Cz\$ 70,00



AMÉRICA LATINA: HISTÓRIAS DE DOMINAÇÃO E LIBERTAÇÃO

O livro é resultado de quatro meses de trabalho jornalístico em países latino-americanos, bem como análise da realidade brasileira. São fatos sobre um período histórico que estamos vivendo, e possivelmente viveremos com maior intensidade daqui para frente. 143 pág.
E-71 Cz\$ 50,00

6 Panorama Tricontinental _____

16 Editorial – O legado de Samora Machel _____

Último momento – Exclusivo _____

18 A morte de Samora Machel – Relatos de sobreviventes incriminam a África do Sul _____

24 Matéria de capa – Brasil-Nicaragua: Novas Constituições _____

26 Brasil: Os interesses em jogo no debate constitucional,
Víctor Bacchetta

33 “Caminhamos para um impasse”

40 Nicarágua: A revolução dos “cabildos”, *Miriam Goldenberg*

43 Sergio Ramírez: “O povo escreveu a Constituição”

45 O primeiro anteprojeto

América Latina _____

53 Colômbia: Nova central sindical unitária, *Guillermo Segovia Mora*

Mulher _____

57 O 6º Congresso da organização das mulheres africanas

Cultura _____

65 Um trabalhador da música popular, *Fabian Restivo*

Saúde _____

70 Um espinho cravado nas transnacionais

Ciência e Tecnologia _____

73 Controle de ervas daninhas com métodos naturais, *M. Iqbal Asaria*

76 Especial – Angola: A ofensiva diplomática, *Beatriz Bissio e Carlos Castilho, enviados especiais* _____

80 “Há grandes contradições na Unita”, entrevista com ministro da Defesa, coronel Pedro Maria Tonha

87 O intercâmbio Sul-Sul é imprescindível, entrevista com o ministro do Comércio Exterior, Ismael Martins

92 “Um direito conquistado com esforço”

96 Humor: Blanco _____



O funeral de Machel: acidente ou sabotagem?



Colômbia: os trabalhadores se unem



Guerra suja em Angola

NICARÁGUA

Hasenfus confirma responsabilidade dos EUA em ações clandestinas

□ A queda, em território nicaraguense, de um avião norte-americano carregado de equipamentos de guerra e tripulado por agentes da CIA, em outubro passado, reavivou na opinião pública internacional o temor de que os Estados Unidos estejam criando "um novo Vietnã" na região centro-americana. Enquanto isso, o governo sandinista decidiu realizar um julgamento público de Eugene Hasenfus, único sobrevivente da tripulação do avião, submetendo-o a um Tribunal Popular.

Pressionado pelo Congresso norte-americano, o presidente Ronald Reagan desmentiu qualquer vinculação do seu governo com as operações secretas na Nicarágua, mas o ex-pré-candidato presidencial e líder negro Jesse Jackson exigiu uma investigação do episódio, tendo o presidente do Comitê de Inteligência do Senado, Dave Durenberger, reivindicado ao Executivo que diga o que sabe "quanto mais cedo, melhor".

Por sua vez, Eugene Hasenfus confessou que tra-

balhava para a central norte-americana de inteligência, num programa para abastecimento dos "contras", centralizado na base salvadorenha de Ilopango e no aeroporto hondurenho de El Aguacate, em operações supervisionadas por Max Gómez e Ramón Medina, conhecidos agentes da CIA.

Essas revelações foram confirmadas pelo *New York Times*, com base em fontes salvadorenhas que "têm contato tanto com os agentes da CIA quanto com os homens que transportam os equipamentos. O jornal no-vaioquino ratificou a participação, nas operações, de Max Gómez, um cubano-norte-americano com uma extensa folha de serviço na Agência Central de Inteligência desde 1961, quando tomou parte na fracassada

invasão à Baía dos Porcos, em Cuba.

Segundo o *New York Times*, Gómez também é responsável pelo adestramento das forças helitransportadas da aviação salvadorenha para a luta contra a guerrilha da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), o que lhe valeu uma condecoração recente concedida pelo presidente Napoleón Duarte. O jornal acrescenta que o governo de El Salvador "está cansado de assumir a responsabilidade por atividades clandestinas devido a pressões da Casa Branca".

Das declarações de Hasenfus, depreende-se que o verdadeiro nome de Ramón Medina, o outro agente da CIA citado por ele, é Luis Posada, outro cubano-nor-



O piloto do avião norte-americano derrubado, Eugene Hasenfus, no momento em que era capturado pelas forças sandinistas

Panorama Tricontinental

te-americano, que participou do atentado terrorista que, há dez anos, provocou a morte de 73 passageiros de um avião da companhia "Cubana de Aviação". Fugido há alguns anos da prisão venezuelana onde cumpria pena pelo massacre aéreo, Posada foi designado pela CIA para ações terroristas na Nicarágua e em El Salvador.

Os documentos encontrados pelos sandinistas nos corpos dos norte-americanos mortos na ação, Wallace Sawyer e William Cooper, revelam que o primeiro atuava como assessor militar em El Salvador e o segundo era empregado da Southern Air Transport, uma companhia aérea de Miami vinculada à CIA.

Em Washington, John Buchanan, um importante analista do Centro para a Informação sobre Defesa, reconheceu a responsabilidade da Casa Branca na operação do avião derrubado e afirmou que "a CIA fez contatos de elementos 'contras' nicaraguenses com companhias criadas por ela ou com as quais têm ligações". Os comentários de Buchanan ratificam as declarações de Hasenfus, quando este afirma que trabalha em companhias aéreas da CIA desde 1965. "Ao utilizar empresas privadas - explica Buchanan -, a CIA não deixa rastros de sua intervenção".

1986 - Novembro - nº 95

COLÔMBIA

Encontro do governo com as Farc

□ A onda de assassinatos e atentados executados por grupos paramilitares contra membros da União Patriótica (UP), representante legal das Forças Armadas Revolucionárias da

Jiménez Obando, da União Patriótica, a 1º de setembro passado, o presidente Virgílio Barco recebeu no palácio do governo os principais dirigentes da UP, aos quais disse existir no país uma conspiração contra a paz e as instituições democráticas por parte de setores que, para isso "recorrem ao terror e à violência". Na ocasião, Barco fez um apelo para que o acordo fosse mantido.



Reunião da Comissão de Paz e o estado maior das Farc em La Uribe

Colômbia, não conseguiu fazer com que a trégua firmada entre o governo e as Farc fosse rompida. Entendimentos preliminares entre as duas partes abriram caminho, inclusive, para um possível encontro entre o delegado presidencial para a reconciliação, Carlos Ossa, e representantes do comando das Farc.

No mesmo dia do assassinato do senador Pedro Nel

De um quartel das Farc, Jacobo Arenas, dirigente da organização, disse que ela não permitirá que o processo de paz seja rompido e que continuará com seus entendimentos com o governo. Frisou que o movimento não se lançará a aventuras, apesar dos crimes cometidos contra membros da União Patriótica.

A reunião de Carlos Ossa
terceiro mundo - 7

com o estado maior das Farc ocorreria num acampamento da organização, em La Uribe, zona montanhosa situada a 100 quilômetros de Bogotá, e seria o primeiro desde a posse do presidente Virgilio Barco, a 7 de agosto passado. O delegado presidencial, Carlos Ossa, o dirigente máximo das Farc, Manuel Marulanda Vélez, ("Tirofijo") e Jacobo Arenas seriam os principais personagens dessas conversações.

Carlos Ossa e dirigentes das Farc já teriam mantido contatos pelo telefone vermelho, instalado entre o palácio do governo e a "Casa Verde", no acampamento de La Uribe. As informações sobre o encontro do governo com as Farc surgem quando se denuncia no país a existência do "baile vermelho", plano preparado por grupos paramilitares de direita para "eliminar fisicamente membros da União Patriótica".

Braulio Herrera, membro da Coordenação Nacional da UP, apontou o ex-ministro da Defesa Fernando Landa-zábal Reyes como um dos mentores do plano de aniquilamento dos membros da UP, com o objetivo de pôr fim à trégua firmada. Denunciou também que membros das forças armadas estão participando dos grupos paramilitares.

MÉXICO

Condenação do protecionismo norte-americano

□ O imposto às importações de petróleo aprovado recentemente pelo Congresso dos Estados Unidos desencadeou uma onda de reações no México, onde empresários e parlamentares de todas as correntes condenaram duramente a medida, reforçando o protesto que havia sido formulado pelo governo mexicano.

O diretor da empresa estatal petrolífera mexicana, Pemex, Mario Ramón Betea, manifestou sua expectativa de que o presidente Ronald Reagan revogue a medida. Menos otimista, o vice-presidente da Câmara Nacional da indústria de Transformação, Roberto Sánchez de la Vara, chegou a questionar a viabilidade do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt). Segundo Sánchez de la Vara, a vigência ou não do imposto "demonstrará se esse organismo serve para alguma coisa ou se é obsoleto". "Veremos como funciona com o membro número 92", acrescentou o líder empresarial, aludindo ao recente ingresso

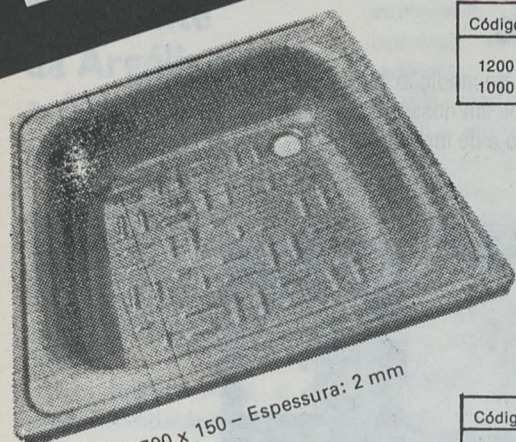
do México nesse organismo multilateral.

No Parlamento, os senadores situacionistas Faustino Alva Zavala e Rafael Cervantes aderiram ao protesto do governo, qualificando a medida norte-americana como "protecionista" e "discriminatória". Legisladores da oposição, por sua vez, afirmaram que o México está sendo vítima de "chantagem" e "agressão" por parte dos Estados Unidos. O porta-voz do Partido Socialista Unificado do México declarou que apesar do ônus ser pequeno, representa 80 mil dólares diários (30 milhões por ano).

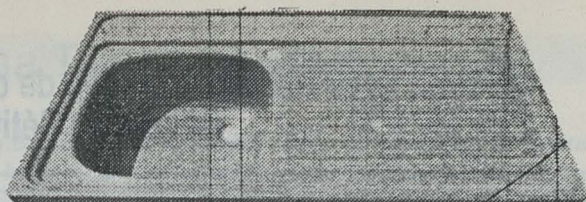
O protesto oficial do governo do México para com a Casa Branca, firmado pelo secretário de Comércio e Incentivo Industrial, Héctor Hernández Fernández, qualificava a decisão do Congresso norte-americano como "discriminatória", "atentatória" aos princípios do Gatt e que "contraria" o espírito de compreensão sustentado na última reunião entre os presidentes Miguel de la Madrid e Ronald Reagan em Washington, em agosto passado.

Além do México, os governos da Venezuela, Canadá e Grã-Bretanha, importantes fornecedores de crude aos Estados Unidos, também fizeram chegar seus protestos à Casa Branca.

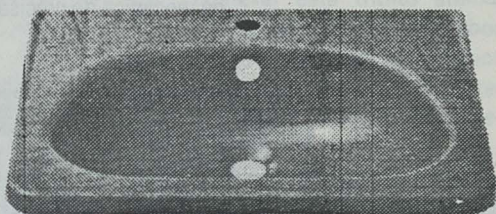
EXPORTAÇÃO



Dimensões: 700 x 150 – Espessura: 2 mm

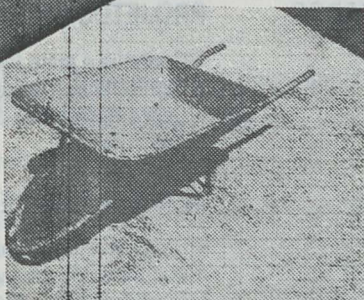
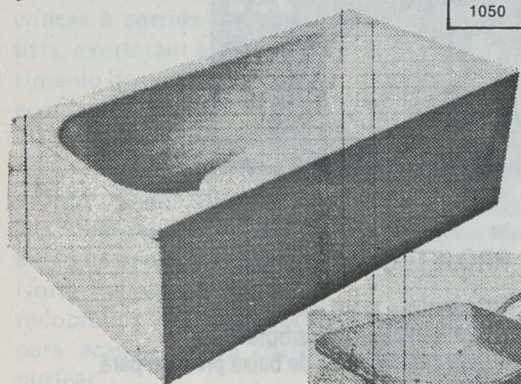


Código	Largura	Comprimento	Profundidade	Espessura
1200	mm	mm	mm	mm
1000	1200	600	370x370x170	1.25
	1000	600	370x370x170	1.25



Dimensões: 600 x 485 – Espessura: 1,25 mm

Código	Largura	Comprimento	Profundidade	Espessura
	mm	mm	mm	mm
1600	1600	600	700	2
1400	1400	700	400	2
1050	1050	700	400	2



Todos esses artigos
podem ser entregues
nas seguintes cores:
branco, azul, marrom,
rosa, verde.

- Calefação
- Radiadores de gás
- Radiadores de calefação central
- Artigos de mercúrio
- Dobradiças universais
- Dobradiças simples

CAPACIDADE:
Água: 65 litros
Terra: 85 litros
Rodas diâmetro: 400 mm

PROMETAL

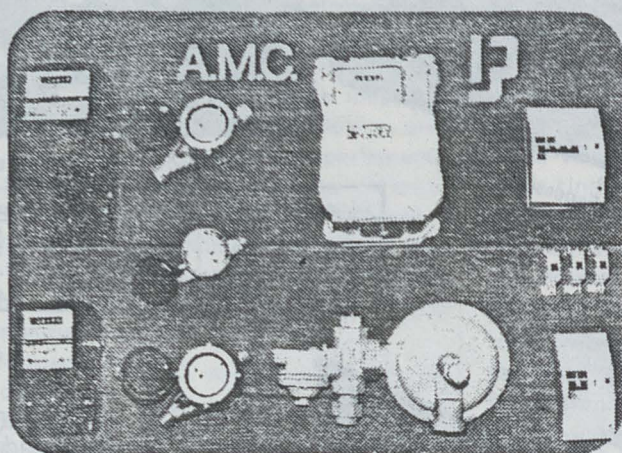
Empresa Nacional de Produtos Metálicos Utilitários

Sede Social: D.G: B.P. 25 — El-Harrach — ARGELIA Cuatro caminos de Meftah — Oued Smar Direcciones Centrales

A. M. C. Empresa de fabricação de contadores EL-EULMA (Wilaya de Sétif)

RAMO:

Produção e comercialização de aparelhos de medição, regulação e de proteção.
Esses produtos são desenvolvidos em nossos departamentos
de mecânica de precisão e de instrumentos.



GAMA DE PRODUTOS FABRICADOS

- Contadores elétricos monofásicos e trifásicos
- Contadores de água

TNRE 0 15/21 (3 M/H) jato único
SNR 0 15/21 (3 M/H) jato múltiplo
SNR 0 20/27 (5 M/H) jato múltiplo

- Contadores de gás natural AC 5 M
- Reguladores de gás natural 1893 B
- Disjuntores
- Unipolares 10 A, 15 A, 20 A
- Diferenciais bipolares 20 A e 32 A (300 MA)
- Diferenciais tetrapolares 20 A e 32 A (300 MA)

PROJETOS EM CURSO:

- Contatos e relés térmicos
- Distribuidores de carburante
- Descompressores de baixa pressão para gás butano

PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

- Relojoaria industrial e doméstica
- Instrumentos para veículos
- Componentes e aparelhos óticos
- Instrumentos em geral e aparelhos de medida
- Empresa Nacional de Aparelhos de Medida e de Controle
- B. P. 02 Route de Batna - EL-EULMA - Argélia

Empresa Nacional de Aparelhos de Medida e de Controle

B. P. 02 Route de Batna - EL-EULMA - tel.: 85.85.95 — Telex: DG: 86843 DZ UC: 86901 AMC UC/DZ

Panorama Tricontinental

COMÉRCIO INTERCÂMBIO SUL-SUL

Presidente da Argélia visita a América Latina

□ A fim de estreitar os laços políticos e comerciais do seu país com a América Latina, o presidente da Argélia, Bendjedid Chadli, visitou a Argentina, Uruguai e Brasil em outubro passado.

Em Buenos Aires, o primeiro mandatário argelino e o presidente Raúl Alfonsín foram coincidentes em suas críticas à corrida armamentista, exortaram ao estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial e repudiaram o regime racista da África do Sul, o *apartheid*. Na ocasião, Chadli afirmou que "as ameaças resultantes do antagonismo Leste-Oeste e Norte-Sul exigem esforços redobrados e imaginação para acabar com a corrida nuclear".

Em Brasília, o presidente argelino comprometeu-se com o seu colega José Sarney a comprar serviços brasileiros com as divisas geradas pela venda de gás natural ao Brasil. Esse tipo de intercâmbio interessa à Argélia porque lhe permite obter tecnologia brasileira para a sua indústria.

Ainda falta decidir a quantidade de gás argelino

que o Brasil deverá adquirir, mas fontes da chancelaria afirmam que, além das vantagens econômicas, a operação deverá render dividendos políticos para o Brasil, que está buscando ampliar sua cooperação com países em desenvolvimento para estender sua influência no Terceiro Mundo.

Bendjedid e Sarney expressaram sua intenção de

que o comércio bilateral passe dos atuais 300 milhões de dólares para cerca de três bilhões, em curto prazo. Para o chanceler argelino, Ahmed Ibrahim, a meta é alcançável: "A cooperação bilateral está muito abaixo das possibilidades de ambos os países; não é utópico pensar-se em multiplicar por dez as cifras atuais", declarou.

Antônio Marques



O presidente argelino, Bendjedid Chadli, em visita ao Brasil

Etiópia: criação de novas aldeias

Mais de dois milhões de camponeses de Harerge, a maior região administrativa da Etiópia, mudaram este ano para novas residências. É o resultado do programa de unificação de pequenas economias isoladas em grandes povoados modernos.

O programa visa a ace-

lerar a reconstrução sócio-econômica das regiões agrárias e melhorar as condições de vida dos camponeses (mais de 90% da população) das províncias devastadas pela seca e pela fome.

Paralelamente às novas habitações, nas aldeias estão sendo construídas escolas e clínicas no âmbito de um programa que pretende transferir para esses centros rurais cerca de 30 milhões de pessoas.



EMPRESA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE ARRUELAS, CUTELARIA E HIDRÁULICA

Somos o seu sócio industrial e comercial no que se refere a

- **Porcas e parafusos**
- **Hidráulica: sanitária
construção**
- **Condutores: calefação
gás**
- **Cutelaria**
- **Gesso**
- **Cerâmica**
- **Esmaltados**

Em três qualidades:

- **Econômica**
- **Ourivesaria**
- **Prata**

Troféus ganhos:

- **Medalha de ouro na exposição específica de Moscou, 1986**
- **Prêmio na 3.ª feira da produção nacional de Argel, 1986**

Entre os clientes da B.C.R. estão a República
Federal Alemã, Japão, a República Democrática
da Alemanha e Líbia

B.C.R. é garantia de qualidade

**CONSULTE-NOS.
ENCONTRAREMOS A SOLUÇÃO**

B.C.R. - B.P. Setif (Argélia)

Tels.: 85.63.78 e 85.32.27 Telex: MK 86.966

Panorama Tricontinental

ÁFRICA AUSTRAL

Linha de Frente fecha o cerco

□ A mini-reunião de cúpula realizada na Zâmbia no dia 19 de outubro passado entre os presidentes de Angola, Moçambique, Zâmbia e Zaire deixou claro que os países membros da Linha de Frente (da qual o Zaire não faz parte) estão decididos a fechar o cerco político, econômico e militar sobre os governos da África Austral que mantenham relações com a África do Sul ou sirvam de base para ações militares organizadas pelo *apartheid*, usando grupos fantoches.

A reunião na Zâmbia aconteceu uma semana depois de um encontro preliminar em Maputo e que teve como principal objetivo analisar o envolvimento do Malaui no apoio aos terroristas da Renamo. A presença do presidente do Zaire no encontro na Zâmbia indica que foi discutida a questão do uso do território zaireense para o transporte de armas destinadas a grupos armados da Unita (que, como a Renamo, é apoiada pela África do Sul). A questão do Malaui já havia sido discutida no começo de setembro passado entre o falecido presidente moçambicano Samora Machel e seu colega

Hastings Banda, do Malaui, num encontro do qual participaram também o primeiro-ministro zimbabueano, Robert Mugabe, e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, realizado em Maputo, a capital



Banda: apoio à Renamo

moçambicana.

Na ocasião, os três líderes da Linha de Frente reclamaram de Banda a desativação das bases da Renamo instaladas no Malaui. O encontro, no entanto, resultou infrutífero, já que o governo da Frelimo continuou a registrar infiltrações em larga escala dos grupos contrarrevolucionários a partir da fronteira malauiana.

Os países da Linha de Frente deram mostras de estarem decididos a adotar medidas contra o Malaui. Enquanto aumentavam as possibilidades das autoridades de Maputo concretiza-

rem a ameaça feita em setembro passado de fechar a rota que liga o Zimbábue ao Malaui através da província moçambicana de Tete (única saída comercial daquele país), Kenneth Kaunda declarou à imprensa que "sempre tratamos (a questão) com uma linguagem de paz, mas isso não nos levou a nada...".

O comunicado tirado da reunião de emergência de Maputo acusava o regime de Lilongwe de desempenhar um papel direto na "campanha terrorista" contra Moçambique. O documento fazia um apelo à comunidade internacional para que usasse "todos os meios possíveis para bloquear a corrida sul-africana para uma guerra generalizada" no sul do continente e criticava "certos países ocidentais", que apóiam os bandos armados da Renamo a serviço da África do Sul.

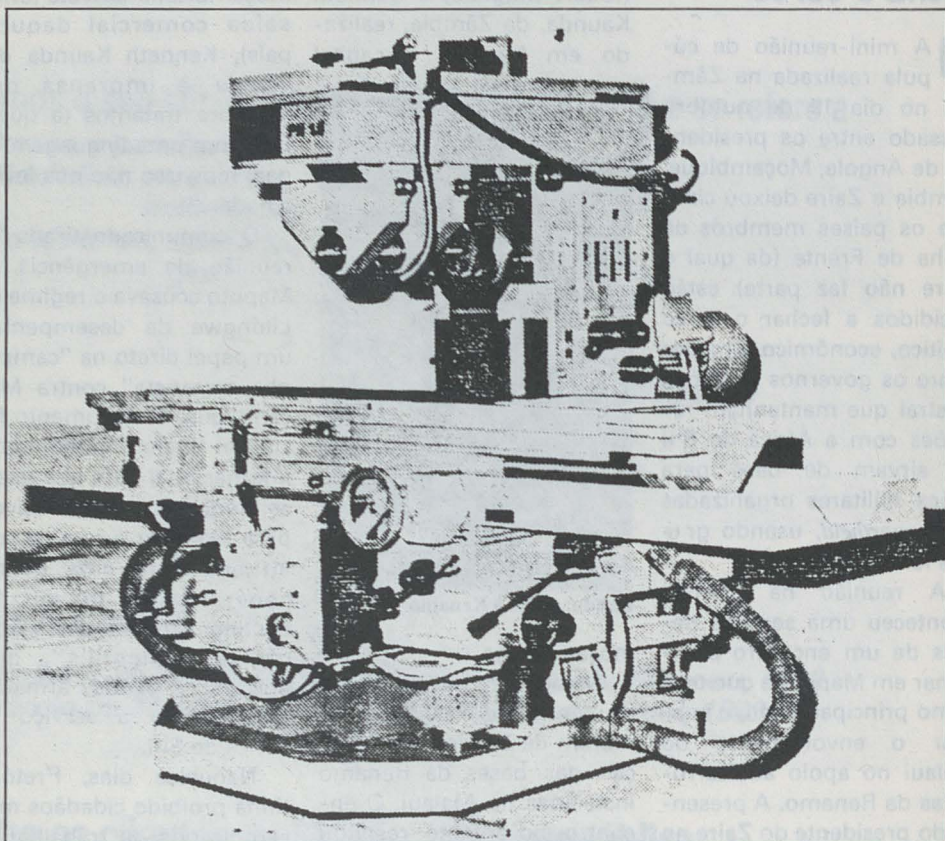
Naqueles dias, Pretória tinha proibido cidadãos moçambicanos de trabalharem nas minas e plantações da África do Sul.

Pouco depois, acontecia o "acidente" com o avião presidencial moçambicano que vitimou o presidente Samora Machel e várias figuras de destaque do seu governo. A partir de então, o clima na África Austral ficou tenso e, nos meios diplomáticos, tem-se uma escalada de consequências imprevisíveis.

terceiro mundo - 13

Quaisquer que sejam seus desejos em máquinas-ferramentas, PMO lhe oferece a competência de seu pessoal e a eficiência de seus produtos.

PMO: máquinas-ferramentas das mais altas condições técnicas para um trabalho perfeito.



Produz desde 1976:

- | | |
|--------------|--------------------|
| — Fresadoras | — Tornos paralelos |
| — Taladros | — Tornos polidores |
| — Afiadoras | — Pedras de afiar |

EMPRESA NACIONAL ARGELINA DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS

Escritórios e fábrica:

B.P. 159 Oved - Hamimine - Constantine - Argélia

Tels.: 93.29.16 - 93.39.18 e 93.90.30/36

Telex: 92.877 e 92.840



Panorama Tricontinental

INDONÉSIA

Suharto abocanha monopólio

□ A maior empresa de Timor-Leste, a P.T. Demok, que domina o monopólio do café, do *camí* (nozes), da copra e da madeira de sândalo é propriedade do presidente da Indonésia, general Suharto, denuncia um comunicado assinado pelo representante da Fretilin em Darwin, Austrália, Ágio Pereira. São ainda patrimônio do presidente indonésio, a fábrica de perfume de sândalo em Becora e companhia de *import-export* San Taitto.

O comunicado da Fretilin revela ainda que a maior empresa de construção civil timorense pertence ao general Benny Murdani, chefe do estado-maior das forças armadas indonésias e comandante dos contingentes que invadiram a antiga colônia portuguesa, em dezembro de 1975.

"Todos os cantos da cidade de Díli, até mesmo o mercado municipal, foram objeto da gula indonésia", afirma o representante da organização nacionalista timorense. E acrescenta: "A situação do povo maubere na cidade é sufocante e as suas possibilidades de emprego limitam-se aos *koll* (mão-de-obra barata) que



O presidente Suharto

trabalham no porto de Díli".

O documento adianta que a produção hortícola é praticamente inexistente e qualquer timorense que queira concorrer a um emprego tem de pagar o inevitável *oan roko* (suborno) para conseguí-lo.

A Fretilin denuncia igualmente o fato de o atual governador militar de Timor-Leste, coronel Yunus, ter sido o responsável direto pelo assassinato, em dezembro de 1975, de cinco jornalistas australianos. A revelação do nome do coronel Yunus, como principal mandante do massacre dos jornalistas australianos, surge no momento em que o repórter australiano Tony Maniaty apresentou o seu livro "As crianças têm de dançar" onde aquele acontecimento é relatado. Até agora não é conhecida nenhuma reação de protesto

do governo de Camberra pela nomeação do coronel Yunus.

No seu extenso comunicado, o representante da Fretilin declara que esse oficial indonésio comandava em 1975 uma companhia do batalhão 502, na zona fronteiriça de Batugadé, onde ordenou a captura e posteriormente a execução, em dezembro de 1975, dos cinco jornalistas australianos. Antes de chegar à chefia militar do território maubere ocupado, o coronel frequentou uma academia do exército norte-americano, após o quê foi promovido a comandante das Kopasanda "boinas-vermelhas" indonésias.

No seu livro, Tony Maniaty afirma que a morte dos seus cinco compatriotas foi um ato "premeditado, para evitar que fosse denunciado o que se passava no território. Eles foram mortos pelas balas do exército regular indonésio durante a invasão", afirma Maniaty, que foi o enviado da cadeia de televisão australiana ABC a Díli.

Dias depois da divulgação do comunicado da Fretilin que citamos, Ágio Pereira apresentou à imprensa uma lista com a identificação de 42 nacionalistas mauberes detidos na prisão de Plaza Mingu, em Cipinang, onde está situado o quartel-general dos serviços secretos da Indonésia (Intel-Bakin).

O legado de Samora Machel

Beatriz Bissio

Existem pessoas que nos impressionam por sua inteligência, outras por sua simpatia, outras por sua sensibilidade humana. Samora Machel reunia todas essas qualidades, que fizeram desse filho de uma família humilde de moçambicanos negros o líder carismático que dirigiu os anos decisivos da guerra de libertação e o primeiro decênio de vida independente, quando os desafios eram talvez maiores ainda do que durante a luta anticolonialista. Não é necessário entrar em discussões semânticas sobre o papel do dirigente na História para justificar o poder de sua figura carismática, capaz de galvanizar o povo em favor dos ideais do socialismo em meio a uma realidade dramática de morte e fome, causadas pela ação desestabilizadora do regime sul-africano e pelas calamidades naturais que assolaram Moçambique nos últimos anos.

Samora Machel entrará para a História ligado indissolavelmente à epopéia libertária do seu povo, da mesma forma que Ho Chi Minh não seria Ho Chi Minh sem a experiência comovente do povo vietnamita no seu confronto desigual com o poderio bélico norte-americano, ou como Fidel Castro ficará vinculado para sempre à proeza de ter feito de uma pequena ilha situada nas ventos do Tio Sam o primeiro país socialista de nossa sofrida América Latina.

Não tinha poses de grande estadista nem arrogância. Ao contrário, o primeiro impacto que causava era por causa de sua simplicidade, virtude característica dos mais

privilegiados. E pelo grande senso de humor. Lembro que a primeira vez que o entrevistamos, juntamente com Neiva Moreira, em 1975, logo depois da independência, antes de responder a nossas perguntas, quis saber as impressões de dois jornalistas latino-americanos diante dos primeiros passos de vida independente do seu país. "Vimos o povo alegre – comentou Neiva – menos uma senhora portuguesa de Nampula (uma cidade ao norte do país), que se queixava da proibição por parte da Frelimo do uso de veículos puxados por gente, os riquixás, a principal atração da ilha de Moçambique".

"Essa senhora lhes deu má informação. O que proibimos foi que os moçambicanos continuassem puxando esses carros. Mas se existem portugueses que desejem fazê-lo, os carros estão aí, ninguém os proíbe...", foi a criativa resposta do presidente.

Uma entrevista com Samora Machel era um prazer muito particular. Por um lado, porque ele costumava assumir o papel do jornalista, bombardeando-lhe de perguntas. Era esse mesmo estilo que o levava a fazer visitas periódicas às diferentes organizações do Estado ou a supervisionar diretamente os detalhes que lhe interessavam de determinados projetos ou orientações.

Samora Machel não gostava de formar opinião através de terceiros, queria ter a sua, a partir de suas próprias fontes. Assim, nós (não sei se faria a mesma coisa com outros jornalistas, mas invariavelmente fazia conosco quando o visitávamos) passamos a

ser, também, suas fontes ocasionais de informação sobre o andamento do seu país, com a ótica de quem chega de fora. E com a honestidade que ele sempre exigiu de nossas respostas, ele dava as suas.

Mas, fundamentalmente, uma entrevista com o presidente de Moçambique era sempre uma oportunidade para apreciar sua agilidade mental, o imprevisível de suas análises, sempre carregadas de uma sabedoria fundada em dois sólidos pilares: a experiência e a intuição. Em termos pessoais, um dos assuntos que conversamos com Samora Machel e que mais me ficou gravado na memória, pela lição que recebi nas suas respostas, foi o problema da prova permanente a que estão submetidos os grandes revolucionários, de não cair na tentação de sentir que sua missão já está cumprida com o que foi feito no passado e permitir-se um relaxamento na severidade que deve nortear sua conduta.

Uma das nossas visitas a Moçambique coincidiu com um episódio traumatizante para os militantes da Frelimo, que foi a expulsão do partido e a destituição de suas funções como governador da província de Maputo de um herói da luta de libertação, Pedro Juma. Na sua declaração, o partido informava que "a cidade e o conforto" tinham engolido esse e outros grandes militantes do passado, que tinham cedido na sua moral revolucionária. Naturalmente, o assunto aflorou em nossa conversa com Samora Machel.

"Estávamos preparados", disse-nos, sem esconder a tristeza pelo afastamento daquele companheiro de luta. "Sabíamos que alguns daqueles que tinham sido grandes heróis e que não foram atingidos pelas balas do inimigo na selva, cairiam com

as balas açucaradas da cidade. É um fenômeno da revolução. E precisa de um tratamento correto."

Que tratamento era esse? Mandar aquele dirigente ou militante de volta às suas origens. Tornar a conviver, em liberdade, com as populações camponesas das províncias do interior, de preferência no norte do país, quer dizer, no próprio cenário da guerra contra o colonialismo português. Para não esquecer que aquele povo sofrido não tinha mudado significativamente seu nível de vida, simplesmente pelo fato de agora pertencer a um país independente. Ainda havia muito a fazer, antes de se entregar às delícias de uma sociedade de consumo que só estava ao alcance de uma elite privilegiada em Maputo, muito distante dos padrões de vida da grande massa explorada, aquela mesma massa que com seu esforço e heroísmo anônimo tinha tornado possível, sob a direção e a vanguarda da Frelimo, a liberdade do presente.

Não foi esse o único episódio que mostrou a grandeza de Samora. Novos desafios exigiram da Frelimo e do seu líder a audácia dos primeiros tempos, quando sonhar com um Moçambique independente parecia tão temerário quanto querer alcançar a Lua com as mãos.

O colonialismo tinha sido derrotado no campo de batalha, mas a nível ideológico, na estrutura do aparelho do Estado, em algumas camadas da população, seus estragos ainda estavam presentes. Não se forjam revolucionários da noite para o dia. A Frelimo declarava assim uma nova guerra contra essa mentalidade moldada durante anos pelo poder colonial: o burocratismo, o servilismo, o individualismo. "Não

queremos resolver nossos problemas econômicos por meio de *slogans*, por meio de comícios. Temos que fazer o povo produzir. É essa a forma correta de solucionar nossos problemas", foi a colocação de Samora Machel.

E quando foi atacado por ter permitido que alguns aspectos secundários da economia, como a venda a varejo, ficassem com pequenos comerciantes, Samora foi drástico: Moçambique tinha estatizado toda a economia por força das circunstâncias, porque aqueles que tudo tinham, os colonos portugueses, tinham fugido em debandada. "Dizem que estamos fazendo revisionismo? O que estamos fazendo é instigar a luta de classes para liquidar com a exploração. O marxismo-leninismo defende na sua essência que, primeiro, cada um receba de acordo com o seu trabalho e, depois, cada um segundo as suas necessidades. O marxismo-leninismo também não promove os preguiçosos, os parasitas. Somos contra o parasitismo. O marxismo-leninismo não se ocupa com a venda de agulhas ou tomates, preocupa-se com a irrigação, com as represas, com a industrialização. Temos que organizar de tal forma nossa sociedade que não haja exploração nem especulação". Seu passo mais arriscado foi, sem dúvida, o último: aquele que marcou as relações internacionais e sua posição diante da agressão do regime sul-africano.

Convencido de que a guerra de desgaste que o regime de Pretória estava promovendo contra Moçambique ao armar e subvencionar o grupo contra-revolucionário Renamo e que as próprias agressões diretas da África do Sul deviam ser enfrentadas não apenas no campo de batalha como também no plano

diplomático, em 1984 Samora Machel viaja para a localidade sul-africana de Nkomati, na fronteira com Moçambique, para reunir-se com o presidente Botha e assinar um acordo de não-agressão.

Mesmo para seu velho amigo e sólido suporte dos primeiros anos da luta contra os portugueses, o presidente tanzaniano Julius Nyerere, esse passo de Samora Machel foi difícil de entender. Samora não teria ido muito longe?

São justamente essas iniciativas que implicam muita confiança na capacidade pessoal de convencer o povo a aceitá-las, embora custe, que põem à prova os grandes líderes. Só eles são capazes de impulsioná-las, sem se distanciar nem perder apoio da massa. Samora, com os tratados de Nkomati, ganhou tempo, e talvez fosse a única coisa que desejava, sem falsas ilusões sobre o que esperar de interlocutores que só jogam com cartas marcadas.

Samora não estava errado. Porque Moçambique mostrou claramente ao mundo quem são os agressores e assassinos. O avião Tupolev, ao cair em território sul-africano e tirar a vida do presidente Samora Machel, de seus ministros, assessores e acompanhantes, é uma prova que incriminará ainda mais os governantes racistas de Pretória.

A etapa que agora se inicia em Moçambique seria a única em que a figura de Samora não podia faltar. Mas, apesar de sua perspicácia e sua capacidade intuitiva não estarem mais presentes para dirimir as dúvidas, fica seu exemplo, que a cada dia se tornará mais nítido e será fonte de inspiração para aqueles que agora têm o destino de Moçambique em suas mãos.

Moçambique:

Relatos de sobreviventes incriminam a África do Sul

A morte do presidente Machel

EXCLUSIVO
ÚLTIMO MOMENTO

A chuva fina que em 28 de outubro passou a acompanhar o cortejo fúnebre que transportava os restos mortais do presidente Samora Machel até o monumento aos heróis nacionais, onde foi sepultado, foi interpretada pelo povo moçambicano como um bom augúrio. A tradição das culturas nacionais do país interpreta a chuva quando morre um chefe, como a prova de que ele foi acolhido e bendito pelas divindades. Essa mesma chuva fina tinha caído durante a festa da independência, a 24 de junho de 1975, e os moçambicanos também tinham interpretado como um bom presságio.

Mas essa chuvinha de tanto significado não trouxe consolo a um povo que se lançou às ruas para se despedir do seu líder máximo com uma dor misturada com sentimentos de indignação e impotência, diante das numerosas evidências de que a morte de Samora Machel não tinha sido uma armadilha do destino e sim a consequência de uma ação premeditada de sabotagem.

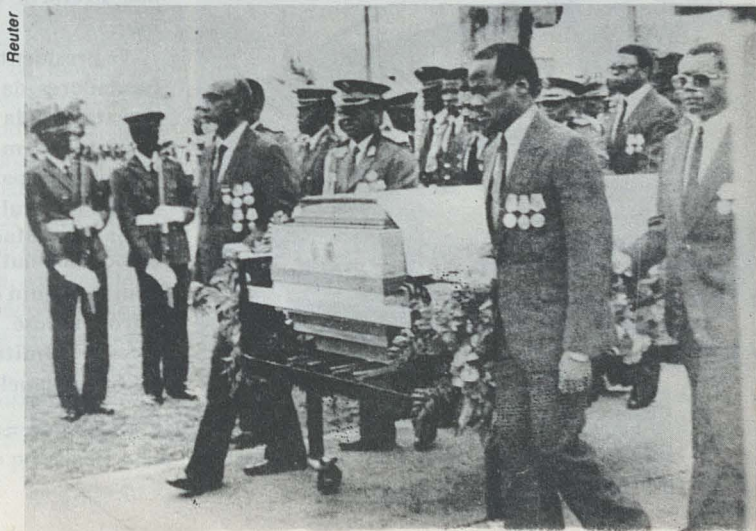
Os fatos

No domingo, 19 de outubro, à noite, o presidente Samora Machel e sua comitiva voltavam a Maputo depois de uma reunião de alto nível e de caráter urgente realizada em Mbala, às margens do lago Tanganica, em território zambiano. Também tinham participado da reunião, os presidentes

Kenneth Kaunda, da Zâmbia (país anfitrião), Mobutu Sese Seko, do Zaire, José Eduardo dos Santos, de Angola, e o próprio Machel. O assunto em pauta era a escalada militar do regime de Pretória contra os países independentes da África Austral e a crescente atividade desenvolvida pela Unita e pela Renamo, em Angola e Moçambique, respectivamente. Tratava-se de tomar medidas para enfrentar a agressão, unificando os esforços tanto a nível militar quanto político e diplomático.

O avião Tupolev fez contato com a torre de controle do aeroporto Mavalane, de Maputo, anunciando que aterrissaria em cinco minutos. Nada mais se soube dele, até que no dia seguinte, quando já eram seis e cinquenta da manhã, o governo sul-africano confirmou oficialmente às autoridades moçambicanas que os destroços do avião tinham sido encontrados em Mhuzime, a

O primeiro escalão do Partido Frelimo conduz os restos mortais de Machel



Samora Machel

☐ Samora Moisés Machel nasceu em Chilembene, na província de Gaza, a 29 de setembro de 1933. Fez seus estudos primários numa escola missionária na sua província natal. Mais tarde, enquanto cursava o secundário à noite, empregou-se como enfermeiro no Hospital Central de Maputo (que então se chamava Lourenço Marques).

Desde muito jovem se envolveu em atividades políticas clandestinas contra o regime colonial. Imediatamente depois da criação da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), em 1962, Samora Machel saiu do país e aderiu ao novo movimento, depois de escapar dos serviços de segurança portugueses e sul-africanos.

Samora Machel fez parte do primeiro grupo de guerrilheiros que recebeu treinamento militar na Argélia, em 1963. Posteriormente, foi designado primeiro comandante dos campos de treinamento político-militar de Kongwa e Nachingwea, na Tanzânia. Mais tarde, liderou as frentes de guerra em Niassa e Cabo Delgado.

Em 1966, foi designado secretário para-

a Defesa da Frelimo e comandante militar do movimento. Em 1968, no 2º Congresso da Frelimo, foi eleito membro do Comitê Central.

Quando Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo, foi assassinado por agentes da polícia portuguesa, Samora Machel foi eleito membro do Conselho da Presidência. Em maio de 1970, foi eleito presidente da Frelimo.

Em 25 de junho de 1975, ao ser declarada a independência de Moçambique, Samora Machel assumiu a Presidência da nova nação. Durante o 3º Congresso, em 1977, a Frelimo o confirmou como presidente do partido.

A 25 de setembro de 1980, Samora Machel recebeu a patente de marechal da República e o cargo de comandante-em-chefe das forças armadas de Moçambique.

No 4º Congresso do Partido Frelimo, em 1983, foi reeleito para um terceiro período na Presidência do partido. Em 1984, foi condecorado com a mais alta distinção, a medalha de Herói da República, dada pela Assembleia Popular.

Em 16 de março de 1984, Machel assinou o acordo de Nkomati de não-agressão e boa vizinhança com o então primeiro-ministro sul-africano Pieter W. Botha. Apesar do acordo, os militares sul-africanos não deixaram de apoiar os bandos armados por Pretória contra Moçambique (Renamo).

O presidente Samora Machel foi um dos fundadores da Linha de Frente e um dos signatários da Declaração de Lusaka que constituiu, em 1980, a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

Samora Machel foi honrado com condecorações de outros países. Entre elas, a Ordem de Lênin da URSS, as medalhas Playa Girón e José Martí de Cuba, a medalha George Dimitrov da Bulgária e a Ordem de São Miguel e São Jorge da Grã-Bretanha.



Samora Machel: uma vida dedicada à sua pátria

quase 70km da capital moçambicana e a 5km da fronteira entre os dois países.

Por que o avião presidencial se desviou de sua rota e penetrou em território sul-africano, se já tinha divisado o aeroporto de Mavalane e entrado em contato com ele, tendo inclusive iniciado a manobra preparatória para a aterrissagem? Essa é a pergunta chave, cuja resposta poderá ajudar as autoridades de Moçambique a esclarecerem definitivamente se se tratou de acidente ou sabotagem.

Em Maputo defende-se, a cada dia com mais vigor, a hipótese de que se trata de um crime muito bem planejado e executado. Por um lado, são levadas em consideração as declarações de membros da tripulação que sobreviveram e que afirmam que houve uma explosão a bordo antes do avião cair. Peritos em navegação aérea declaram que uma possível explicação para a mudança de rota é que os responsáveis pelo atentado tenham utilizado sofisticados métodos de comunicação para confundir os aparelhos eletrônicos de bordo e desviar o avião para o território sul-africano. Aí, então, teriam posto em execução o plano para derrubá-lo, possivelmente com artilharia antiaérea. Um enviado especial da agência Angop indica no seu relatório que, "como se sabe, a África do Sul possui sofisticados meios de detecção de movimentos aéreos e, portanto, é curioso que não tenha detectado nada de anormal quando o avião presidencial entrou em seu espaço aéreo".

Maiores suspeitas são levantadas pelo fato de o governo de Pretória ter em seu poder a caixa-preta do avião e se negar a entregá-la, salvo a um "país neutro". Como se sabe, a caixa-preta é vital para se decifrar o conteúdo das últimas conversas do piloto e as causas do desvio e da posterior queda do avião.

Moçambique criou uma comissão internacional investigadora, para esclarecer as verdadeiras causas do desastre que matou o presidente e sua

comitiva. Angola, entre outros países, faz parte dela.

Outro elemento que faz pensar em assassinato premeditado é que tenha circulado em Lisboa, de fontes chegadas à representação local da Renamo, no domingo 19, à noite, a versão de que o presidente moçambicano tinha sido vítima de um atentado. Isso aconteceu inclusive antes que o avião presidencial perdesse contato com a torre de controle do aeroporto de Maputo.



Militantes da Frelimo desfilam durante o funeral de Samora Machel

Negligência com os feridos

Vários sobreviventes (dez, no total) afirmam que quando as autoridades sul-africanas chegaram ao local do acidente eram aproximadamente duas horas da madrugada de segunda-feira, 20. Apesar dos gritos de socorro que eram ouvidos, nada fizeram para ajudar as vítimas, concentrando-se nas tarefas de busca de documentos entre os destroços.

Pedro Almeida, 23 anos de idade, ajudante de câmara de vídeo da empresa Telecine, de Maputo, conta que quando os primeiros policiais sul-africanos apareceram, dois brancos e dois negros, usando lanternas e walkie-talkies, ele se arrastou para pedir socorro, mas um deles, que falava português, respondeu-lhe com uma outra pergunta: "Este é o avião presidencial moçam-

terceiro mundo - 21



Joaquim Alberto Chissano, o novo presidente da nação moçambicana

bicano?" Quando Almeida respondeu que sim, eles se dedicaram a recolher todos os papéis que estavam espalhados, as valises diplomáticas (no acidente, morreram dois embaixadores acreditados em Moçambique, o da Zâmbia e o do Zaire) e os dólares que estavam no chão. "Muitas pessoas estavam perdendo sangue e gritavam. O socorro demorou e houve várias que morreram nesse intervalo", afirmou Almeida.

Diante dos protestos de vários feridos, os policiais finalmente aceitaram ir em busca de socorro, que só chegou depois das seis horas da manhã. Os sul-africanos garantiram às autoridades moçambicanas que tinham estendido um cordão de isolamento em torno dos destroços do avião e que nada tinha sido tocado desde o momento do acidente, para evitar que fossem retirados objetos do lugar.

Os primeiros feridos, segundo conta outro sobrevivente, Fernando Manuel João, que confirmou as declarações de Almeida, chegaram a Nelspruit (em território sul-africano), onde foram internados, às oito horas da manhã da segunda-feira, quase 11 horas depois da queda do avião.

A solidariedade internacional

À medida que as declarações dos sobreviventes iam sendo divulgadas (o piloto, soviético, muito ferido, permanecia até o fechamento

22 - terceiro mundo

desta edição isolado pelos sul-africanos e só pôde ser contactado pelo embaixador soviético em Maputo), crescia na África a convicção de que a morte do presidente Samora Machel foi premeditada.

No Zimbábue e em Angola, estudantes e os jovens em geral saíram em massa às ruas exigindo o fim do *apartheid*, enquanto em Maputo o ministro da Informação zimbabueano Mathan Shamuyaria afirmou que "a cooperação militar entre o meu país e Moçambique vai aumentar em consequência da morte do presidente Machel".

Os funerais contaram com a presença de mais de 400 dirigentes de todo o mundo, entre chefes de estado, de governo, embaixadores e autoridades. Entre os presentes estavam o primeiro-ministro Robert Mugabe, do Zimbábue, os presidentes Kenneth Kaunda, da Zâmbia, José Eduardo dos Santos, de Angola, Denis Sassou N'Guesso, do Congo, Daniel Ortega, da Nicarágua, além do vice-primeiro-ministro da URSS, Geidar Alyev, do líder da Swapo, Sam Nujoma, do presidente da OLP, Yasser Arafat, do líder negro dos Estados Unidos, Jesse Jackson e da filha de Ronald Reagan, Maureen, que representou o presidente dos Estados Unidos.

Durante as exéquias, os dirigentes dos países da Linha de Frente se reuniram com N'Guesso que, na qualidade de presidente em exercício da Organização da Unidade Africana (OUA), coordena os esforços de ajuda a Moçambique para a etapa difícil que se inicia agora.

O governo de Moçambique ficou, provisoriamente, em mãos de um triunvirato integrado pelo então chanceler Joaquim Chissano, por Marcelino dos Santos (o segundo em importância na Frelimo) e pelo primeiro-ministro - cargo recentemente criado pelo falecido presidente a fim de descentralizar seus poderes -, Mario Machungo.

E, a 3 de novembro último, o Comitê Central do Partido Frelimo, reunido em sessão extraordinária convocada pelo Birô Político para eleger

O desvio inexplicável do avião levou-o a território sul-africano, onde caiu a poucos quilômetros da fronteira com Moçambique



o novo presidente de Moçambique, escolheu Joaquim Chissano para substituir Samora Machel à frente da República e das forças armadas.

Joaquim Chissano, o novo presidente, de 47 anos de idade, pai de quatro filhos, ocupava até agora o cargo de ministro das Relações Exteriores e se torna, assim, o segundo presidente da República Popular de Moçambique.

Quem é Joaquim Chissano?

☐ Joaquim Alberto Chissano, eleito presidente do Partido Frelimo, nasceu a 22 de outubro de 1939, em Malheice, distrito de Chibuto, na província moçambicana de Gaza.

Frequentou a escola primária na capital da sua província natal, Xai-Xai e continuou seus estudos secundários em Maputo (antiga Lourenço Marques).

Em Maputo, fez parte do Nesam (Núcleo dos Estudantes Africanos Moçambicanos do Ensino Secundário), uma organização nacionalista fundada por Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo.

Em 1960, deixa Moçambique e vai para Portugal, a fim de continuar seus estudos superiores. Um ano depois, saiu clandestinamente para a França, onde se juntou ao movimento de libertação. Em 1962, participou da fundação da Frelimo. No ano seguinte, foi escolhido por Mondlane para seu secretário.

Na Frelimo, exerceu os cargos sucessivamente de secretário de Educação e Cultura, Informação e Propaganda e da De-

fesa, quando os titulares dessas pastas se deslocavam para o estrangeiro para prosseguirem estudos militares.

Membro do Comité Central da Frelimo desde 1963, Chissano manteve-se solidário aos ideais de Mondlane e Machel na luta contra os reacionários, os racistas e as forças tribalistas, na crise vivida pela Frelimo em 1968/69.

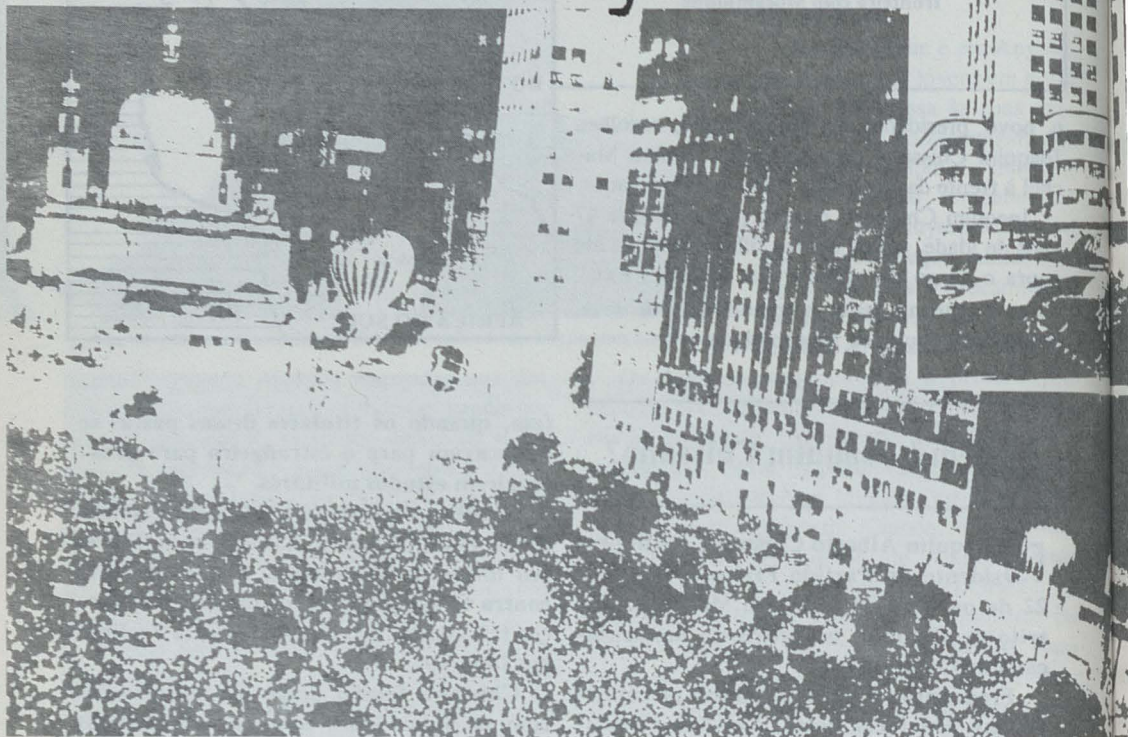
Chissano tomou parte nas negociações com as autoridades coloniais portuguesas em Lusaka, junho de 1974, e nas subsequentes rodadas de conversações que culminaram com o acordo de Lusaka de 7 de setembro de 1974, no qual Portugal concordou em transferir completamente o poder à Frelimo.

Foi primeiro-ministro do governo de transição até a independência total, em 25 de junho de 1975.

Quando foi constituído o primeiro governo moçambicano, o presidente Samora indicou Chissano para ministro das Relações Exteriores, posto que nunca abandonou até o presente momento. Representou Moçambique na Assembleia Geral da ONU, na Organização da Unidade Africana (OUA), no Movimento dos Países Não-Alinhados e em outros foros internacionais.

NOVAS CONSTITUIÇÕES

BRASIL - NICARÁGUA



A tradição latino-americana é de constituições extensas e detalhadas, que regulamentam aspectos concretos da vida social e política e não definem somente as questões de princípio, como sucede, por exemplo, com a Constituição dos Estados Unidos. Por esse motivo, as crises políticas e institucionais e as mudanças de orientação dos regimes acabam levando, quase sempre, a modificações totais ou parciais do texto constitucional.

Um dos exemplos mais recentes disto é o do Peru, que em 1980 convocou uma Assembléia Constituinte para redigir uma

nova Carta Magna, pondo fim ao período de governos militares iniciado com o general Velasco Alvarado que, de modo diverso dos outros dirigentes militares, usou o poder para estabelecer um profundo processo de transformação social.

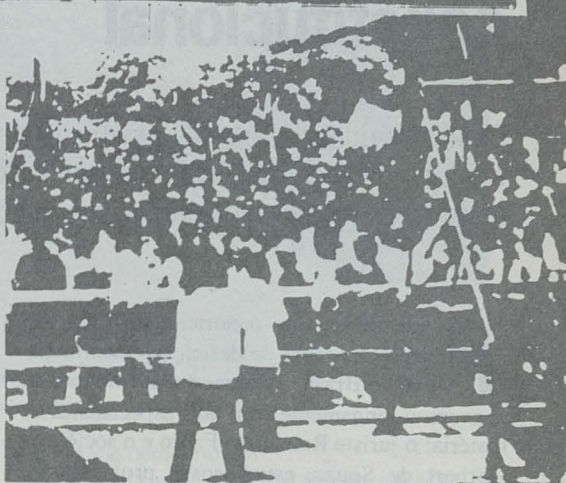
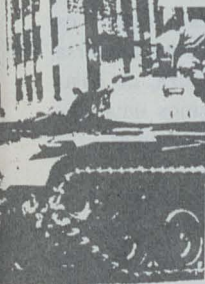
Agora são o Brasil e a Nicarágua os dois países que se dedicam à discussão de novas Constituições, e o assunto está na ordem do dia também, embora com menor empenho, para os líderes políticos da Argentina e do Uruguai, países que transitam atualmente, depois de uma década de regimes militares, pelo caminho da redemocratização.

CONSTITUCION:

nuestro compromiso
con el futuro

**PARA
QUE?**

**POR LA AMISTAD Y SOLIDARIDAD CON
TODOS LOS PUEBLOS DEL MUNDO**



No Brasil a convocação de uma Constituinte foi um dos compromissos assumidos pelos líderes políticos que idealizaram e concretizaram o processo de retorno ao governo civil, lançando mão das normas institucionais estabelecidas pelos militares. Concebeu-se a redação de uma nova Carta como um passo indispensável para a inauguração, em forma definitiva, de uma época de consolidação democrática.

O caso da Nicarágua é diferente. O país precisa de uma nova Constituição para garantir, de forma irreversível, as conquistas do povo nicaraguense depois

de sete anos de transformações revolucionárias impulsionadas pelo governo sandinista.

O processo político e social destes dois países têm poucos pontos em comum e também diferem os problemas e questões que devem ser regulados pelo texto constitucional. As duas constituições serão, sem dúvida, bastante diferentes uma da outra.

A análise destes dois processos é a matéria de capa deste número. Demos mais ênfase aos aspectos da convocação e discussão da Constituinte do que aos textos propriamente ditos de ambas as Cartas, mesmo porque, no caso brasileiro, o processo de elaboração só começará em março de 1987, quando for instalado, em Brasília, o novo Congresso com poderes constituintes.

Os interesses em jogo no debate constitucional

Depois de duas décadas de regime militar, coloca-se a necessidade de redefinir a questão institucional mas não se abre espaço para a participação popular

Para obter um panorama analítico do atual processo de definição constitucional do Brasil, **cadernos do terceiro mundo** conversou longamente com dois especialistas na matéria: o jurista Raimundo Faoro e o sociólogo Herbert de Souza, estudiosos e protagonistas ativos desse processo.

Raimundo Faoro é advogado de reconhecida trajetória docente e profissional. É professor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre 1977 e 1979, e publicou vários livros sobre temas jurídicos e políticos, particularmente sobre direito constitucional.

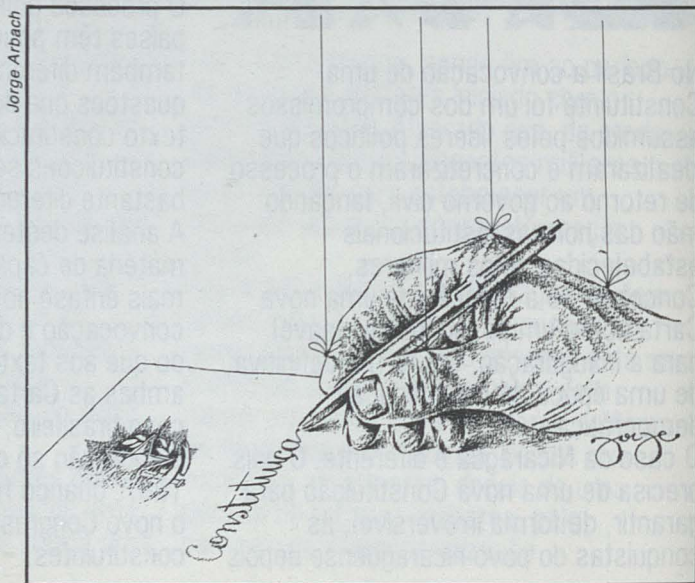
De longa militância política e social, exilado depois do golpe militar de 1964, com vários trabalhos publicados sobre ciências sociais, Herbert de Souza é fundador e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase), que realiza trabalhos de pesquisa e desenvolvimento social dirigidos ao movimento popular.

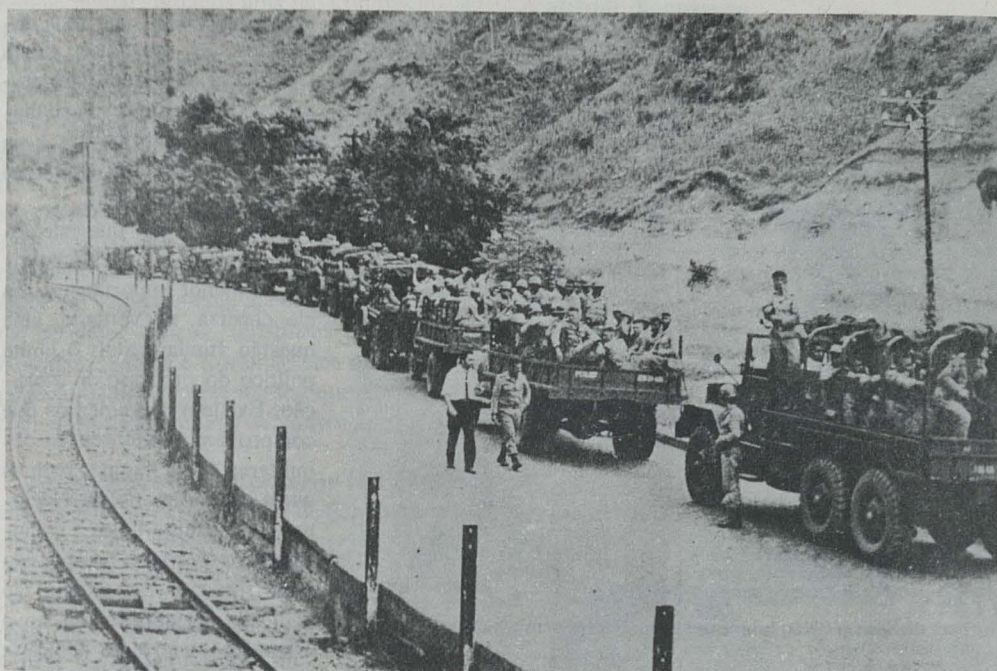
A significação da Constituinte no atual momento his-

tórico do Brasil, o debate sobre sua legitimidade, os interesses das classes dominantes, as limitações do processo e a participação dos setores populares são os principais temas em discussão e vão definir, provavelmente, o perfil ideológico da futura Constituição brasileira. Estes foram os pontos abordados na conversa com Faoro e Souza, de cujas opiniões oferecemos uma síntese nas páginas seguintes.

O momento histórico

Raimundo Faoro - O Brasil, desde 1964, com o Ato Institucional nº 1, deixou de ter uma Constituição. Houve uma tentativa de Constituição ditada pelas forças militares, a chamada Constituição de 1967, que não tinha legitimidade jurídica nem social, já que fracassou e não perdurou. Dois anos depois houve a emenda constitucional nº 1, que na prática substituiu integralmente a Constituição de 1967, já atingida pelo Ato Institucional nº 5, que deu poderes absolutos aos chefes militares que governavam o país. Na verdade,





O golpe de 1964 arrasou com a Constituição e deu poderes absolutos aos chefes militares

este país não tem Constituição. O que tem é um estatuto das forças que desde 1964 estão no poder.

O governo em exercício não constitui uma nova fase nesse processo. Pode ser que represente uma fase terminal, mas não é uma nova fase. A nova etapa será inaugurada, realmente, com uma definição popular capaz de estabelecer as regras do jogo para as forças emergentes que hoje são toleradas – algumas delas são atuantes – mas que ainda carecem dos instrumentos adequados para constituir uma efetiva alternativa de poder.

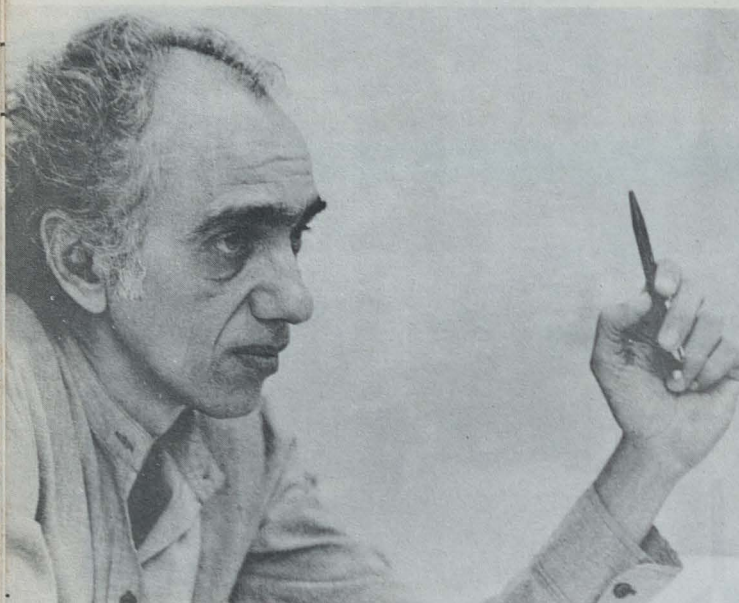
Por outro lado, ainda que de forma não ostensiva, como era antes, temos um regime de uniforme. Não podemos supor, pelo fato do presidente da República ser um civil, que o regime é civil. É ainda um regime fardado. Isto não significa que existam temores de golpe militar. O que ocorre é que a situação estruturada pelos militares ainda não foi desmontada. Não houve transição de um regime autoritário para um regime democrático. Não houve sequer a transição de um regime militar para um regime liberal, o que significaria um passo em direção a

um regime democrático.

Herbert de Souza - Com o fim do governo Figueiredo, criou-se uma expectativa de eliminar toda uma institucionalidade arbitrária e autoritária, herdada dos 20 anos de ditadura. Esse projeto materializou-se na Constituinte. Era como se houvesse um roteiro pré-determinado: termina a ditadura, se elege um presidente, que será o último escolhido pela via indireta, se adiam as eleições presidenciais para 88 ou 89 e se define um processo de transição. A Nova República seria essa transição.

Gerou-se nacionalmente toda uma expectativa sobre a saída de cena das velhas figuras dos governos anteriores, que seriam parcialmente substituídas por novos protagonistas, ou por protagonistas com nova roupagem, como foi o caso do próprio Sarney. Tudo isto seria coroado pela Constituinte.

Apesar de tudo, o anúncio da Constituinte desempenhou um papel político fundamental no despertar das esperanças de uma transição liberal. Neste sentido, ela formulou algumas premissas quando vários setores da sociedade e mesmo os partidos políticos pediam o fim do



Herbert de Souza: "Não houve nenhuma transformação"

"entulho autoritário" antes de reunir a Constituinte.

Não houve, no entanto, transformação alguma. Não se eliminou o "entulho autoritário" e o processo transformou-se num círculo vicioso.

A Constituinte se realizará com todas as limitações impostas pela ordem constituída. Quando esse processo começou, se dizia que as leis seriam mudadas, que a institucionalidade seria mudada e que, por meio dessas mudanças, ocorreria uma liberalização do país. Hoje se diz que a democracia se garante através da aplicação da lei e a lei é a que está vigente. Não se faz um juízo de valor, pelo contrário, se afirma a legitimidade da lei e a necessidade de cumpri-la, postulando esse princípio como um princípio democrático.

A convocatória

Herbert de Souza - Duas teses disputaram a convocatória. Uma delas dizia que era necessário criar uma Assembleia Constituinte soberana, por meio de uma eleição específica de legisladores constituintes, cuja única missão seria o debate e a aprovação da Constituição. A outra tese dizia que a Constituinte seria o pró-

Monica Leme

prio Congresso, com seus deputados e senadores. Este Congresso agiria em duas etapas: na primeira desempenharia funções constituintes e na segunda continuaria com suas atribuições ordinárias.

Pode-se alegar que este debate expressa questões políticas de menor importância, mas ele encerra, na verdade, uma questão fundamental: o limite político do processo de transição. Existem depoimentos que comprovam a intervenção dos militares nesse campo, para os quais uma Assembleia Nacional Constituinte única e exclusiva seria perigosa porque não teria firmeza. Ela estaria tão dedicada a elaborar uma nova estrutura social e se dedicaria

de tal forma a esta tarefa que poderia ser mais sensível às aspirações da sociedade, além de ter também muito mais confiança na sua autonomia. Desta forma, ela estaria mais próxima da noção de soberania reivindicada pela OAB. A OAB pergunta como pode ser que o que já está constituído constitua a Constituinte, que é por definição um poder que constrói uma nova ordem.

Além disso, é evidente que a eleição de uma Assembleia Constituinte enfrentou também outra limitação, fora esta discussão mais abstrata: ao fazer coincidir a Constituinte com a eleição de governadores dos estados, se acabou por diminuir o sentido maior que teria um debate sobre a Constituinte. Limitou-se, assim, enormemente, as possibilidades do processo de seleção de candidatos e de discussão.

Raimundo Faoro - O que a pressão popular estava pedindo era outra coisa. Era uma Constituição autêntica, ou seja, uma Constituinte desvinculada do modelo instalado no Congresso Nacional. O que houve foi uma negociação para que a Constituinte não fosse a Assembleia Constituinte, como constava da emenda constitucional, mas um Congresso Constituinte.

Este processo é de tal maneira deformante que, graças à mecânica consolidada durante o

regime militar, teremos uma falsa representação de legisladores encarregados de redigir nossa Constituição. Estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e parte do Paraná, onde se concentram a classe trabalhadora e a riqueza nacional, onde se encontram os elementos mais dinâmicos da economia, estão sub-representados no Congresso. No Rio de Janeiro, por exemplo, para eleger um deputado são necessários mais de cem mil votos, enquanto Rondônia elege um deputado com apenas dez mil. O mesmo acontece com os territórios (Fernando de Noronha, Amapá e Roraima), aos quais correspondem quatro representantes, que serão eleitos com um número mínimo de votos.

Isso significa que o Congresso Nacional tem em seu interior cerca de 20% de deputados não-eleitos, se por eleição considerarmos o critério próprio de um país desenvolvido, de um país não controlado pela União, ou seja, o de um homem, um voto. No Brasil, a União elege deputados em troca de apoio nos estados dependentes do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Elege deputados nos territórios. Essa minoria significativa foi a mesma que permitiu aprovar todas as medidas do período ditatorial. Esses 20% de legisladores têm sido o fiel da balança desde 1964 até agora, para consolidar a política anti-popular que se estabeleceu.

Por outro lado, a unificação da Câmara de Deputados e do Senado para integrar a Assembleia Constituinte provoca outra distorção. Para dar um exemplo, o estado de Sergipe, que tem oito deputados, aumenta sua representação em três senadores, ou seja, em quase a metade de seu potencial representativo. São Paulo, que tem 60 deputados, acrescenta também três senadores, ou seja, 5%. Assim, a sub-representação que já era estrutural se transforma numa sub-representação específica para a Constituinte.

A atitude do governo

Raimundo Faoro - O atual presidente da República não foi votado como vice-presidente. Votado foi o presidente Tancredo Neves. Era de se esperar, então, que se fizesse uma eleição para uma Constituinte imediata, independente do Congresso Nacional.

Não foi assim. Pelo contrário, criou-se logo uma Comissão de Estudos Constitucionais e retardou-se o processo constituinte em cerca de um ano, para ganhar tempo. Essa comissão foi nomeada exclusivamente pelo governo, sem indicação dos partidos e sem a participação em qualquer nível da opinião pública.

Na minha opinião, essa comissão tinha dois objetivos. O primeiro era sustentar um governo fraco e o segundo, garantir o mandato do presi-



Raimundo Faoro: "A pressão popular pedia outra coisa"

dente, que na atual Constituição é de seis anos mas que Tancredo Neves, durante sua campanha eleitoral, comprometeu-se a reduzir para quatro.

Acho que o tempo encarregou-se de demonstrar que este mandato será de seis anos. Em 1987, quando se reunir a Constituinte, já estarão decorridos dois anos dele. A elaboração da Constituição exigirá mais ou menos um ano. Chegaríamos assim ao terceiro ano de mandato, e não há previsão de eleição presidencial imediata.

Constituinte-Brasil

Desta forma, se acabaria por garantir ao presidente os seis anos de mandato, cujo término coincidirá com o fim dos mandatos dos congressistas agora eleitos, que se renovam a cada quatro anos. Isto significa que o governo conseguiu o que queria ao nomear a comissão constitucional, já que isto lhe permitiu prolongar a duração do mandato presidencial do atual período.

Por outro lado, como o governo era fraco, a comissão apresentou um projeto de Constituição no qual se divide a administração pública entre um chefe de estado e um chefe de governo, sendo o primeiro um chefe de estado atípico, fora dos moldes do parlamentarismo clássico. Haveria uma espécie de divisão de áreas, com o Congresso tendo muito poder e o presidente também.

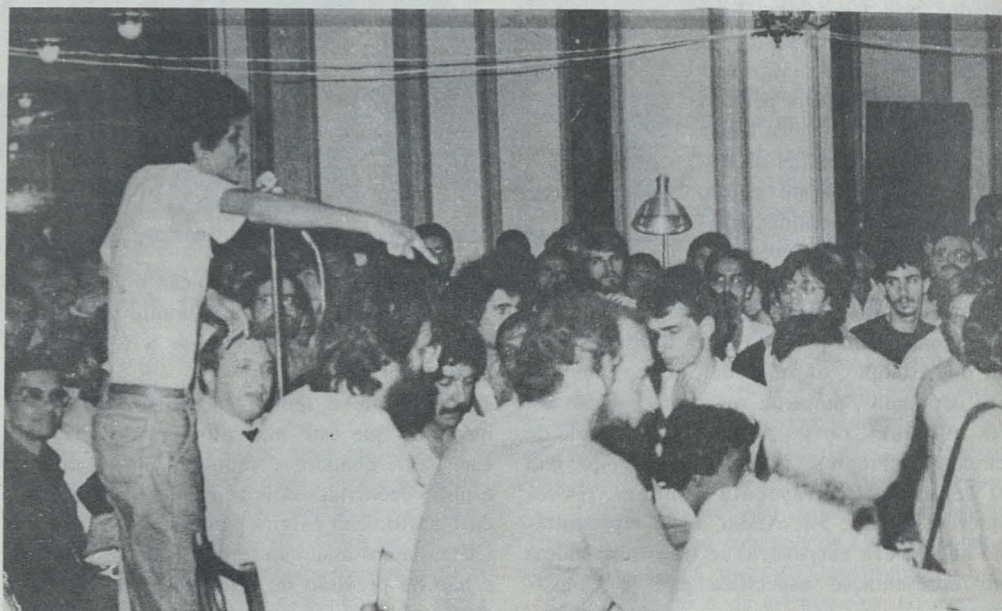
Durante este período, o presidente ganhou prestígio – real ou fictício – graças ao Plano Cruzado. O trabalho da Comissão cumpriu seus objetivos e o governo não precisa mais dela, pelo contrário, já se ocupou de ridicularizar o seu papel através dos meios de comunicação so-

cial. A Comissão apresentou um projeto com 500 artigos e quase dois terços de disposições não-obrigatórias, mas sim programáticas, que equivalem a promessas. Ela prevê, por exemplo, que todo homem tem direito à habitação, como se fosse possível estabelecer esse direito dentro do regime capitalista, como faz essa Constituição. Tenho a impressão, portanto, de que o governo não precisa mais da Comissão nem de seus estudos. Pode jogar as suas conclusões no lixo, pois o tempo que queria ganhar já ganhou: foram dois anos de crucial importância.

A participação popular

Herbert de Souza – Se analisarmos a história das Constituintes brasileiras – exceto a de 1946, quando tivemos uma Constituinte com um pouco mais de participação, da qual resultou inclusive uma Constituição mais liberal – todas elas foram escritas por poucas pessoas, por iniciativa do Estado, da classe dominante, e com praticamente nenhuma participação da sociedade. Assim, esta Constituinte está despertando um interesse maior.

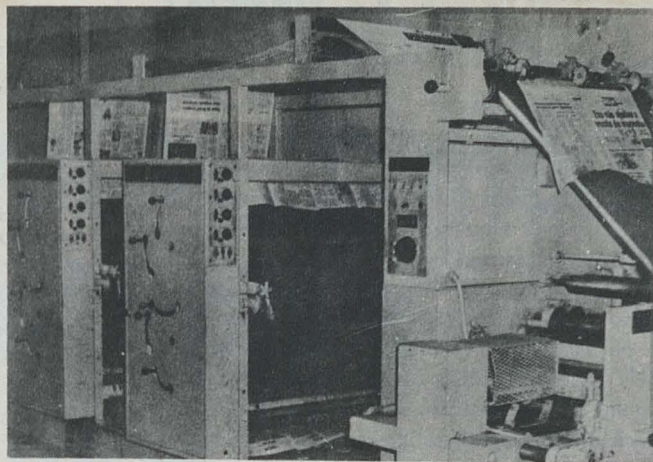
Hoje em dia se nota que as associações comunitárias, os sindicatos, as igrejas, alguns se-



Walter Santos

Apesar de suas limitações, a discussão da Constituição é um movimento inédito no Brasil

tores partidários, os movimentos feministas, os de negros, o próprio movimento indígena, os setores como os de deficientes físicos e parte de todas as camadas sociais, estão preocupados com os seus direitos. De alguma maneira estão querendo saber, estão procurando informações e, em alguns casos, apresentando propostas. Eu diria que existe um movimento da sociedade civil que é inédito na história brasileira: a discussão da Constituição. Já participei de dezenas de seminários e debates sobre o tema.



Um tema decisivo: os meios de comunicação social

Em muitos desses debates, grande parte das discussões consistem em informações sobre o que é Constituição, o que é Constituinte, quais os temas que ela contém etc. Numa palestra, se consome 70% das energias em informações, por causa do atraso histórico, já que no Brasil nunca se deu importância ao assunto.

Quando chega o momento de definir conteúdos e propostas, a participação se reduz um pouco mais. Tenho a impressão de que até o fim do ano aparecerão iniciativas, como a do movimento indígena, ou de mulheres, ou dos negros etc., que vão elaborar os seus pontos de vista.

Acho que a grande aventura constituinte seria abrir espaço para a sociedade civil, que derrotou a ditadura militar e que pretende redefinir a ordem jurídica, econômica, social e política deste país.

Esta foi a utopia, a esperança de poder definir uma nova sociedade. A classe dominante, porém, capturou esse impulso, domesticou-o e castrou-o, como no caso da Constituinte, transformando a Assembleia em Congresso. Continua castrando o debate por meio da lei eleitoral, que limita ao extremo a propaganda. Isto sem mencionar a limitação imposta no momento em que se determinou a simultaneidade da eleição de constituintes e de governadores estaduais. A sucessão de governadores em cada estado vai além do poder desse estado. Os resultados vão pesar na eleição presidencial. Como é muito o que está em jogo, a disputa pelas

sucessões está esvaziando a discussão do projeto constitucional, o qual está sendo pasteurizado pela intervenção da classe dominante através do Estado, com participação ativa dos partidários majoritários, totalmente embarcados nessa posição.

Os interesses em jogo

Herbert de Souza – Os grandes proprietários de terra, liderados pela União Democrática Ruralista (UDR), se opõem à reforma agrária mas não elaboraram uma proposta própria. Só sabem que estão contra e se comprometeram ativamente na campanha de representantes constituintes que defendam os seus interesses. Pretendem consagrar o caráter intocável da propriedade privada. Se por acaso esta for tocada, que se garanta a expropriação pelo valor de mercado. Com tais conquistas eles ficariam tranquilos. Se dependesse da comissão constitucional nomeada pelo governo, isto estaria garantido. A UDR é o chamado *lobby* explícito.

Pode-se identificar também um *lobby* da mineração, que agiu durante todo esse tempo. Neste caso, a questão constitucional básica é definir o que são empresas de capital estrangeiro. A Comissão do governo definiu que a empresa de mineração deve ser constituída no Brasil e ter maioria de acionistas brasileiros.

Outro *lobby* importante é o das empresas de comunicação de massas, monopolizadas por

terceiro mundo – 31

Constituinte-Brasil

muito poucas mãos.

Nesse sentido, as modificações propostas pela Comissão do governo podem ser inquietantes. Não é sem motivo que as grandes editoras, a grande imprensa e outras organizações estão atacando essa Comissão¹.

Por isso é que falamos nos setores de poder. Estão em jogo também os interesses populares.

No campo, o Movimento dos Sem-Terra, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), a própria igreja católica, vão dar ênfase aos temas da reforma agrária, da justiça agrária, da política agrária. Quanto ao proletariado urbano, temo que ele, por suas contradições, se limite a reivindicar o direito de greve. Na questão da organização sindical, o movimento operário está dividido entre os que defendem o pluralismo sindical e os que se opõem a ele.

Os temas mais importantes

Raimundo Faoro – Começemos pela questão institucional. Primeiro, pelo papel dos militares.



Mônia Leme

As manifestações populares depois da redemocratização desembocaram na Constituinte

32 – terceiro mundo

Não se trata de usar a Constituição para um simples ajuste de contas. Trata-se de redefinir a soberania nacional.

Seria um avanço decisivo se da próxima Constituição constasse que a instância máxima de poder é a soberania popular e não os militares. Ou seja, que nos casos de crise haja eleição e não um golpe militar. Este é um aspecto polêmico, mas será decisivo. É necessário estabelecer um sistema no qual os impasses, as contradições e os choques se resolvam eleitoralmente e não pela intervenção dos quartéis.

No campo social seria necessário definir a questão sindical. A palavra, nesse terreno, deve pertencer aos operários. Eles devem decidir se querem um sindicato único ou pluralismo sindical. É evidente que os operários, atualmente, já não aceitam a tutela do Estado ou do Ministério do Trabalho.

Outro aspecto decisivo será a definição sobre a propriedade da terra. No Brasil existe um regime de propriedade que tem mais de um século: é o das sesmarias, que são imensas extensões nas quais a propriedade da terra foi desvinculada de todo compromisso produtivo ou social.

A partir de agora terá que representar um compromisso produtivo. Se isto não for estabelecido por lei, teremos uma profunda agitação nas áreas rurais, que pode, eventualmente, ser esmagada pelas baionetas.

Diante desta possibilidade, volta a colocar-se a necessidade de uma definição constitucional para os problemas agrários. Do jeito que estão as coisas atualmente não se pode descartar a possibilidade de que aquelas forças sejam esmagadas.

É necessária, também, uma ampla redefinição da empresa brasileira, para que seja uma empresa que conviva com o operário sindicalizado e com uma classe empresarial emancipada do Estado. Não é isto o que ocorre atualmente. O capitalismo mama nas tetas do Estado, vive de subsídios e de favores, dentro de um regime ainda mercantilista.

Esse salto capitalista deve ser dado – e provavelmente o será – ao mesmo tempo em que se forma uma empresa brasileira capaz de suportar os conflitos operários e de organizar-se preven-

Este vai ser o meu presente para os amigos.

PROMOÇÃO DE NATAL COM VÁRIOS BRINDES.

Seja o melhor amigo dos seus amigos.
Eles merecem ter uma visão correta do mundo.
Neste Natal, dê a eles uma assinatura de "Cadernos".
E tem mais brindes!

Nº DE ASSINATURAS	VALOR EM CZ\$	BRINDES
5	750,00	1 Guia do Terceiro Mundo
4	600,00	1 Assinatura de "Cadernos"
3	450,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
2	300,00	2 livros de nossa escolha
1	150,00	1 livro de nossa escolha

CUPONS NO VERSO

PROMOÇÃO DE NATAL

Preencha os cupons desta página. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor correspondente aos pedidos e envie em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer somente um pedido individual utilize apenas um cupom, mas não deixe de preencher também o cupom do brinde.

CUPOM DO BRINDE REMETENTE

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cz\$.....
em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal-ag. central em nome da
Editora Terceiro Mundo Ltda. Aguardo, portanto, o brinde a que tenho
direito.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou
() vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou
() vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou
() vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou
() vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

() Desejo 1 assinatura anual de "cadernos"
() Estou presenteando com 1 assinatura de "cadernos" para:
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Estou remetendo, junto com este cupom, () cheque nominal ou
() vale postal-ag. central no valor de Cz\$ 150,00 (já com desconto).

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Lapa, 180 -
sala 1108 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021 - Tels.: (021) 222-5771 ou
252-7440.

do esses conflitos. Atualmente a empresa não sabe conviver com eles, a única coisa que sabe é chamar a polícia quando há uma ameaça de greve. Ainda não entendeu que a greve é um instrumento de reivindicação, que pode ser discutida por meio dos sindicatos ou das comissões de fábrica.

Finalmente, acho que será tentado, pela primeira vez no Brasil, um projeto participativo em termos das comunidades existentes nas cidades, grandes ou pequenas, assim como no campo. Está se divisando a possibilidade de uma democracia participativa, fato que inova o modelo liberal e o transforma num modelo que é o grande sonho das elites brasileiras: o modelo social-democrata.

Herbert de Souza – Outros temas presentes nas discussões populares são o problema da dívida externa, do capital estrangeiro e do subsolo. Creio que há também temas ausentes, que quando alguém os menciona são imediatamente reconhecidos como importantes, como a questão da informação, dos meios de comunicação social, os quais seriam decisivos. As vezes eles não aparecem espontaneamente nos debates, mas uma vez levantados são imediatamente absorvidos, porque sua importância é evidente.

Outro problema é o do grande capital, das empresas transnacionais. Acho que existe uma grande sensibilidade quanto à questão da soberania, das novas condições da soberania em um mundo transnacionalizado. Na minha opinião falta discutir a forma política do Estado. A questão de parlamentarismo ou presidencialismo foi levantada pela Comissão Afonso Arinos, mas este debate não passou pelo movimento popular. Apesar disso, quando se toca no problema da atual centralização do poder, percebe-se o interesse. A descentralização do poder do Estado é uma tese quase que unanimemente aceita dentro dos movimentos populares. Se fossem submetidas a plebiscito, teses como esta teriam

80 a 90% de aceitação. Ao longo do período ditatorial, a sociedade foi percebendo algumas questões que antes não eram tão visíveis para a consciência política da população.

Correlação de forças

Herbert de Souza – Acho que na Constituinte existem, por enquanto, três vertentes. A primeira, conservadora e autoritária, cujas características básicas seriam a garantia dos privilé-



Os sindicatos defendem a independência do Estado

gios, uma total falta de sensibilidade quanto às liberdades e aos direitos sociais, um absoluto predomínio da questão do poder do Estado e uma insensibilidade a tudo aquilo que a Nova República abriu como esperança e possibilidades.

Parece-me que este setor não se limita à UDR. É o setor potencialmente majoritário; a tradição política brasileira vai por esse caminho.

A segunda vertente é a liberal, mais ou menos personalizada pela comissão do governo. Tem aspectos de avanço no campo social e no político, mas serve para vestir de maneira inteligente uma sociedade capitalista moderna.

Existe ainda uma terceira vertente, que eu chamaria de popular e não necessariamente de democrática, composta por todos os movimentos de base. É uma vertente parcelada, setorializada, que não tem uma visão global e não conseguiu centrar sua proposta alternativa na questão

Constituinte-Brasil

da sociedade e do Estado, no confronto ideológico existente na sociedade capitalista. É uma vertente que não encontrou o eixo de sua própria definição e que fica, portanto, subordinada aos eixos existentes na sociedade – o autoritário e o liberal.

Raimundo Faoro – Creio que tudo está armado e organizado para que a correlação de forças na Assembleia Constituinte não mude substancialmente, mas que permaneça a possibilidade, através de concessões e conciliações características da política brasileira, de estabelecer um sistema um pouco mais liberal e com certa coloração democrática.

Existe também a possibilidade de uma surpresa nas eleições de 15 de novembro, se a situação econômica se agravar, como parece que está acontecendo, se ficar claro que existe uma economia paralela, uma inflação atuante e que, enfim, a economia está em crise.

As forças discordantes do regime poderiam constituir uma bancada numericamente importante, capaz de obter concessões realmente substanciais do setor de poder. Naturalmente, o setor dominante fará o possível para que esta situação não ocorra.

Herbert de Souza – Sendo muito otimista, se minhas previsões estiverem corretas vamos ter uma Constituição com discurso liberal e estrutura conservadora. Os pontos básicos de tipo conservador serão garantidos, junto com uma aura liberal que projeta um discurso para o futuro. Serão incluídos alguns princípios muito bons, mas que ficarão subordinados à forma da lei.

“De acordo com o previsto por lei”, será o instrumento para anular as boas intenções. Uma vez encerrada a lua-de-mel entre conservadores e liberais, virá a regulamentação “de acordo com o previsto por lei”. Esta previsão, me parece, é coerente com a avaliação que faço sobre a correlação de forças atual. Não é definitiva, porque pode mudar e a história do Brasil tem exemplos de muitas modificações, de muitas surpresas. Já vivemos algumas delas. Alguns governadores foram eleitos e houve momentos em que o Congresso e o Executivo, pressionados, adotaram certos discursos. Mas acredito que a minha hipótese encontre justificativa no atual contexto da Nova República.

Víctor Bacchetta

¹ A comissão proíbe as formas monopolistas de exploração dos meios de comunicação, que são considerados serviços de utilidade pública, cuja administração e orientação são privativas dos brasileiros.

João Arbach



A dispersão da esquerda

☐ Herbert de Souza:

— Há um problema na vertente popular: não conseguiu configurar-se politicamente de forma nítida. Apesar disso, essa vertente é que anima o movimento democrático da sociedade, mas ela existe mais como energia, como possibilidade, do que como expressão realmente política. Ela não formulou o seu discurso. Para perceber isso, basta ver os candidatos populares e o que eles propõem para a Constituinte, são detalhes, questões menores.

Se você reúne dez candidatos do chamado movimento popular e da esquerda e faz uma proposta de uma sociedade democrática, duvido que eles possam ir mais além de uma proposta liberal, apenas com um ponto ou outro mais avançado.

Não vão lutar na Constituinte por um projeto capaz de transformar esta sociedade em uma sociedade democrática e este Estado em um Estado democrático. Estão abordando a periferia dos problemas, sem entrar no cerne das questões.

Vou dar um exemplo: se se limita a propriedade da terra, se se estabelece que toda terra pode ser expropriada com fins sociais, sem indenização, isso não significará que se impeça a participação do capitalismo no campo. Pelo contrário, pode ser até que o desenvolvimento capitalista no campo se veja estimulado.

Se fosse eleita a média dos candidatos que se apresentaram, teríamos uma Constituinte com uma boa bancada popular. Mas o eixo estaria nos candidatos liberais.

Nestas eleições, os liberais e os setores avançados disputam uma mesma área. Nesse sentido, a possibilidade de derrota dos candidatos mais avançados é muito grande, o que pode conferir uma composição basicamente conservadora à Assembleia Constituinte.

Se o movimento popular tivesse um grande impulso em três ou quatro estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, a composição da Constituinte se alteraria. Mas se a tendência atual prevalecer, temo que haja uma composição conservadora-liberal e uma derrota generalizada dos candidatos de esquerda, como consequência de um alto nível de dispersão dos votos.



A expropriação da terra com fins sociais não elimina o capitalismo no campo

Constituinte-Brasil

"Caminhamos para um impasse"

Raimundo Faoro acredita que as elites brasileiras pretendem realizar a transição entre a ditadura militar e um regime democrático evitando uma ruptura institucional. Porém, os mecanismos suavizantes e controladores adotados podem conduzir a um impasse, de onde a crise surgiria finalmente de maneira imprevisível. Faoro visualiza a eventualidade de um conflito agudo como uma instância mais saudável do processo social e não considera que exista o risco de um novo retrocesso político porque enfrentaria uma resistência crescente da sociedade.

O projeto das elites

"Deseja-se passar do processo político-militar ao processo democrático sem ruptura. Essa ruptura é uma expressão bastante vaga, mas o fato dela não acontecer significa que as forças que havia durante o regime militar também vão

influir para constituir este estado de direito.

"Esta não é uma novidade, visto que na Constituição de 46 se deu um fenômeno semelhante. Então o ditador elegeu também uma maioria, através de uma lei eleitoral que não lhe deu o maior número de votos, mas lhe deu a maioria das cadeiras. Elegeu todos os seus interventores, seus representantes estaduais e fez a Constituição que quis, onde se dizia que as forças armadas asseguram os poderes constitucionais.

"A classe operária urbana, que já em 1946 representava em torno de um terço do eleitorado, ficava submetida aos sindicatos oficialmente constituídos e sob intervenção do Ministério do Trabalho. O direito de greve era muito restrito e dependia sempre de uma regulamentação, de uma lei ordinária, que se incumbia de anulá-lo.

"Não é novidade que as elites brasileiras manipulam o processo político".

Um beco sem saída

"A população economicamente ativa do Brasil representa a metade do total. E a classe operária já é a maioria da população economicamente ativa. Mas esses setores não puderam opinar. Não estiveram representados na comissão constitucional. Estamos sendo conduzidos a um beco sem saída. Os setores que foram silen-

Agência O Globo



Para a Constituinte de 1946 (foto), Getúlio Vargas obteve maioria por meio de uma lei eleitoral



Ciccomi Bezerra / JB

No campo, os problemas são candentes, mas a questão da terra não está sendo resolvida

ciados vão acabar por manifestar-se, provavelmente de modo traumático.

“No campo existem problemas graves e contudo o problema da terra também não está sendo equacionado. A reforma agrária que o governo propõe parece uma piada.

“E o que diz sobre os direitos dos operários, sobre a existência e direitos dos sindicatos, sobre as greves? O governo diz a todo momento que ‘vai cumprir as leis existentes’. Mas essas são as leis do período ditatorial. Estamos diante de uma cúpula governante anacrônica com relação às aspirações da grande maioria do povo brasileiro.

“Também estamos diante de uma crise econômica mais ou menos disfarçada pelo Plano Cruzado, mas que existe. O Plano Cruzado não redistribuiu a renda, simplesmente congelou a situação. E neste momento já se percebe que o congelamento de preços e de salários não teve êxito.

“Ocultam-se os expurgos dos índices de inflação e existe uma inflação paralela, com o chamado “ágio”, ou seja, o que se cobra por fora da tarifa, aumentando os preços. É difícil encontrar no Brasil atualmente uma mercadoria que se venda sem ágio. Mas esse aumento real do preço não é computado nos índices dos reajustes salariais.

“Por outro lado, a própria empresa brasileira

passa por um período de discussão. Pagam-se juros que nunca foram tão altos, nem mesmo no período de inflação não-controlada. Os empresários enfrentam um problema crucial para o mundo capitalista: não há condições de lançar capitais na bolsa, que está em baixa.

“Creio que caminhamos para um impasse. A causa é a transição que não ocorreu, a ruptura que não se quis fazer. Mas, apesar de todos os mecanismos controladores, a ruptura vai se produzir, e será de forma imprevisível.

“O governo sabe disso, mas confia que a ruptura vai se produzir depois das eleições. E sendo assim, terá a oportunidade de eleger uma maioria significativa de constituintes que redigirão uma Constituição para manter o status-quo, com algumas concessões adjetivas aos setores populares”.

As alternativas

“A primeira alternativa que tenho observado é a instauração de uma espécie de “Estado Novo do PMDB”. O PMDB seria hegemônico, com alguns elementos autoritários, aliados aos militares e às forças conservadoras. Esse esquema não permitiria uma renovação da sociedade política, só uma participação um pouco mais atuante da sociedade civil.

“Outra alternativa que se coloca é mais som-

bria: trata-se da possibilidade de que um setor mais conservador ainda que esse PMDB chegue a estabelecer um regime absolutamente imobilista. Mas creio que isso é pouco provável.



Agência O Globo

Tancredo Neves. José Sarney: transição sem ruptura

“Finalmente há uma outra alternativa que não é de curto prazo. Trata-se de uma rearticulação da sociedade civil, que reflita todo esse inconformismo.

“O Brasil tem uma dialética fraca. Com a sucessão presidencial houve um *não* da sociedade civil ao projeto de eleição por via indireta, mas houve um *sim* dos militares. O problema foi resolvido de uma forma conciliatória através da aliança PMDB-Sarney.

“Trata-se de uma dialética que não é dialética. Está se evitando que as contradições aflorem, está se evitando o choque. Mas esse choque seria extremamente saudável. Não me refiro a uma guerra civil, ou a um confronto sangrento, mas ao conflito. Esta é uma sociedade que tem horror ao conflito, como se não fosse inerente ao próprio desenvolvimento social.

“Não prevejo uma volta ao regime militar. Creio que os militares safram tão desgastados desse processo que não teriam condições de voltar agora. Mas estão nos bastidores, têm força suficiente tanto para dirigir como para serem os sócios mais importantes do processo”.

Como se controla o capital?

☐ A partir dos debates sobre a Constituinte no Brasil e das experiências dos processos sociais em outros países, Herbert de Souza faz uma reflexão sobre os mecanismos para controlar as relações capitalistas e garantir a existência de uma sociedade democrática.

Capitalismo e formas de propriedade

— Quero assinalar uma coisa que me chamou a atenção no debate sobre a Constituinte. Há muitos setores populares, de esquerda, que querem controlar o capital (alguns talvez queiram eliminar o capital) através do controle da propriedade. Controla-se a propriedade da terra, a propriedade dos bancos, os meios de comunicação,

assegura-se a participação dos trabalhadores nos lucros e o capitalismo fica controlado. O curioso é que o capital pode coexistir e se transformar utilizando todas as formas de propriedade: a privada, de qualquer tamanho, a mista e a estatal. Querem segurar o capital por onde não se pode segurá-lo. Não existe hoje uma discussão política e uma reflexão do ponto de vista da esquerda que se pergunte, simplesmente: Como se regula o capital? O que é regular o capital? Isso não foi colocado. Podem-se garantir todos os direitos individuais, controlar a propriedade da maneira que se quiser e a sociedade ser plenamente capitalista, com todas as consequências que isso pode acarretar.

Há muito pouco tempo me fiz esta pergunta: O que é que caracteriza uma sociedade capitalista? Em primeiro lugar, é uma sociedade onde o capital comanda todas as atividades básicas: o regime de pro-

priedade, as relações entre os diferentes agentes, a apropriação dos meios de produção, as estratégias produtivas, o destino que elas buscam.

Como controlar isso? Mesmo os países que fizeram uma revolução no seu sistema e que decretaram que o capitalismo não existia, depois se deram conta de que ele continuava existindo. Então foram feitas teorias sobre o fato de que, durante a fase de transição de um sistema para o outro, coexiste uma parte socializada da economia com outra parte que está subordinada a ela, mas que funciona com mecanismos de mercado, que tem além disso o lucro como motor e que admite assalariados trabalhando para o proprietário dos meios de produção.

Mas essa é uma constatação posterior, porque em alguns países, como Cuba, houve momentos em que o poder da classe revolucionária era tal que se fosse possível acabar com o capital eles o teriam feito. Inclusive tiveram essa pretensão. Quando Cuba acabou com o comércio privado, até mesmo o pequeno vendedor ambulante, foi com essa pretensão. Estatizou o comércio, a produção, controlou o consumo. Aí, temos a sociedade socialista perfeita, há planejamento, há partido, tudo. Mas tiveram que voltar atrás e ceder em muitas coisas.

No meu modo de ver, essa questão não teve resposta. Como se controla ou domestica ou nega o capital e se criam outras relações sociais de produção democráticas? Não é somente através do controle da propriedade dos meios de produção, não é apenas com a eliminação do lucro. É necessário gerar algum tipo de excedente, o socialismo não acaba com o processo de acumulação, o problema é a administração e a gestão dessa acumulação. Como se administra isso?

Quando passamos para o nível da distribuição, como é que se organiza essa distribuição e o consumo numa sociedade, de tal modo que não se abra imediatamente a

porta da acumulação por meio do lucro, a acumulação não-produtiva, especulativa?

Um grande desafio

Se a nível das propostas concretas já é difícil, imagine-se uma Constituição cujos princípios regulem isso. Estou convencido de que isso constitui um grande desafio e um grande problema, difícil de ser resolvido.



“Todo homem tem direito a ser produtivo e cabe ao Estado garantir esse direito”

Por exemplo, uma linha de análise, de afirmação de princípios individuais e sociais, que me parece que seria revolucionária é a seguinte: todo homem tem direito a ser produtivo, a participar do processo de produção e cabe ao Estado garantir esse direito. Como se garante isso? Isso é uma revolução. Todo homem tem direito ao trabalho, e cabe ao Estado garantir isso. Todo homem tem direito ao acesso à terra para produzir. Não é necessário afirmar o direito à propriedade da terra, mas se deve afirmar o direito de cada um a usar a terra como meio de produção e cabe ao Estado assegurar esse direito a todos.

Manoel Soares/Ag. O Globo

Constituinte
Nicarágua

A revolução dos "cabildos"

Uma velha prática política dos tempos coloniais adquire uma nova perspectiva nos tempos revolucionários e gera uma participação popular surpreendente num debate constitucional

Os *cabildos abiertos* surgiram pela primeira vez na história da Nicarágua quando o país ainda era uma colônia espanhola. Na época, eles deixaram uma marca profunda na vida política do país porque introduziram um rudimento de participação popular, e alguns chegaram a ser classificados como primitivas repúblicas democráticas. Os *cabildos* (conselhos) coloniais eram convocados por líderes locais, e sua maioria pessoas ricas, para discutir problemas regionais. Com o passar do tempo, o germe da democracia e da participação acabou contaminando os súditos da coroa espanhola e os *cabildos* acabaram dando origem aos primeiros núcleos da luta pela independência.

Mais de 300 anos depois, a mesma forma de organização política adquiriu um novo papel na luta dos nicaraguenses por manter uma experiência revolucionária inédita na América Latina

e tentar a difícil meta de elaborar uma Constituição com o máximo de participação popular, ao mesmo tempo que o país se encontra em guerra contra grupos contra-revolucionários armados e orientados pelos Estados Unidos. Cem mil dos três milhões de nicaraguenses participaram diretamente das discussões travadas em 73 *cabildos* organizados por categorias trabalhistas (operários urbanos, camponeses, funcionários públicos) ou por setores sociais como mulheres, grupos religiosos, étnicos e militares. A participação nesses conselhos foi aberta a todos.

As reuniões se prolongaram durante quatro meses em todo o país, inclusive nas zonas de guerra. Mais de 2.500 pessoas fizeram intervenções e 1.800 sugestões por escrito (algumas simples bilhetes, outras verdadeiros tratados) foram encaminhadas à Comissão Ditaminadora Constitucional*, o órgão encarregado de preparar a nova Constituição nicaraguense, prevista para entrar em vigor no começo de 1987. O presidente da Assembleia Nacional e da Comissão Especial Constitucional, o comandante Carlos Núñez, admitiu em setembro passado que a experiência dos *cabildos abiertos* se constituiu "numa das mais ricas e originais realizações da revolução sandinista, desde a derrubada da ditadura de Somoza".

Já Natán Sevilla, representante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN – partido hegemônico) na Assembleia Nacional, qualificou as assembleias populares como "uma alfabetização política, através da qual tanto o povo quanto os legisladores atuaram como sujeitos da democracia participativa". Sevilla acrescenta que "o povo apresentou alternativas que jamais ocorreram aos deputados da Assembleia Nacional, obrigando a maioria dos parlamentares a



M. Goldenberg

uma mudança de perspectiva política, a um novo aprendizado sobre como legislar de acordo com os interesses populares”.

A maratona constitucional

“A revolução dentro da revolução”, como muitos sandinistas passaram a chamar o debate constitucional, na verdade, começou em novembro de 1984, logo após a eleição que indicou o comandante Daniel Ortega Saavedra e o escritor Sergio Ramírez, respectivamente, para presidente da República e vice, por um período de seis anos. Na mesma ocasião, os 1.170.142 eleitores nicaraguenses (75% dos votantes inscritos com mais de 16 anos) elegeram a nova Assembléia Nacional, onde a FSLN conquistou 61 das 96 vagas disponíveis.

O segundo partido mais votado foi o Conservador Democrata, com 14 deputados, vindo em terceiro o Liberal Independente, com nove. O Partido Comunista teve apenas dois deputados eleitos.

Uma das primeiras tarefas da nova Assembléia Nacional era a de, no prazo de dois anos, elaborar e aprovar a primeira Constituição revolucionária da Nicarágua.

A partir de maio de 1985, a Comissão Especial Constitucional, composta por membros da Assembléia Nacional, começou as consultas para elaborar o primeiro anteprojeto. Todos os partidos políticos foram ouvidos e puderam apresentar as suas sugestões, ao mesmo tempo em que uma subcomissão especial organizou delegações que viajaram à União Soviética, França, Iugoslávia, Inglaterra, Bulgária, Suécia, Hungria, Alemanha Federal, Alemanha Democrática, Espanha, Polônia, Argentina, Cuba, Peru, Venezuela, Colômbia, Panamá e Costa Rica em busca de subsídios constitucionais.

Durante as discussões iniciais, o Partido Liberal Independente se retirou da Comissão Especial, alegando que o estado de emergência decretado em 1982 impediria o livre debate político.

Seis partidos permaneceram (FSLN, Conservador Democrata, Social Cristão – que tem seis deputados na Assembléia Nacional – Comunista, Socialista e Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista, os dois últimos também com dois deputados). Depois de dois meses de trabalho, elaboraram o primeiro anteprojeto (*ver quadro*), no qual, além dos 165 artigos aprovados por unanimidade, constavam também os 56 artigos rejeitados.

O texto foi então submetido aos *cabildos abiertos* pela Subcomissão de Consulta Nacional. O fato das propostas rejeitadas terem sido publicadas junto com o documento aprovado visava a permitir que as questões não aceitas pelos membros da Comissão pudessem ser retomadas a nível popular.

Mais de 150 mil cópias do anteprojeto foram

M. Goldenberg



Primeira reunião da Comissão Ditaminadora Constitucional

impressas e distribuídas à população, ao mesmo tempo que todos os veículos de comunicação foram mobilizados na campanha de esclarecimento popular. O governo contou com a ajuda material de organizações estrangeiras como a Fundação Eberth (da Alemanha Federal), Ação Ecumênica Solidariedade com a América (da Holanda), Finnida (da Finlândia) e de governos como os da Hungria, Noruega, Polônia, Suécia, Bulgária, Iugoslávia e Alemanha Democrática.

O projeto final

O primeiro anteprojeto tinha 10 títulos, 28 capítulos e 5 seções especiais que acabaram

terceiro mundo – 41

bastante alterados depois da discussão nos conselhos abertos. Todas as sugestões recebidas da população foram encaminhadas a uma Comissão Ditaminadora Nacional*, integrada pelos mesmos membros da Comissão Especial Constitucional, menos os delegados do Partido Liberal Independente e do Conservador Democrata. Esse último se retirou também da Comissão durante o debate nos *cabildos*, por considerar que a discussão popular era desnecessária, uma vez que, segundo os líderes do partido, o povo já estava representado na Assembléia Nacional.

O segundo anteprojeto acabou sendo bastante modificado em relação ao primeiro, ficando organizado da seguinte maneira: um preâmbulo, 11 títulos, 25 capítulos e 198 artigos (*ver quadro*). O novo texto foi então submetido formalmente à Assembléia Nacional, que começou a votá-lo em meados de setembro passado.

Nos primeiros dias de discussão, foram aprovados 30 artigos, sem que tivessem se re-

gistrado alterações fundamentais em relação ao texto organizado pela Comissão Ditaminadora. Todos os sete partidos representados na Assembléia Nacional (incluindo os liberais independentes e os conservadores democratas) participaram dos debates, podendo reapresentar objeções e propostas já derrotadas em votações anteriores, bem como novas iniciativas. Paralelamente aos debates na Assembléia Nacional, a Frente Sandinista iniciou um diálogo político com todos os partidos em torno de questões como defesa nacional, meios de comunicação e liberdade de expressão.

A votação na Assembléia Nacional deve acabar em dezembro e, em janeiro, a Nicarágua terá em vigor a sua primeira Constituição revolucionária.

Miriam Goldenberg/C.C.

* A última instância de edição do texto do anteprojeto antes de passar para a aprovação da Assembléia Nacional.

Os fiscais da Constituição

☐ Milu Vargas, 35 anos, advogada, é assessora jurídica da Assembléia Nacional. Ela foi uma das fundadoras da Organização das Mulheres Nicaraguenses e por isso recebeu também a tarefa de dirigir os *cabildos* femininos durante as discussões populares sobre a Constituição. Para Milu, um dos aspectos centrais no debate foi a questão da democracia representativa, que saiu fortalecida, dando à população nicaraguense um sentido ainda mais completo de sua participação no processo político do país.

Sem esconder seu entusiasmo, Milu Vargas garante: "Agora o povo fala. Esta é a nossa Constituição. Não se gastou muito tempo com teorias, porque o povo queria era ver seus direitos postos por escrito numa lei. As mulheres, por exemplo, queriam que ficasse bem claro o direito de poderem decidir sobre o seu próprio corpo. Os camponeses diziam: queremos suar em nossa própria terra, da mesma forma que

os artistas queriam liberdade absoluta de expressão. A nova Constituição vai ser um arco-íris que vai refletir todas as cores das raças de nossa sociedade. Ele terá um pouco de todos os milhares de nicaraguenses que gastaram horas e dias para dizer em público o que queriam ver incluído na sua Carta nacional".

E houve muita gente que não se conformou apenas em falar e ser ouvida. Milu conta o caso de uma senhora que durante uma reunião pública de mulheres foi até a mesa diretora dos debates com um pedaço de papel onde estava expressa uma sugestão para ser incluída na Constituição. "Ela me entregou o papel e depois me pediu um recibo. Aleguei que não dávamos recibos e ela retrucou dizendo: "Como vou saber se vocês vão realmente levar em conta o que estou sugerindo?" Outras foram bastante diretas no mesmo debate, afirmando que não tinham vindo ali para dizer se este ou aquele artigo estava correto ou não. Elas diziam que estavam participando para que fosse colocado na Constituição aquilo que desejavam, porque esse era um direito seu.

Sergio Ramírez:

"O povo escreveu a Constituição"

O vice-presidente Sergio Ramírez foi um dos participantes mais frequentes na grande maioria dos *cabildos abiertos*. Ele já tem uma longa experiência em debates populares, pois junto com o presidente Daniel Ortega participa há anos dos programas de rádio e de TV *De cara al pueblo*, transmitidos ao vivo de várias partes do país. Ramírez afirma que o debate popular e a participação eleitoral em plena guerra contra ataques externos "é a prova definitiva da consolidação política da Revolução Sandinista". Abaixo seguem trechos da entrevista que concedeu a Miriam Goldenberg*.

Esse anteprojeto de Constituição atende às principais reivindicações da Frente Sandinista?

— Esse projeto, quando for aprovado, vai favorecer, por um lado, as conquistas da Revolução, estabelecidas de maneira institucional (os bancos nacionalizados, o comércio exterior garantido, os recursos naturais como patrimônio nacional, a Reforma Agrária). É a transformação da propriedade da terra e o uso dos seus recursos naturais num direito permanente do povo.

Por outro lado, estabelece-se claramente que este é um país independente, não está submetido a nenhum tipo de forças externas. E a partir daí, chega-se aos mecanismos de poder revolucionário. Dentro desse esquema pluralista, o povo tem o direito, por meio de eleições, de dizer à Revolução que não quer mais Revolução, que quer outro tipo de governo. Esse direito tem que ficar claramente garantido.

Alguns pontos do anteprojeto não existem em outras constituições. Trata-se de definições como o latino-americanismo, o não-intervencionismo e outras. Por que incluir esse tipo de definição na Constituição?

— Porque isso decorre de uma necessidade nossa, de nos afirmarmos diante do mundo como país independente que nunca fomos. Nós estamos nascendo aqui para a verdadeira independência, portanto a Constituição tem que estabelecer que este é um país não-alinhado, que é um país comprometido com os interesses latino-americanos. Nós temos uma concepção de América Latina que tem a ver com a independência do continente também diante de qualquer força externa e nesta contradição tão importante com os Estados Unidos. Nós nos identificamos como latino-americanos e esses pontos proclamam a nossa independência, soberania, autodeterminação, eixos essenciais da concepção do país e do Estado.

Qual a sua opinião em relação às contribui-

M. Goldenberg



Ministros nicaraguenses no programa "De cara al pueblo"

ções populares sobre questões como cultura e educação, surgidas durante a discussão popular do anteprojeto da Constituição?

— Creio que sobre o problema da juventude, sobre os problemas da mulher, da cultura, da educação, surgiram questões muito importantes. Por exemplo, para citar um caso, na assembléia dos escritores, dos artistas, quando se discutiu o capítulo da cultura, afirmou-se que a Constitui-

ção tinha que dizer que a forma de expressão cultural na Nicarágua é completamente livre. É muito importante que na Constituição da Nicarágua isso seja dito. E deve haver, eu penso, um artigo da Constituição que estabeleça que na Nicarágua a criação cultural, artística, literária, é absolutamente livre, para que não haja engano, porque como estamos vivendo uma situação revolucionária pode haver diferentes opiniões, alguém pode pensar que é necessário estabelecer uma espécie de "realismo sandinista" na cultura. Isso está muito longe da nossa concepção de liberdade de expressão artística. E ela tem que ficar refletida na Constituição.

Por que isso deve constar na nossa Constituição e não na da Argentina, ou do Chile, da Bolívia? Bem, porque é a Constituição da Nicarágua. Aqui, o que dissermos sobre a cultura vai ter consequências para o futuro, da mesma forma que o que for definido sobre a educação. A educação tem que ser estabelecida na Constituição como um direito popular, a qualquer forma de educação, como expressão democrática. De acordo com o esquema pluralista, temos aqui colégios católicos, religiosos em geral, privados. E a Constituição tem que garantir a existência desses colégios. Deve haver constituições que não se preocupam com esse detalhe, mas a da Nicarágua sim, porque aqui, embora a educação tenha um sentido popular, democrático, aberto, também se garantirá o direito dos colégios privados à existência.

Pode-se dizer que aqui na Nicarágua todo o povo está escrevendo a sua própria Constituição? Ou há um setor mais politizado, mais militante, mais "sandinista" talvez, que está comprometido com esse processo e há um outro setor que não compreende a importância da Constituição?

— Se se perguntar a uma pessoa da rua sobre a Constituição, ela não vai responder como faria um especialista em direito constitucional. Talvez nem sequer possa explicar que a Constituição está dividida em capítulos, que começa com um preâmbulo, que primeiro se estabelece a organização, as atribuições do Estado, as garantias individuais, sociais, coletivas e depois as formas de organização do Estado.

44 — terceiro mundo

Mas se se perguntar a alguém da rua se na Constituição política deve ser estabelecida a Reforma Agrária e o direito à moradia, o direito à saúde, o direito à educação, eu creio que a resposta será clara. Não há dúvidas sobre esses conceitos políticos fundamentais, eles são do domínio popular. Ninguém aqui, por mais pobre que seja, por mais marginal que tenha sido no passado, deixa de ter um grau de participação nessas idéias fundamentais.

Com relação ao exército, por que a expressão "sandinista" aparece na Constituição?

— Bem, porque isso é parte da tradição histórica deste país. Seria estranho o exército se chamar "sandinista" no Uruguai ou no Peru, mas na Nicarágua isso é parte de nossa herança histórica. Sandino é o grande chefe militar e político deste processo de mudanças, não porque tenha escrito um texto teórico para defini-lo há 50 anos, mas porque demonstrou através da luta contra uma potência estrangeira, os Estados Unidos, que a independência do país era possível.

Hoje, a Nicarágua tem um exército popular. Portanto, esse exército que defende a soberania do país é sandinista. Ninguém estranha agora que Washington seja a capital dos Estados Unidos, é como se Manágua se chamasse Sandino, é a mesma coisa. O prócer da independência norte-americana é George Washington, como Sandino é o da Nicarágua. Bolívia se chama Bolívia em homenagem a Simón Bolívar.

Vai se procurar aprovar essas questões por consenso?

— Depende, eu acho, da forma como a Constituição vai apresentar esse assunto. Se a Constituição disser que o Exército Popular Sandinista (EPS) se constitui como uma força militar de vanguarda, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, eu penso que isso pode passar por consenso. Da mesma forma, se a Constituição disser, por exemplo, que o exército nacional da Nicarágua vai se chamar "Exército Sandinista", não creio que isso seja um problema.

É mais importante a concepção de um exército do que o nome que ele tenha. Não podemos ver nessa discussão o temor da direita ou de alguns setores políticos do país de que a FSLN se

apropriar institucionalmente do exército como uma força defensora da Frente Sandinista, pois isso é absurdo. O exército sandinista é uma instituição do Estado e está destinada a defender a

soberania e a integridade territorial da Nicarágua.

* Esta entrevista foi realizada antes da Assembleia Nacional votar a nova Constituição.

Nicarágua

O primeiro anteprojeto

O texto a seguir é um resumo do primeiro anteprojeto que foi levado à discussão dos *cabildos abiertos*.

Título I – Capítulo Único – Princípios Fundamentais.

Este título contém a declaração de princípios da Revolução e constitui o espírito do conteúdo de toda a Constituição. Tais princípios são:

- forças sobre as quais descansa o poder revolucionário (trabalhadores da cidade e do campo, mulheres, jovens, produtores patrióticos agrícolas e industriais, artesãos, profissionais, técnicos, intelectuais, artistas e religiosos);

- democracia (combinação dos conceitos de liberdade e igualdade);

- pluralismo político (existência de todas as organizações políticas sem restrições ideológicas exceto aquelas que pretendam o retorno ao somoismo);

- economia mista (existência e combinação de diferentes tipos de propriedade: estatal, privada, mista e cooperativista);

- não-alinhamento (independência dos centros hegemônicos de poder e coexistência pacífica);

- antiimperialismo (direito à autodeterminação e repúdio a relações de intercâmbio comercial injusto);

- latino-americanismo (ideal de Bolívar e Sandino de buscar a unidade dos países latino-americanos, para o fortalecimento e crescimento da região);

- antiintervencionismo (não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados);

- defesa da pátria (participação de todo o povo na defesa da nação e na luta pela paz);

- soberania e independência nacional (a soberania se baseia no povo, legítimo dono da nação, de seu território e de seus recursos naturais, para empregá-los em função do progresso do país e no bem-estar social de todos os nicaraguenses).

M. Goldenberg



Um dos murais na cidade de León

Título II – Capítulo Único – Disposições Gerais.

Define as características do Estado (livre, soberano, independente e unitário), as formas de governo (República democrática, participativa, representativa e não-alinhada), a soberania, a delimitação do território nacional.

Título III – Capítulo Único – Direitos do povo nicaraguense como fundamento da paz e ordem social.

Apresenta os principais direitos conquistados pelo povo nicaraguense com sua Revolução e seus três valores fundamentais: *a liberdade, a igualdade e a participação*, assim como o respeito, promoção e proteção dos Direitos Humanos.

Título IV – Economia Nacional.

Este título tem como objetivo a definição do regime econômico-social do Estado nicaraguense em seus aspectos essenciais, tendo como características fundamentais: o trabalho como principal fonte geradora de riqueza, a satisfação das necessidades materiais e espirituais do povo e a gestão prioritária do Estado como garantia do desenvolvimento nacional. Estabelecem-se, também, as diferentes formas de propriedade, não como um sistema integral, dirigido pelo Estado, no cumprimento de sua função social.

Este título trata também da Reforma Agrária como instrumento fundamental da economia; o comércio interno e a defesa do consumidor; o comércio exterior para assegurar o desenvolvimento do país e alcançar a independência econômica; o investimento estrangeiro que deverá contribuir para o desenvolvimento do país e não deve ferir a Soberania Nacional; o orçamento da República como regulador das despesas e receitas para determinar os limites de gastos dos organismos do Estado; e o Sistema Tributário que deverá levar em consideração a distribuição da riqueza e das rendas, assim como as necessidades do Estado.

Título V – Defesa Nacional – Capítulo Único.

Define o caráter da Defesa Nacional fundamentada na defesa da Paz e na decisão do povo

nicaraguense de defender de maneira permanente os interesses nacionais e as conquistas da Revolução.

Ficam estabelecidos, como base social da defesa, todas as classes e os setores sociais da sociedade nicaraguense, mediante a participação popular organizada.

Título VI – Direitos, deveres e garantias dos nicaraguenses.

É a parte dogmática da Constituição. Compreende os direitos individuais e civis, políticos, sociais, de família, econômicos, trabalhistas, de educação e cultura e os direitos dos cidadãos.

Nesta parte, foram reafirmadas várias conquistas do povo nicaraguense, das quais uma grande parte estava contida no Estatuto Fundamental e no estatuto de Direitos e Garantias dos Nicaraguenses (leis que regem o país desde a vitória da Revolução, até a aprovação da Constituição) e outras que têm sido teoria e prática no desenvolvimento do processo revolucionário.

Este título contém os seguintes capítulos:

Capítulo I – Direitos Individuais e Civis.

Garante a inviolabilidade do direito à vida, ratificando o princípio que, na Nicarágua, não há pena de morte, que está abolida a tortura, a escravidão, a servidão, os maus-tratos de qualquer natureza, a prisão por dívidas e a desigualdade entre as pessoas.

Afirma-se o respeito à liberdade pessoal, à proteção e o respeito à vida privada, às liberdades de expressão, mobilização, consciência, pensamento e religião; às garantias processuais penais e à retroatividade da Lei Penal em benefício do réu; ao princípio da legalidade, ao recurso de habeas-corpus e o recurso de amparo.

Capítulo II – Direitos Políticos.

Os direitos políticos pertencem aos cidadãos, isto quer dizer, somente a quem está em idade de exercê-los, a lei concedeu seu exercício.

Estes direitos são: *a cidadania*, aos nacionais ou nacionalizados maiores de 16 anos, o direito de petição, de reunião, direito à concentração ou manifestação pública, direito a eleger e ser eleito, direito a optar pelos cargos públicos, direito de asilo, proibição de extradição. Estabelece-se uma referência à suspensão dos direitos políticos.

Capítulo III – Direitos Sociais.

Os direitos sociais pertencem a toda a sociedade nicaraguense e o Estado dará impulso a uma política econômica e às transformações necessárias para construir uma sociedade justa. Isso implica alimentação, saúde, moradia, bem-estar social, recreação e lazer.

Também são direitos sociais aqueles que se exercem pela coletividade, entre eles se destacam, o direito ao culto religioso, o direito à informação como responsabilidade social dos que dirigem os meios de comunicação social, à proteção aos combatentes, à prevenção, resgate e conservação do meio ambiente, o direito de associação, e o direito de promover organizações populares.

Capítulo IV – Direitos da Família.

Este capítulo reconhece a família como núcleo fundamental da sociedade, que deve ser protegida por esta e pelo Estado. Reconhece-se o direito dos nicaraguenses de formar um lar, assim como a igualdade entre o casal; a *Patria Potestad* de acordo com a lei de relações entre mãe, pai e filhos: a proteção aos menores; o direito de investigar a paternidade de acordo com a lei; o direito de adoção, no interesse exclusivo do desenvolvimento integral do menor e do patrimônio familiar.

Capítulo V – Direitos Econômicos.

Foram aprovados os direitos econômicos, entendidos como o direito de todos os trabalhadores a participarem na elaboração, controle e execução de todas as grandes medidas econômicas e sociais que o Estado promova. Entende-se também como direitos econômicos, o bem-estar e a igualdade econômica dos nicaraguenses, a equitativa distribuição da riqueza; o direito a uma vida material digna do povo nicaraguense.

Capítulo VI – Direitos Trabalhistas.

Define-se o trabalho como um direito e uma responsabilidade social da pessoa, e como obrigação do Estado procurar a ocupação plena e produtiva de todos os nicaraguenses. Estabelece-se a participação

dos trabalhadores nas empresas; o direito dos trabalhadores ao gozo de condições de trabalho equitativas e satisfatórias que assegurem: um salário igual para trabalho igual, pagamento de salário em moeda de curso legal, salário mínimo inalienável, jornada de trabalho limitada, descanso semanal, férias e estabilidade no trabalho; o direito à greve, à segurança social, o trabalho de menores, o direito à liberdade sindical, à capacitação, à autonomia dos trabalhadores para construir organizações que achem convenientes e os convênios coletivos; os contratos individuais de acordo com a Lei sobre o assunto.

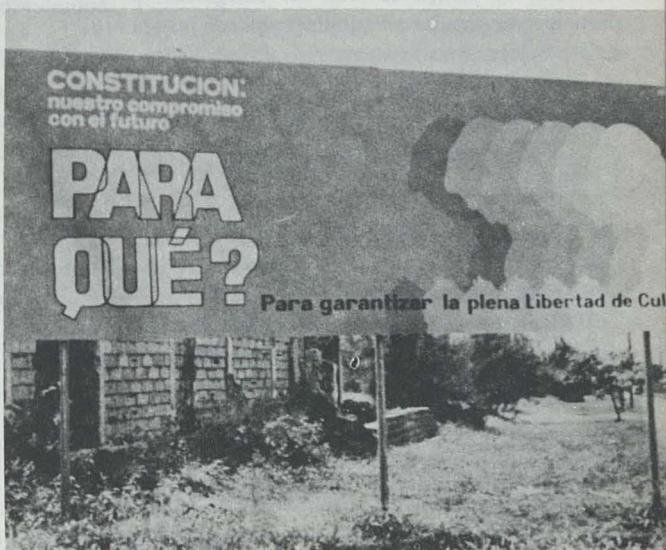
Capítulo VII – Educação e Cultura

Estabelece os conceitos de educação na Revolução; a política educacional; a liberdade de ensino; de educação básica nos centros do Estado; a educação religiosa opcional nos centros privados; a gratuidade da educação; a alfabetização permanente; a autonomia e liberdade de cátedra, assim como o direito do povo à cultura, ao esporte e a seu patrimônio cultural e histórico. Considerou-se importante assinalar os direitos do autor, inventor e inovador.

Capítulo VIII – Deveres dos Cidadãos.

Fixa os deveres dos cidadãos com a família, a comunidade, a pátria e a humanidade; o dever de servir e defender a pátria, de cumprir o serviço militar; contribuir com o gasto público e cumprir eficaz e honradamente com os cargos públicos.

M. Goldenberg



Título VII – Da organização do Estado.

Este Título contém cinco capítulos e está dedicado à organização do Estado; regulamenta-se a estruturação, funcionamento e atribuições dos Poderes do Estado nicaraguense: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judicial e Poder Eleitoral.

Capítulo I – Princípios gerais (...)

Capítulo II – Poder Legislativo.

É definida a função legislativa do Poder de Estado, sua natureza, integração, atribuições, processo de formação das leis; e o veto. Este capítulo tem como referência básica o Estatuto Geral da A.N. e seu regulamento.

Capítulo III – Poder Executivo.

O sistema de governo é presidencial e propõe-se um Executivo ágil e flexível, de acordo com a realidade de um país agredido. Neste Capítulo se trata também do funcionamento dos Ministérios de Estado, da Controladoria Geral da República, das Forças Armadas Sandinistas (por corresponder ao presidente da República a chefia das Forças Armadas Sandinistas) e do estado de emergência, tendo o presidente da República faculdade de decretá-lo e sua retificação posterior feita pela A.N. (que pode aprová-lo ou modificá-lo).

Capítulo IV – Poder Judicial.

Trata da estruturação do Poder Judicial: os tribunais de justiça deverão ser colegiados; a participação popular na administração da justiça se estabelecerá na lei; o recurso da inconstitu-

cionalidade e a nomeação da Corte Suprema de Justiça pela A.N.

Capítulo V – Poder Eleitoral.

Compete ao Conselho Supremo Eleitoral a direção dos atos relativos às Eleições.

Título VIII – Da Divisão Político-Administrativa.

Contém os seguintes conceitos fundamentais:

- Delimitação Territorial; do Município (sua autonomia e suas próprias autoridades); autonomia dos povos indígenas e das comunidades da costa atlântica (fica normatizado assim o reconhecimento dos direitos desse setor do país no uso de seus valores, línguas, costumes e tradições religiosas. E se deixa para o projeto final a definição do "status jurídico" dos direitos dos povos indígenas e das comunidades da costa atlântica a fim de refletir os resultados das consultas que estavam sendo realizadas pela Comissão Nacional de Autonomia).

Título IX – Da Reforma Constitucional.

Indica-se quem pode apresentar iniciativas de reformas, concedendo o direito de veto ao presidente da República. Deixa-se estabelecido que algumas normas não podem ser sujeitas a reformas, como: o caráter popular da Revolução, a democracia; a defesa nacional; e os princípios de antiimperialismo, não-alinhamento, antiintervencionismo e latino-americanismo.

Título X – Disposições finais e transitórias. ●

por voto universal, igual, direto, livre e secreto,

EVOCANDO

A memória imortal do Pai da Revolução Popular e Antiimperialista, General de Homens Livres, Augusto C. Sandino;

a justa luta realizada por nossos antepassados indígenas para acabar com o jugo colonial;

a tradição combativa do nosso povo, que inspirado no exemplo de José Dolores Estrada e Andrés Castro, derrotou o domínio "filibusteiro" e a intervenção norte-ame-

O anteprojeto final

☐ Depois da discussão popular, a Comissão Ditaminadora Nacional divulgou um documento que reúne várias modificações ao texto original. O texto a seguir é um resumo das principais modificações:

PREÂMBULO

Nós, representantes legítimos do povo da Nicarágua, fonte de todo poder, eleitos

ricana na Guerra Nacional;

a gestão de Benjamin Zeledón, herói nacional, caído cumprindo seu dever de combater até a morte a intervenção ianque;

a ação heróica de Rigoberto López Pérez, iniciador do princípio do fim da ditadura;

o exemplo de Carlos Fonseca, o mais alto continuador da herança de Sandino, fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional, condutor e guia da vitória;

a lembrança de Heróis e Mártires que caíram combatendo um regime criminoso pela libertação da Nicarágua.

Pelo povo nicaraguense, homens e mulheres, por seus operários e camponeses, pela sua gloriosa juventude, por suas heróicas mães, pelo abnegado compromisso dos cristãos que expressaram seus sentimentos religiosos na luta pela redenção dos despossuídos, pelos intelectuais patriotas e por todos os que com seu trabalho produtivo contribuem com a defesa da pátria;

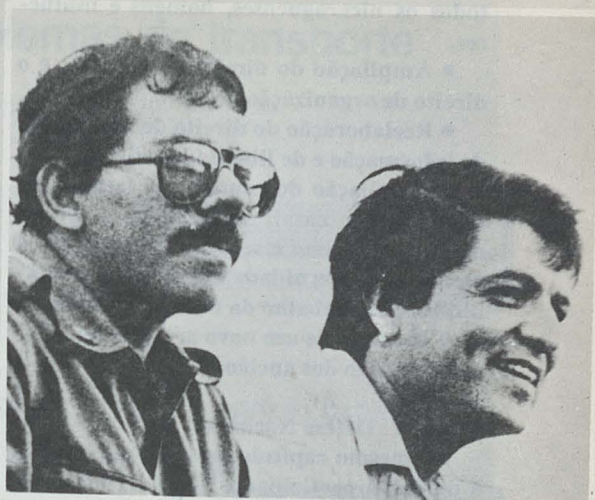
pelos nicaraguenses que lutam e oferecem suas vidas frente a agressões imperialistas para garantir o futuro iluminado das gerações vindouras;

pela institucionalização das conquistas alcançadas com o triunfo revolucionário de 19 de julho e pela construção de uma nova sociedade na qual, eliminando a exploração do homem pelo homem, se conquiste a plena igualdade jurídica, econômica, política, social e o respeito absoluto pelos Direitos Humanos.

Em consequência, promulgamos a seguinte Constituição Política da República da Nicarágua

Título I: Princípios Fundamentais.

A principal mudança foi a fusão de alguns artigos e a incorporação de novos princípios como: a busca da paz e ordem mundial justa e o da transformação da sociedade.



Daniel Ortega e Sergio Ramírez: ouvir o povo

Título II: Sobre o Estado.

Antes se denominava Disposições Gerais. A mudança de título é decorrente de que aqui se aborda o relativo ao Estado propriamente dito e seus principais elementos, como são: povo, território e soberania e o centro-americanismo como um novo aspecto. Também se abordam os temas de forma de governo e as características do Estado nicaraguense.

Título III: A Nacionalidade Nicaraguense.

Este título é novo e aborda em 14 artigos tudo o que se refere à nacionalidade, nacionalizados, à dupla nacionalidade e às causas da perda da mesma (no 1º projeto só um artigo tratava do tema).

Título IV: Direitos e Garantias do Povo Nicaraguense.

Fusão dos títulos III e IV do 1º projeto e se incorporou um novo capítulo que estabelece os direitos das populações indígenas e comunidades da costa atlântica. Ampliou-se o conceito de igualdade perante a lei, ao definir-se o princípio de não-discriminação e também a questão da proteção ao menor ficou mais clara.

- Incorporou-se a igualdade absoluta de

todos os nicaraguenses, homens e mulheres.

- Ampliação do direito de reunião, e o direito de organização do povo.

- Reelaboração do direito de associação, de informação e de liberdade religiosa.

- Ampliação do conceito de família, de igualdade do casal, suprimiu-se o direito de *Patria Potestad* e se deu mais precisão à atenção à maternidade e à garantia à estabilidade no trabalho da mulher grávida.

- Inclusão de um novo artigo referindo-se à proteção dos anciãos.

Título V: Defesa Nacional.

No mesmo capítulo, aborda-se o direito à defesa, à participação popular, sua direção e organização e o dever de participar da mesma e a garantia da ordem interna.

Título VI: Economia Nacional, Reforma Agrária e Administração Pública.

- Fusão de vários capítulos e atualização do referente à Reforma Agrária de acordo com a Lei de Reforma Agrária.

- Introdução de um capítulo denominado Da Administração Pública, que trata do orçamento da República e do sistema tributário.

Título VII: Educação e Cultura.

- Incorporação de artigos sobre a liberdade na criação artística e cultural, valores fundamentais na Educação e os planos nacionais educativos.

Título VIII: Da Organização do Estado.

A CDC tornou mais precisos alguns pontos relativos a:

- Incluiu-se o orçamento em tempos de paz, que seria conhecido e aprovado pela A.N.

- Foram incorporadas ao Poder Eleitoral as atribuições de organizar e dirigir referendos e plebiscitos.

Título IX: Divisão Político-Administrativa.

Incluiu-se um capítulo com os direitos das populações indígenas e comunidades da costa atlântica e sua organização, ampliando e melhorando os conceitos do 1ºº projeto.

Título X: Supremacia da Constituição e sua Reforma.

Temas novos estruturados em três capítulos: um, relativo à Carta Magna e outros, ao Controle e Reforma Constitucional. Incorporou-se como um novo aspecto a Reforma Total da Constituição e formalizou-se que o presidente da A.N. está legitimado para recorrer por inconstitucionalidade, ou 35 representantes da A.N. ou 10 mil cidadãos.

Título XI: Disposições Finais e Transitórias.

Os membros da CDC concluem o seu relatório de 5 de setembro de 1986, afirmando que:

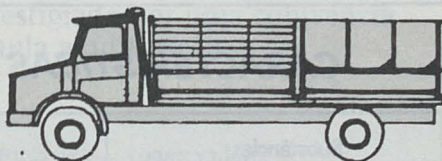
Ao nos propormos a debater o Projeto, devemos ter a obrigação de manter o povo permanentemente informado, para garantir a sua participação. Para cumprir com esse propósito, solicitamos o apoio e dedicação dos meios de comunicação, de sua assistência e transmissão das sessões por meio dos órgãos de difusão, divulgando a informação constitucional que se produz nos debates da Assembléia, assim como de seu interesse em divulgar a opinião dos representantes acerca do desenvolvimento do debate e recolher as inquietações e pontos de vista dos cidadãos.

Não devemos esquecer a responsabilidade de que temos, de nos preparar para o debate, estudando com dedicação a teoria constitucional, as experiências de outros países, as sábias sugestões dos *Cabildos Abiertos*, que nos permitiram enriquecer o Projeto Constitucional.

Nada poderá nos deter no cumprimento deste compromisso histórico e entregar ao povo da Nicarágua sua primeira Constituição Política em uma Pátria Livre.

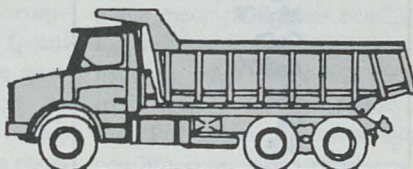
Para resolver seus problemas de transporte urbano e rodoviário

- CINCO UNIDADES DE PRODUÇÃO:
- Um complexo de veículos industriais
- Duas fábricas de carrocerias industriais
- Uma fundição G.S.
- Uma fábrica de equipamentos para veículos industriais

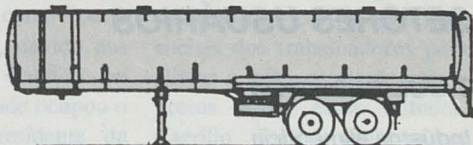


- DISPOMOS DE UMA EFICIENTE REDE DE DISTRIBUIÇÃO, PRONTA PARA ATENDER A TODOS OS PEDIDOS:

- 17 sucursais
- 361 concessionárias
- 27 pontos de venda



- COM UM EFETIVO DE CERCA DE 17 MIL PESSOAS E UM VOLUME DE NEGÓCIOS DE MAIS DE 5,5 MILHÕES DE DINARES ARGELINOS, SEGURAMENTE TEMOS O MATERIAL DE QUE NECESSITA



Tradição e experiência na fabricação, comercialização e assistência a veículos industriais



Não vacile em nos consultar



الهيئة الوطنية للسيارات الصناعية
Empresa Nacional de Veículos Industriais

S.N.V.I. - Route Nationale Nrc 5 - ROUIBA - ARGÉLIA
Tel.: 80.60.65/74 - 80.66.50/53 Telex: 68 134/68 137 SNVIR

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA PESADA

Empresa Nacional do Sal - ENASEL

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO PRODUTO:

Substâncias	Salgema %	Sal salino %
NaCl	99,85	99,19
MgCl ₂	—	0,349
MgSO ₄	0,010	—
CaCl ₂	—	0,039
CaSO ₄	0,044	0,375
Mg	—	0,089
Ca	—	0,124
SO ₄	—	0,265
Insolúveis	0,087	0,033

SETORES USUÁRIOS

1 Uso industrial

Indústria alimentícia
Indústria plástica
Indústria de peles
Indústria petroquímica
Indústria têxtil
Indústria de perfuração e sondagem
Demais atividades industriais

2 Uso doméstico

Quantidades disponíveis para exportação
em 1987

18 mil toneladas de sal industrial

EMBALAGEM:

- Sal industrial
- Sacos de polipropileno trançado de 25 kg
- Sacos de polietileno de 50 kg

PORTO DE EMBARQUE:

Arzew

ENCARREGADOS DA EXPORTAÇÃO:

- FELOUKI Mokhtar
- ZETILI Abdeslam
- FARAH Mohamed-Larbi

B. P. 13 B COUDIAT CONSTANTINE - ARGÉLIA
Telex: 92778 Telephone: 68.5693

Nova central sindical unitária

A crise do sindicalismo tradicional, desprestigiado por uma convivência com os patrões e com a ultradireita, estimula a unificação em torno de uma nova central

Coincidindo com um processo de crescente unificação e consolidação das organizações populares, entre as quais se destacam a Organização Nacional Indígena da Colômbia (Onic), a Coordenação Nacional de Organizações Agrárias e o Conselho Nacional de Organizações Populares, a 26 de setembro passado foi anunciada a criação da Central Unitária de Trabalhadores da Colômbia (CUT). Sessenta mil trabalhadores foram mobilizados para o lançamento da nova central, que reunirá 80% dos assalariados sindicalizados do país.

Para a criação da CUT con-

correram diversos fatores liga-

dos a uma grave crise do movimento sindical, marcado há muito tempo pelo patronalismo, o burocratismo, a corrupção e o divisionismo. Quem aparece como cabeça da nova central é o ex-ministro do Trabalho Jorge Carrillo Rojas, que ocupou essa pasta na etapa final do governo de Belisario Betancur. Os setores oligárquicos qualificaram essa decisão do presidente como "perigosa e populista", devido aos antecedentes de Carrillo no mundo sindical, onde ocupou o cargo de vice-presidente da União de Trabalhadores da Colômbia (UTC), de tendência

conservadora.

Durante sua gestão como ministro, Carrillo teve um desempenho digno e evitou com a sua mediação alguns conflitos, reiterando que havia chegado ao cargo "para defender os interesses dos trabalhadores". Por essa razão, entrou em conflito com vários representantes dos empresários e com o ex-presidente López Michelsen, quando estes exigiam que se cortassem certos benefícios sociais dos trabalhadores para aliviar a crise de algumas empresas. Com essas atitudes, Carrillo Rojas ganhou um crescente prestígio dentro do movimento sindical.



Ato no qual foi lançada a Central Unitária dos Trabalhadores da Colômbia (CUT)

Poucas semanas depois de abandonar o ministério, Carrillo liderou um movimento para unificar o sindicalismo, abrangendo desde a Confederação Sindical de Trabalhadores da Colômbia (comunista) e setores radicais de esquerda reunidos no chamado Sindicalismo Independente, até importantes sindicatos e federações dissidentes da UTC, a Confederação de Trabalhadores da Colômbia, que historicamente se declarou liberal, e da Conferência Geral do Trabalho, de tendência democrata-cristã.

Divisão e crise

A organização dos trabalhadores colombianos foi relativamente tardia se comparar-

mos com os demais países latino-americanos. Só em 1936 criou-se um agrupamento sindical de âmbito nacional, em parte fomentado pelo governo reformista de Alfonso López Pumarejo, que também se incumbiu de institucionalizar os protestos operários através do primeiro Código Trabalhista do país.

Essa organização, a Confederação dos Trabalhadores da Colômbia (CTC), liderada pelo liberalismo e com alguma influência comunista, conduziu importantes lutas unitárias dos trabalhadores, até que, em 1946, o Partido Conservador fundou a União dos Trabalhadores da Colômbia, criando a primeira divisão no movimento sindical.

O processo de divisão do sindicalismo se aguçou na dé-

cada de 60, quando as práticas sectárias provocaram um racha na CTC, levando à separação dos comunistas, que criam a CSTC, e dos marxistas-leninistas, maofistas e independentes, que formam várias frações do Sindicalismo Independente. Em 1970, nasce da UTC a Confederação Geral do Trabalho, filiada à Confederação Latino-Americana de Trabalhadores, democrata-cristã.

A UTC, a CTC e a CGT, salvo poucas exceções, serviram como instrumento mediador das lutas operárias na Colômbia, ao se identificarem partidariamente com os governos, recebendo em troca o reconhecimento de interlocutores na negociação entre operários e patrões. Sua participação na Paralisação Cívica Nacional, realizada a 14 de setembro

Manifesto da CUT ao povo e aos trabalhadores

☐ *A Unidade e a Democracia* – “Nós, trabalhadores colombianos, estamos construindo uma central unitária, pluralista, progressista e democrática que transforme os esquemas de um sindicalismo tradicional, dividido e excludente, para se conseguir com uma ação de massas influenciar nas grandes decisões políticas, em uma palavra, nos conflitos sociais de maior envergadura porque nós, trabalhadores, camponeses e indígenas, não podemos continuar sendo exceção na construção da democracia.”

Fundo Monetário Internacional – “Nós, na Colômbia, devemos unir nossa voz de protesto à da classe operária mexicana, que

está exigindo que seu governo rompa com o FMI; às grandes manifestações dos irmãos panamenhos contra o saque inclemente dessa instituição; ao apoio da classe operária peruana às corajosas decisões de seu presidente de não pagar como quer o FMI; às manifestações dos operários argentinos e bolivianos denunciando seus governos por estarem entregando o povo às aspirações do FMI. Ao magnífico povo chileno que enfrenta essa criação monstruosa do FMI que se chama Augusto Pinochet.”

A reforma trabalhista, os benefícios sociais e os salários – “Nós, a classe operária, não temos a menor dúvida de que um amplo setor dos dirigentes do país, manipulado pela oligarquia financeira internacional, está disposto a seguir em frente em seu propósito de acabar com os benefícios sociais, debilitar o movimento dos trabalhadores, a fim de fazer com que não se lute

de 1977, apontada como um marco nas lutas reivindicativas populares, não ficou isenta de interesses políticos, pois correspondeu em parte à oposição desencadeada pelo conservadorismo ao governo de Alfonso López Michelsen.

Desde então, as três centrais (qualificadas pelos patrões, pelo governo e os meios de comunicação como “democráticas”, para distingui-las das demais que englobam na classificação de “comunistas”), se caracterizaram por negociar de portas fechadas e à revelia das bases as reivindicações salariais, e pôr impedirem o protesto direto, que muitas vezes qualificaram de “subversivo”.

Durante o governo de Betancur, atuaram coligadas na



Comando Pró-Central Unitária. Ao centro, Jorge Carrillo Rojas

Frente Sindical Democrática e, diante da 3ª Paralisação Cívica Nacional, convocada pelas organizações populares em junho de 1985, se apressaram em assinar um “pacto social” com o governo e em desqualificar o movimento, considerando-o

“terrorista”. A hierarquia eclesiástica, impulsionadora dessa Frente como alternativa ao crescimento das tendências “comunistas totalitárias”, não esteve alheia a essas atitudes.

Essa história contribuiu para a perda de credibilidade

por seus direitos.

“Rechamos o projeto de faculdades extraordinárias que o governo apresentou. Rechamos da mesma forma os 15% anunciados pelo governo para os salários dos funcionários públicos e exigimos uma política salarial coerente, baseada em critérios de justiça social, que se acabe com as discriminações nos setores agrário, público e privado. Uma reforma verdadeiramente democrática deve ser resultado de negociações diretas com os autênticos representantes dos trabalhadores.”

O problema agrário – “A Reforma Agrária não pode ser feita à margem, sem a intervenção das organizações camponesas e indígenas, as quais, como representantes dos seus filiados, dariam sua contribuição e defenderiam os interesses dos milhões de pessoas do campo, para que seja produto do acordo e não uma imposição, como tem

acontecido até hoje. Em síntese, a Reforma Agrária deve ser democrática, resultado de um acordo nacional entre o Congresso, as organizações camponesas e indígenas e os representantes da classe operária.”

O direito à vida – “O terrorismo político na sua seqüela de violência, acabou com a vida de parlamentares, deputados, conselheiros e ativistas políticos, por serem leais a seu ideário político e à democracia. As dezenas e dezenas de desaparecidos reclamados pelos seus parentes, denúncia feita pelo ex-procurador geral da nação, Carlos Jiménez Gómez, exige uma resposta à pergunta que a opinião pública faz: Onde estão? Quais são os resultados das investigações em curso?

“O direito à vida é nossa principal reivindicação e exigência ao governo para que seja protegida, porque é a razão de existir do ser humano.”

das confederações e para o surgimento de setores críticos que, diante das práticas antidemocráticas exercidas pelos dirigentes, preferiram retirar sua filiação. Tudo isso levou ao seu enfraquecimento, de tal modo que hoje não representam mais do que 20% do sindicalismo.

Durante o ano de 1986, as forças majoritárias abandonaram essas centrais, não sem antes tentar questionar e retificar as atitudes desonestas dos dirigentes, como o entreguismo e o extravio de fundos. A resposta foi a intervenção policial, chegando-se inclusive, em alguns casos, à agressão armada.

Hernando Rodríguez, vice-presidente da UTC, integrado ao processo da CUT, considera que no interior da central se deu uma "crise moral". Por seu lado, Pedro Julio Caro, vice-presidente expulso da CTC e articulador da nova central, afirma que a CTC "perdeu sua razão de ser como organismo operário, porque está coligada com os patrões, que subvencionam alguns dirigentes, em troca de que se impeça o aparecimento de sindicalistas balizadores". Esse dirigente denuncia igualmente os adidos trabalhistas da embaixada norte-americana, que "percorrem o país comprando, com alguns óbulos, a consciência dos trabalhadores", e o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADSL), "que organiza cursos e eventos que visam à despolitizar o movimento sindical, limitando sua função

unicamente à discussão de petições".

No caminho da unidade

A esquerda vinha liderando um importante processo unitário que dava ao sindicalismo independente e à CSTC a possibilidade de constituir a primeira força operária do país. Os fatos recentes e a integração de sindicatos e federações das "centrais tradicionais" permitiram que um milhão de trabalhadores ganhem um importante instrumento de luta num momento em que o governo e a empresa privada implementam uma revisão das conquistas trabalhistas. Abel Rodríguez, presidente da Federação Colombiana de Educadores – que reúne 200 mil docentes – afirma que a CUT não só é produto da crise no interior do movimento sindical, especialmente da UTC e da CTC, como representa também uma reação diante das "ameaças do Estado contra as conquistas e direitos dos trabalhadores".

Nesse contexto, a 16 de agosto passado, se realizou um Foro pela Defesa dos Interesses dos Trabalhadores e da Unidade Sindical, do qual participaram 500 organizações, que decidiram constituir um comando nacional pró-central unitária e divulgaram um documento em que declaravam: "Assumimos o solene compromisso histórico de trabalhar com todas as nossas forças organizativas, morais e intelectuais, no nobre propósito de construir uma central sindical unitária, classista, democrática

e progressista". E definem como primeira tarefa convocar para uma mobilização nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores, da soberania nacional e contra as imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Num momento em que os empresários exigem do governo reformas trabalhistas contrárias aos interesses dos trabalhadores, em que o desemprego afeta um milhão e meio de pessoas (15% da população economicamente ativa), em que há dois milhões e meio de colombianos subempregados, em que as exigências do FMI recaem sobre a renda dos setores mais pobres da população e o país destina 45% de suas rendas por exportações ao pagamento do serviço da sua dívida externa, que atinge 14,5 bilhões de dólares, a criação da CUT sobre bases pluralistas, independentes e democráticas constitui um fato fundamental.

O Congresso constitutivo da central ocorreu de 15 a 17 de novembro, quando foram definidos o estatuto, os princípios e a plataforma. O passo mais importante já foi dado. "Se a unidade for feita em torno de uma plataforma ideológica, no ano 2000 a discussão não terá terminado. Mas uma plataforma de ação é muito fácil de ser concretizada e assim saberemos para que nos unimos, com regras de jogo muito claras. Existem obstáculos, mas acredito que há mais coisas que nos unem do que fatores que nos separam", afirma Jorge Carrillo. •

Guillermo Segovia Mora

Mulher

O 6º Congresso da Organização das mulheres africanas

Com 24 anos de existência, a OPM constitui um instrumento de luta contra o *apartheid* e a política belicista do regime sul-africano

Durante a década que a ONU dedicou à promoção da mulher (1975-1985), houve avanços em todo o mundo com relação à população feminina, mas foi no continente africano que os progressos constituíram uma característica marcante.

Para isso, contribuiu o fato de que, nessa década, a África avançou irreversivelmente no caminho para a completa independência política, tendo-se

proclamado o fim do colonialismo em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Foi nessa época que também ocorreram na África mudanças em vários regimes políticos, como a que libertou a Etiópia da longa ditadura dinástica de Hailé Sellassié; aquela que acabou com os sonhos imperiais de Bokassa na atual República Centro-Africana; a que em Uganda

expulsou do poder o extravagante e despótico Idi Amin Dada; a que, no Alto Volta, levou o povo a mudar o nome de seu país para Burkina Faso e deu origem a um processo dinâmico de transformações sociais, para não citar outros exemplos como os de Madagascar, Guiné Equatorial e Seychelles.

Com a independência ou a redemocratização, deu-se início a um trabalho de promoção da mulher. E, nesse percurso, exerceu importante papel, a Organização Panafricana de Mulheres (OPM), fundada em julho de 1962, justamente no calor das lutas de libertação nacional que comoveram o continente africano na década de 60. Mais de 20 anos depois de fundada, a OPM realizou em setembro passado, em Luanda (Angola), o seu 6º



DIP/PIA

Fundada em 1962, a OPM teve, desde então, um papel importante na promoção política da mulher africana

1986 - Novembro - nº 95

terceiro mundo - 57

Angola fica com a secretaria geral da OPM

☐ A República Popular de Angola foi eleita secretária geral da Organização Panafricana de Mulheres (OPM) para um período de quatro anos.

Angola sucede, assim, a Argélia, que assumiu a Secretaria Geral durante 18 anos.

Foram ainda escolhidos para secretário geral das Relações Exteriores, o Senegal, para a Educação e Cultura, a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (Swapo), enquanto o Congo, Madagascar e o Sudão

ocupam as pastas da Administração e Finanças, Assuntos Sociais e Assuntos Jurídicos, respectivamente.

Para as cinco secretarias regionais, o 6º Congresso da OPM elegeu a Líbia, para a zona norte, o Camarões, para a zona central e o Burkina Faso para o oeste. O Zimbábue assume a secretaria regional para a África Austral e o leste ficou para a Tanzânia.

O Mali, para o norte da África, a Guiné-Bissau para o oeste, Moçambique para a região austral e o Zaire e a Etiópia, respectivamente para o centro e para o oeste, compõem o Comitê de Controle e Finanças.

Congresso, reunindo delegações de 34 países, num evento onde a tônica foi a discussão da angustiante situação das mulheres vítimas do *apartheid*.

Mas esse não foi o único tema abordado nesse foro, que permitiu o confronto de diferentes pontos de vista de mulheres de todos os quadrantes do continente africano. Também não ficaram de fora as discussões sobre temas específicos da problemática feminina, como a necessidade de promover a formação da mulher assim como a sua informação¹, valorizar a medicina tradicional como uma forma de ajudar a mulher do meio rural, incentivar a familiarização da mulher com a utilização das novas tecnologias, valorizar sua contribuição nas tarefas agrícolas, reconhecendo que ela é "um instrumento vital para a redução da crise alimentar" e ajudá-la a se incorporar ao trabalho sem se descurar dos deveres familiares.

O tom das discussões do



A ex-secretária geral da OPM, Fethia Bettahar

6º Congresso da OPM foi dado, desde o primeiro dia, pela intervenção da secretária geral da organização, a argelina Fethia Bettahar (que estava deixando o cargo): "Se a independência política de nossos povos foi um objetivo prioritário da ação da OPM, é porque constitui um pré-requisito obrigatório para qualquer forma de progresso. Mas não é a nossa única preocupação. O incentivo à participação política não possui conteúdo real sem o exercício efetivo por

parte da mulher de seus direitos econômicos e sociais", afirmou a dirigente da OPM.

O significado da realização de um evento com essas características em um país como Angola, que pertence à Linha de Frente e está sofrendo há mais de uma década as agressões do regime sul-africano, também ficou claro desde o início, através das intervenções de várias delegadas e, em particular, na mensagem que o primeiro-ministro do Zimbábue, Robert Mugabe, enviou na condição de atual presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados. A mensagem de Mugabe tem o seguinte teor: "Consideramos a escolha de Luanda para a realização do congresso como uma expressão da solidariedade para com os povos da África Austral e, em particular, os povos oprimidos da África do Sul e da Namíbia. Creio que vossa consciência de mulheres progressistas da África fará com que o congresso apóie e preo-

nize a imposição de sanções econômicas inadiáveis, incondicionais e obrigatórias contra o regime do *apartheid*".

Os temas do encontro

Com o lema "Desenvolvimento, Unidade e Paz", o 6º Congresso da Organização Panafricana de Mulheres deu ênfase ao empenho da mulher africana em fortalecer a unidade do continente, "pedra fundamental da luta pela libertação total". Mas também analisou a situação em que vive a maioria das mulheres, "em um momento em que as calamidades como a seca, a fome, as doenças, se somam à difícil situação sócio-econômica em que se encontra a maioria dos nossos países".

Chegou-se à conclusão de que essa realidade era a que mais justificava a dinamização das atividades da OPM, para "torná-la mais ativa, dinâmica e estruturada, de forma a poder contribuir mais adequadamente para a solução dos enormes problemas que nossos povos enfrentam", nas palavras da secretária geral da Organização da Mulher Angolana (OMA), Ruth Neto (*ver nesta edição, no Especial dedicado a Angola, uma entrevista com essa dirigente*), que foi eleita secretária geral da OPM de agora em diante, em substituição a Fethia Bettahar.

O congresso aprovou um Plano de Ação político, econômico, sócio-cultural, de informação e de relações internacionais. A filosofia dessa proposta está identificada com

os postulados do Plano de Ação de Lagos, definido na 21ª Reunião de Cúpula da Organização da Unidade Africana (OUA), realizada este ano na capital da Nigéria, que traça uma estratégia de desenvolvimento econômico para o continente africano.

Nesse sentido, um dos aspectos mais ambiciosos do plano de ação das mulheres africanas é a promoção da solidariedade tanto internacional quanto das organizações da OPM em apoio aos movimen-

armamentista", declarou Fethia Bettahar.

Os antecedentes

A 31 de julho de 1962, quando foi fundada a organização, dela só faziam parte 21 países e 7 movimentos de libertação. Inicialmente se chamou de Conferência das Mulheres Africanas (CMA). Essa data atualmente é comemorada como o "dia da mulher africana" e marca o início do trabalho em favor do respeito e do



As delegadas analisaram a opressão criada pelo "apartheid"

tos de libertação, especificamente o ANC e o PAC da África do Sul, a Swapo da Namíbia e a Frente Polisário, do antigo Saara Ocidental (hoje, República Árabe Saaraui Democrática - Rasd), parcialmente ocupado pelo regime do Marrocos.

"O principal obstáculo para a promoção da mulher africana foi e continua sendo o ambiente hostil e explosivo criado pela obstinada persistência do colonialismo, do racismo, do *apartheid* e da perigosa corrida

reconhecimento dos direitos da mulher na África.

Depois desse primeiro congresso, realizado na capital da Tanzânia (Dar-es-Salaam), a Conferência se reuniu novamente em Monrovia, capital da Libéria, em 1964, contando com quatro novas adesões. O 3º Congresso se realizou em Argel em 1968, pouco depois da incorporação da Conferência das Mulheres Africanas à Organização da Unidade Africana (OUA), com status de observadora. Nessa oportuni-

dade, foi decidida a transferência da sede permanente dessa organização continental de mulheres, de Bamako (Mali) para Argel (Argélia) e se deu prioridade à ajuda e solidariedade para com os movimentos de libertação.

Foi em 1974, durante a realização do 4º Congresso em Dakar (Senegal), que foi aprovada a mudança de nome da instituição que passou a se chamar Organização Panafricana de Mulheres, que conserva até hoje. O 5º Congresso, que não teve maior reper-

cussão porque seus trabalhos não chegaram a ser concluídos diante da falta de quorum legal para seu funcionamento, foi realizado na capital libiana, Trípoli, em 1980.

Nessa oportunidade, Angola já tinha sido escolhida como sede do congresso seguinte. Nesse momento, a OPM contava com 46 membros, dos quais três eram movimentos de libertação, o ANC e o PAC, da África do Sul, e a Swapo, da Namíbia.

Apesar da falta de quorum, nas discussões de Trípoli fo-

ram adotadas algumas medidas que asseguraram a continuidade dos trabalhos e dinamizaram o movimento. Uma delas foi a criação de um centro de informação da OPM em Luanda, Angola, instalado em agosto desse mesmo ano.

O 20º aniversário da Organização Panafricana de Mulheres foi celebrado na cidade de Bujumbura, Burundi, aprovando-se uma moção de apoio e solidariedade às mulheres dos países da Linha de Frente. Dando continuidade a esse trabalho, Harare, a capital do

Não-Alinhados: o papel da mulher no desenvolvimento

☐ A 8ª conferência dos chefes de estado e de governo do Movimento dos Países Não-Alinhados, realizada em Harare, capital do Zimbábue, de 1 a 7 do mês passado, prestou no seu programa de ação para a cooperação econômica, especial atenção ao papel da mulher no desenvolvimento.

A conferência apelou aos países em desenvolvimento para que adotassem as medidas jurídicas, políticas, econômicas e organizativas necessárias à criação de condições que permitam a elaboração e aplicação das "estratégias orientadas para a evolução da mulher até o ano 2000".

Insistiu em que a plena participação da mulher no processo de desenvolvimento lhe permitirá, entre outras coisas, tomar parte na adoção de decisões em matéria de desenvolvimento, inclusive a nomeação de mulheres em cargos de responsabilidade.

A 8ª reunião de cúpula de chefes de estado realçou a necessidade dos países não-alinhados adotarem medidas destinadas a erradicar as tendências e práticas sociais que menosprezam os interesses, o papel e a condição da mulher.

Por outro lado, recomendou a realização de estudos de maneira organizada e coordenada dos problemas vinculados à mulher nas esferas de especial importância para a sua afirmação na sociedade, tais como agricultura, legislação, educação, informação etc., com a finalidade de identificar as medidas apropriadas e empreender atividades concretas em todas as esferas de desenvolvimento dos países não-alinhados.

A elaboração de um programa conceitual e metodológico adequado para o desenvolvimento de indicadores estatísticos e de outra natureza que possam contribuir para a avaliação das medidas adotadas para a evolução da mulher, foi também recomendada na conferência. A reunião exortou os países do Movimento a promover formas de cooperação econômica e técnica a diversos níveis, mediante a inclusão de aspectos pertinentes para o desenvolvimento da mulher.

A conferência sublinhou ainda a importância da participação coordenada dos países não-alinhados juntamente com a comissão das Nações Unidas sobre a condição jurídica e social da mulher, além de outros órgãos e organismos do sistema da ONU, visando à aplicação das "estratégias orientadas até o ano 2000".



R. Bissio

O 6º Congresso da OPM também homenageou a cultura africana

Zimbábue, outro país da África Austral, foi escolhida para a reunião da secretaria regional preparatória do 6º Congresso, em março deste ano. Houve também em Argel, sede permanente da OPM até o congresso de Luanda, uma reunião a nível da secretaria geral para definir os últimos detalhes do evento.

O peso da África Austral

Nos trabalhos do 6º Congresso, ficou claro que a mulher africana reconhece no regime sul-africano o principal adversário do seu desenvolvimento e avanço como ser humano. Foi notório o peso político das delegações representantes da região da África Austral e dos movimentos de libertação em particular.

A delegação da Swapo foi encabeçada por Pendukene Kaulinge, membro da direção desse movimento e secretária geral da Organização das Mulheres da Namíbia. Ela denunciou as tentativas do regime sul-africano de "dividir a Namíbia, isolando a faixa de Caprivi do resto do país. A partir desse lugar, os militares sul-africanos realizaram incursões

aéreas contra Lusaka, Gaborone e Harare, em maio passado². Essa política tem por objetivo a contínua desestabilização dos países independentes vizinhos e, por isso, mesmo depois que a Namíbia for independente, os sul-africanos pretendem manter a faixa de Caprivi como base para seus ataques".

Pendukene Kaulinge, uma das dirigentes mais solicitadas pelos jornalistas que cobriam a conferência, disse em sua intervenção no plenário que, em nome da sua organização, solicitava "a solidariedade e o apoio permanente para levar a luta adiante, a qualquer custo".

Outra intervenção marcante foi a da delegação sul-africana, encabeçada por Gertrude Shope, que preside a seção feminina do ANC e pertence ao seu Comitê Executivo Nacional. Shope ressaltou o papel da mulher na luta contra o *apartheid*, desde os primeiros tempos da fundação do ANC, 70 anos atrás.

Como geralmente acontece, também em relação à mobilização da mulher, são os países em luta que impõem o ritmo e o nível ao desenvolvimento da consciência dos outros povos.

No 6º Congresso da OPM, ficou claro que as mulheres da África Austral – seja as que vivem diretamente sob o jugo do *apartheid*, na África do Sul e na Namíbia, seja as que sofrem através das agressões permanentes de Pretória, como em Angola, Moçambique e Zimbábue – estão, com seu exemplo, influenciando as demais mulheres do continente africano. Esse exemplo nem sempre vem da participação direta na luta ou na resistência. Às vezes é, simplesmente, o exemplo da dignidade.

Como comentava Zara Ramdán, uma das integrantes da delegação da Frente Polisário – que desenvolveu um excelente trabalho de conscientização sobre a questão do Saara –, algumas delegadas do mundo árabe estavam muito impressionadas com as dificuldades que o povo angolano enfrenta diante das agressões sistemáticas do regime sul-africano, agora somadas à queda do preço do petróleo. "Mas todas reconhecem, afirma Zara, que essas limitações, essas carências, são amplamente compensadas pelo orgulho que as mulheres de Angola sentem por sua liberdade, o mais precioso de todos os bens que têm".

●
B.B.

¹ Entre as resoluções do Congresso, decidiu-se dinamizar a publicação da revista "Mulher na África", da OPM.

² A faixa de Caprivi é uma parte do território da Namíbia, que é como uma cunha que se mete na fronteira desse país com Zâmbia, Botsuana e Zimbábue e, por isso, tem grande valor estratégico para o regime sul-africano.

As resoluções

☐ No 6º Congresso da Organização Panafricana de Mulheres, foram aprovadas, juntamente com a declaração final, seis resoluções: sobre a África Austral, sobre a Rasd, sobre o desenvolvimento econômico do continente, sobre a situação política da África, sobre finanças e um programa de ação sobre a lei orgânica da própria organização.

Nas resoluções referente à África Austral, as delegadas “se solidarizam com as mulheres dos países da Linha de Frente na sua luta pela paz” e exigem “a aplicação das sanções globais e obrigatórias contra o anacrônico regime do *apartheid*, assim como a aplicação da Resolução 435/78 da ONU, como única forma de alcançar a independência da Namíbia”.

Em relação ao Saara Ocidental, as delegadas “reiteram sua solidariedade militante para com a luta do povo saaraui, por seus direitos à autodeterminação e independência nacional, sob a égide da Frente Polisario” e afirmam que a solução da questão “reside na aplicação das resoluções pertinentes da ONU e dos países não-alinhados”.

Ao analisar a situação do continente,



Pendukene Kaulinge, dirigente da SWAPO



A Organização da Mulher Angolana (OMA) trabalhou intensamente para dar apoio e assegurar o funcionamento do 6º Congresso

“condenam a agressão imperialista norte-americana perpetrada contra o povo da Jamahiyria Árabe da Líbia” e “apelam às principais partes beligerantes no Chade para que o problema seja resolvido de forma pacífica”. Nas considerações políticas, também se referem a conflitos extracontinentais, manifestando “seu apoio à luta do povo de Timor Leste por sua autodeterminação e independência, assim como ao plano de paz da Fretilin”, pronunciando-se a favor da realização de uma conferência de paz para o Oriente Médio com a participação de todas as partes interessadas, inclusive a OLP” e de apoio às gestões do Grupo de Contadora em relação à Nicarágua, “um importante passo para o estabelecimento da paz e a tranquilidade na região”.



Zara Ramdán, representante da Frente Polisario

Mulher/Notas

Primeira bibliografia da mulher boliviana

Quase 700 livros e outras publicações escritos na Bolívia nos últimos 65 anos, estão reunidos na primeira bibliografia sobre a mulher boliviana, já em circulação. A iniciativa coube ao Centro de Informação e Desenvolvimento da Mulher (Cidem) e constitui um esforço no sentido de sistematizar as informações existentes sobre a problemática feminina no país, com o objetivo de criar facilidades à pesquisa sobre o tema.

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 70, o papel da mulher vem sendo objeto de um interesse cada vez maior por parte de cientistas sociais de ambos os sexos. Nesse campo, é importante ressaltar a incursão de mulheres jovens, como resultado de sua maior participação em atividades profissionais, antes quase que exclusivamente reservadas aos homens.

A publicação, realizada por dois cientistas sociais e três documentaristas, abrange o período de 1920/85. Segundo os textos escritos por mulheres, a década de 20 constitui o ponto mais importante sobre o despertar da consciência feminina, pois naquele período, anterior à guerra com

o Paraguai (conhecida como a guerra do Chaco), mulheres de diferentes classes sociais fundaram organizações e grupos para a defesa de seus direitos.

A bibliografia permite acompanhar a evolução da consciência feminina na sociedade boliviana. Em primeiro lugar, constata-se que, da grande produção encontrada, apenas uma ínfima parte destaca a participação da mulher em setores que transcendem o campo doméstico.

dos na literatura daquela época que, paradoxalmente, se refere, em torno de 60%, à saúde da mulher boliviana como procriadora.

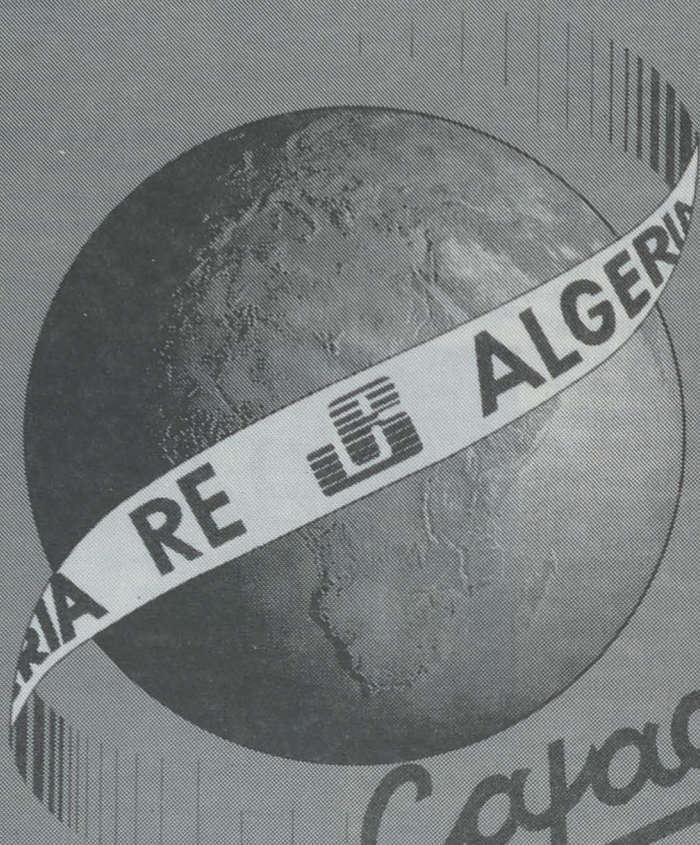
Apenas a partir de 1970 é que a problemática domésti-



A partir da década de 20 até a de 60, as mulheres participaram da guerra do Chaco, militaram maciçamente no Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e tiveram um importante papel político durante o governo desse partido entre 1952 e 1964, além de ingressarem na vida sindical mineira e nas lutas populares. Esses dados, no entanto, não estão registra-

co-reprodutiva, como tema bibliográfico, vai cedendo lugar ao trabalhista e social. No período 1980/85, dá-se uma maior diversificação do interesse dos escritores sobre o tema Mulher e também maior número de publicações: 180 títulos, o correspondente a mais da quarta parte da bibliografia, de 750 autores, dos quais apenas 227 do sexo feminino.

الشركة المركزية
لإعادة التأمين
COMPAGNIE CENTRALE DE REASSURANCE



Une Capacité



C.C.R

21. Bd Zirout Youcef -
Alger.

Tél. : 63.72.88 à 89

64.02.71 à 72

Télex : 67.091 - 67.92 DZ

الإعادة الجزائرية
ALGERIA - RE

Angola, terra da liberdade.



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

SAÍDAS
sábado: 09:00h
(hora de Angola)
domingo: 17:00h
(hora do Brasil)

CHEGADAS
sábado: 13:00h
(hora do Brasil)
2ª feira: 05:00h
(hora de Angola)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

LUANDA
RIO

**Nosso compromisso
é com a emancipação do
Terceiro Mundo.**

**Falamos 3 idiomas
em 5 edições para 70 países
de 5 continentes.**



**Dois terços da humanidade
vivem no Terceiro Mundo.**

**Você tem que chegar lá.
Venha conosco!**

Publicação mensal da Editora Terceiro Mundo

Deptos. Comercial e de Circulação:

Rua da Lapa 180 - Lapa - Rio - RJ - CEP 20041

Telefones (021) 222-5574 e 222-5540 - Telex 21-33054 CTMB/BR

Um trabalhador da música popular

Oswaldo Pugliese, mestre do tango, aos oitenta anos de idade e sessenta e cinco de carreira, conta sua vida e volta a defender a paz



A orquestra de Oswaldo Pugliese percorreu o mundo, levando o tango e uma mensagem de paz

J apão, França, Itália, União Soviética, Venezuela, Colômbia, Cuba e Nicarágua são alguns dos países que receberam o maestro Oswaldo Pugliese ao longo dos 65 anos durante os quais vem exercendo a sua profissão de músico.

Lúcido, inteligente, inquieto e simples – assim é este homem que, entre outras coisas, foi mestre dos maiores “tangueros” da Argentina, entre eles Astor Piazzolla.

Quatro violinos, uma viola, um contrabaixo, três

bandoneones, dois cantores e Oswaldo Pugliese, com seu piano, formam a orquestra. A idade dos músicos varia dos 82 anos do maestro aos 20 de um dos violinistas, que começou a tocar com Pugliese aos 18: “Eu não fazia a menor idéia do que fosse o tango, pois era músico clássico. Agora, acho que nunca mais vou deixar esta música”, diz ele.

A explicação do maestro Pugliese é simples: “Sempre tento introduzir sangue novo em minha equipe, porque os jovens têm uma coisa que os

“coroas” como eu quase já não temos, que é aquela força, aquele entusiasmo”. Apesar disso, Pugliese rege até hoje a orquestra, faz os arranjos e dá um concerto por dia. Um dos ritos de que não abre mão, no fim de cada concerto, logo após os aplausos, é pedir pela paz mundial e fazer a sua defesa, condenando a bomba atômica e pronunciando-se, como fez numa apresentação no Rio de Janeiro, contra “os golpistas que não nos entendem”.

O maestro Oswaldo Pugliese é um militante ativo dos movimentos de defesa dos direitos humanos e do “Grupo dos 100 para Continuar Vivendo”, movimento antinuclear argentino.

Antes de começar um de seus concertos no Brasil, o maestro recebeu *cadernos do terceiro mundo* para esta entrevista.

Maestro, vamos falar um pouco da sua história.

– Bem, se você dispõe de uma semana para ficar aí sentado ouvindo este velho, tudo bem.

O senhor iniciou-se na música aos 14 anos, e aos 30 já tinha sua própria orquestra. Como foi sua vida desde essa época até hoje?

– Houve de tudo. Coisas boas e momentos de crise muito difíceis, momentos em que, por exemplo, para poder

terceiro mundo – 65

pagar os meus estudos de música tive que trabalhar como metalúrgico, gráfico, estivador, jornalista e até como engraxate. Hoje, ninguém fala dessas coisas, ninguém lembra disso. Mas sinto muita alegria por meu trabalho não ter sido em vão. Tento estabelecer parâmetros de tempo, e o resultado é uma emoção muito forte. A conclusão é: "Cheguei".

Pensando nessa história, uma história de trabalho e de sacrifício, coerente e honesta, sabendo que o senhor foi, por exemplo, engraxate, o que foi que sentiu quando tocou no Teatro Colón, de Buenos Aires?

— Puxa, foi realmente uma sensação de alegria e de plenitude muito grande. Nesse momento, o que mais me vinha à lembrança era a imagem de minha mãe, porque quando ela me ouvia tocar, como toda mãe, repetia incansavelmente: "Este menino acaba tocando no Colón". Olha, rapaz, essa era uma coisa realmente impossível. Até o ano passado, quando eu toquei no Teatro Colón, nenhum artista popular tinha subido naquele palco. Quando chegou o momento, eu só conseguia pensar em minha mãe, porque, entre outras coisas, não tinha sido uma coisa planejada por mim: foi um presente de amigos meus, um presente de aniversário no dia em que fiz 80 anos.

Lembro-me também que depois, olhando o *tape* do concerto, eu ria como louco. Parecia um menino, dedicando cada música "pra mamãe". Onde já

se viu, um homem da minha idade usando essas expressões infantis. Claro que naquela hora nada me importava. Eu só sentia uma grande necessidade de homenagear minha mãe.

Outra coisa que não canso e nunca cansarei de dizer é que o nosso teatro Colón deveria ser um templo da cultura popular, aberto a todos os artistas populares. Não pode continuar sendo aquele lugar inatingível para o povo, onde só se apresentam músicos clássicos e no qual só podem entrar os que têm dinheiro para pagar o ingresso, que é caríssimo. Isso me parece uma falta de respeito, porque o teatro é mantido por nós. Quem desfrutava dele? A oligarquia. Mais uma vez a história se repete: dois mil suam para que quatro aproveitem.

Como foi o início da sua carreira?

— Difícil, mas, analisando agora, à distância, foi muito engraçado. Comecei tocando numa sala de cinema mudo, lá pelo ano vinte e poucos. Lembro que às vezes o filme era tão bom, que eu esquecia de tocar piano e ficava ali, olhando para a tela. Aí vinha o lanterninha gritando como um animal: "Aqui ninguém te paga para você ficar vendo o filme. Te pagamos para tocar piano!" Então eu começava a tocar outra vez, mas dali a pouco ficava novamente ligado no filme. A situação se repetia umas três vezes por noite pelo menos. Era muito engraçado, mas um dia o dono me deu um chute no lugar onde terminam

as costas, e comecei a trabalhar num cabaré. Assim fui indo até que, em 22, entre outras canções, compus *Recuerdos*. Essa música ficou famosa em 24, gravada por Julio de Caro e, quase ao mesmo tempo, por uma cantora que era sucesso naquele momento, Rosita Montemar.

O músico e seu tempo

Pugliese, o senhor formou sua orquestra definitivamente em 1945. O que aconteceu desde essa época até hoje?

— De tudo. No plano nacional, ou seja, na Argentina, houve desde sucessos absolutos até perseguição política e, por isso mesmo, falta de trabalho.

Em 1959, por exemplo, trabalhei cinco meses na União Soviética e na China Popular. Em 1964, fui ao Japão para uma temporada de três semanas e acabamos tocando durante seis meses e meio. Em 1972, fui pela primeira vez aos Estados Unidos, em 79, outra turnê pelo Japão, de três meses e meio. Em 80, México, Colômbia e Peru. No ano seguinte, voltei ao México e em 1983, fui a Cuba. Em 84 toquei na Nicarágua e na França. Em 85 fui a Barcelona e a Madri, na Espanha, e a Amsterdã, na Holanda. Na volta para a Argentina, passamos pela Venezuela. Para este ano temos ainda turnês pela Itália, Holanda e Alemanha. Na verdade, tenho viajado mais do que uma aëromoça.

Maestro, o senhor mencionou a Nicarágua. Quais foram as suas impressões sobre esse país?

E. Restivo

— É um povo revolucionário, um povo maravilhoso. A Nicarágua é, hoje, um país realmente livre. Como trabalham, como progridem! E ainda têm que se defender dos Estados Unidos e dos “contras”. Desta vez, Reagan vai ficar engasgado com o próprio cuspe, porque não vai conseguir derrotá-los. Os nicaraguenses têm uma noção de pátria que aquele senhor não conhece. Tive a sorte de poder falar com Daniel Ortega e com Tomás Borge. Eles não se cansam de dizer: “Se o que gastamos em armas pudesse ser empregado em saúde e ensino, você pode imaginar o que seria a nossa Nicarágua?” Eles sabem exatamente quantas pessoas morrem em combate, porque não ficam em seus gabinetes. Eles vão até as frentes de batalha.

Vou dar um exemplo, uma coisa que me aconteceu. Em Manágua, fiquei hospedado numa residência oficial, e no quarto dia em que estava lá ouvi tocar a campainha. Uma mulher procurava a moça que fazia a limpeza na casa. Quando se encontraram, a mulher que chegara disse: “Foi morto na fronteira, acabaram de me avisar”. A moça da limpeza, com os olhos secos, respondeu: “Viva a minha pátria, viva a minha Nicarágua”. Depois fiquei sabendo de que falavam: a moça da limpeza era irmã de um soldado morto e a que veio avisá-la era mulher dele.



Pugliese: “Esses loucos devem o desarmamento à humanidade”

Que mais posso acrescentar a isso? Eles sabem por que morrem e sabem por que lutam. Outro dia, por exemplo, eu li em *La Nación*, de Buenos Aires, uma nota realmente nojenta intitulada: “Nicarágua: depois dizem que não são comunistas”. O engraçado é que eles não são mesmo comunistas. Eu, que sou o comunista mais velho da Argentina, te garanto. Eu adoraria dizer: “Sim, são comunistas”, porque eu acredito nisso. Mas eles não são. Os nicaraguenses pretendem um socialismo novo, revolucionário, criativo. Isso é o que ninguém entende e a grande imprensa não explica.

Os direitos humanos

Como é a sua relação com o público?

— Pelo mundo inteiro recebo demonstrações de carinho, o que me deixa realmente muito feliz. Há muitos anos que recebo do público todo tipo de manifestação de afeto e isso carrega as minhas pilhas de maneira incrível. Há mais

de 65 anos que vivo nessa bagunça que são os recitais e os ensaios, mas ainda estou vivo, ou melhor, graças a essa confusão é que estou vivo.

Por falar nisso, como seria a vida de Osvaldo Pugliese se não fosse o músico famoso que é hoje?

— Estaria estudando piano ou carregando sacos. Estaria lendo ou recolhendo assinaturas pela liberdade dos presos políticos, ou organizando trabalhos pela paz.

O senhor, em seus espetáculos, tem o hábito de falar da paz, dos direitos humanos e do perigo atômico. Chega mesmo a encerrar os seus recitais pedindo ao público que repudie a bomba atômica. Por que faz isso?

— Se esses loucos começarem a jogar bombas, a radiação vai atingir todos nós. Muitas vezes eu ouço coisas como esta: “Não converse com esse, é pró-soviético, está podre”. Ou então: “Aquele ali é o pró-ianque, não se meta com ele”.

O que é o tango?

☐ Olha, muitas coisas ao mesmo tempo.

Como criador dessa música, vou tentar explicar a você. Digo que vou tentar, porque parece ser uma pergunta fácil, mas não é. Primeiro, é a música que representa as pessoas do meu povo, é um sentimento, uma coisa que você cria e que vai passando, passando e, à medida que passa, vai sendo transmitida, vai crescendo. É um sentimento, sem dúvida. Olha, eu tenho alguns exemplos que vão deixar mais clara essa idéia: depois da crise de 29, os músicos começaram a andar muito para conseguir trabalho. Naquela época, muitos grandes

músicos se tornaram perfeitos desempregados. Eles, então, começaram a se dedicar a outras coisas, a fazer biscates, como nós dizemos. Justamente nessa época eu estava precisando de um bandoneonista e comecei a procurar entre os amigos. "Ei, você não conhece um bandoneón?", eu perguntava, e acontece que o único que continuava no ofício era o primeiro bandoneonista Enrique D'Alezio, que estava fazendo o serviço militar. Mesmo assim eu falei com ele, e sabe o que ele fez? Para me tirar do aperto, desertou durante quase uma semana, só para tocarmos tangos juntos. Depois puxou uma cana de não sei quantos dias, mas é como ele mesmo disse: "Quem me toma o que dancei?" Isso é o tango.

E se esses países começarem uma guerra? Com todo o armamento que eles têm, do qual se fala com tanta naturalidade, eles podem arrebentar com a terra sete vezes, ouviu? Sete vezes. Você acha que nós temos plena consciência do que aconteceria? Esses loucos estão devendo o desarmamento nuclear à humanidade, a paz, com maiúscula. Eu quero a paz para você, para mim, para a União Soviética, para os Estados Unidos, para a Índia, Argentina, Uruguai, Brasil, Alemanha, para o mundo todo. Com o que esses desequilibrados gastam em apenas duas horas com armas se poderia resolver o problema da fome no mundo por um ano. Mas não, esses senhores preferem continuar soltando buscapés.

É por isso que falo tanto no assunto, em cada espetáculo, em cada reportagem, embora nas reportagens isso não seja publicado. Mas não faz mal, eu

continuo. Teria que estar louco para não falar nisso.

O senhor tem oitenta anos, um de seus bandoneonistas tem 40 e um dos violinistas, 20. A que se deve tal disparidade nas idades e a presença de músicos tão jovens em sua orquestra?

— Eu tenho a experiência e eles têm a força, o impulso. Uma orquestra cheia de "coroas" daria pena. Tenho músicos jovens porque me lembro de quando era jovem. Eles têm uma criatividade muito especial e uma entrega muito maior, muito mais absoluta. Os jovens são a vida e eu, como o mais velho, sou o filtro desse sangue novo. Para mim, a criatividade do jovem é uma coisa emocionante, uma maravilha mesmo.

Quantas obras compôs até hoje?

— Não lembro bem, acho que umas 150.

Há quanto tempo toca tango?

— Tenho 80 anos e comecei com 14. Estou começando todos os dias. Mas não se preocupe, eu aprendo rápido.

Todo homem deseja transcender sua própria vida e sua história. O senhor, de certa forma, já conseguiu. O que sente quanto a isso?

— Sou um trabalhador da música popular. Minha esperança é ter força e vigor para continuar trabalhando. A melhor coisa que eu conheço é o trabalho. Mas cuidado: estou falando de trabalho, não de exploração. A exploração é uma das grandes vergonhas que a humanidade carrega. Mas, voltando à pergunta sobre a transcendência, isso é o que dizem as pessoas que acusam recebimento das coisas que eu faço, da minha música. Para elas eu só tenho palavras de gratidão.

A propósito disto, como vai sentindo a recepção do público brasileiro?

— A resposta a isso é o que você vê aqui no camarim e o que acontece na platéia. As pessoas se incendeiam e aplaudem de pé, pedem bis e temos que ter em conta que é a primeira vez que venho ao Brasil, em 65 anos de música, mesmo havendo percorrido quase o mundo inteiro. Aqui no Brasil não há uma discografia completa da minha obra. Aliás, não existe a minha discografia. Contando tudo isso, eu estou mais que satisfeito.

Por que você diz isso? Duvidava que a sua apresentação aqui no Brasil fosse um êxito?

— Veja bem, o fato de nós enchermos teatros de três mil a seis mil pessoas em qualquer país do mundo, aqui no Brasil não significa nada, porque, como eu dizia há pouco, eu aqui não sou muito conhecido e sei disso. Aliás, eu tenho de saber disso, é uma forma de estabelecer meus parâmetros, uma forma de equilíbrio. Por outro lado, para mim é uma experiência quase nova. Não esqueça que eu levo quase trinta e cinco anos sem saber o que é me apresentar no palco como um desconhecido. Imagina se eu levasse em conta a minha história e tivesse a pretensão de me apresentar aqui como em outros lugares do mundo. Sei lá, eu acho que nesses cinco dias no Brasil já teria ganho oito úlceras, realmente seria uma loucura, ou eu seria um desequilibrado total. ●

Fabian Restivo

Notas de Cultura

Vida de Mandela na televisão

O ator norte-americano e militante anti-apartheid Harry Belafonte vai produzir uma série televisiva sobre a vida do líder negro sul-africano Nelson Mandela, encarcerado há mais de 20 anos na prisão de Robben Island.

Marlon Brando, Jane Fonda e Sidney Poitier encabeçam o elenco da série, cujas filmagens terão início brevemente num país africano ainda não escolhido.



Nelson Mandela

Curso de Dança Consciente para crianças

O Centro de Dança Corpo e Arte, do Rio de Janeiro, abriu um curso de dança para crianças, numa adaptação da técnica conhecida como "Dança Consciente", criada pelos coreógrafos Klauss e Angel Vianna e que vem sendo desenvolvida nesse centro de artes pelo



filho do casal, Rainer Vianna — que segue passo a passo a trajetória de seus pais.

Rainer, que dirige o Centro juntamente com Neide Neves, percebeu a importância de transmitir essa técnica também para as crianças, desenvolvendo assim, desde a infância, o conhecimento do corpo como um todo, a autonomia e função de cada parte, a função dos cinco sentidos, a consciência do espaço e das direções, o trabalho muscular através do movimento, a correção de eventuais problemas de postura, além de trabalhos de improvisação e aulas de ritmo.

O curso é ministrado pela professora Nádia Bambirra, que tem no seu currículo oito anos de técnica clássica, iniciada no México, e três anos com a técnica de dança consciente. Atualmente, trabalha como assistente de Rainer Vianna.

O curso vai até o dia 28 de janeiro de 1987, todas as quartas e sextas-feiras, das 17 às 18 horas. O Centro de Dança Corpo e Arte fica na rua Álvaro Ramos, 525, Botafogo.

Saúde

Um espinho cravado nas transnacionais

A política de medicamentos do Bangladesh é objeto de uma campanha internacional para desmoralizá-la, com a finalidade de favorecer as grandes indústrias do ramo

Desde a independência do Bangladesh, em 1971, um grupo de médicos e professores de medicina começou a trabalhar na criação de um sistema de saúde voltado para a maioria da população. Em termos gerais, argumentavam que a longo prazo os recursos deveriam ser aplicados primordialmente na medicina preventiva.

Enquanto isso não foi plenamente conseguido, a produção, a distribuição, a comercialização e a utilização de medicamentos deveriam ser revistas, com o objetivo de racionalizar a política de medicamentos do Bangladesh. A criação de uma comissão por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS) após a declaração de Alma-Ata em 1977 e a publicação das suas conclusões, juntamente com a "Lista de Medicamentos Essenciais", constituíram o estímulo de que o grupo precisava. Assim, quando o general Ershad chegou ao poder no Bangladesh, em 1981, o grupo já havia percorrido um longo caminho na elaboração de uma política racional de medica-

mentos, adequada à realidade do país.

Os membros do grupo compreenderam que uma mudança de governo oferecia uma dessas raras oportunidades de apanhar desprevenidos a burocracia e os interesses constituídos. O problema foi exposto ao general Ershad, tendo-lhe sido explicados os princípios da OMS sobre medicamentos essenciais. O presidente mostrou-se entusiasmado e, no melhor estilo militar, pediu um

relatório sobre o assunto.

Uma comissão de peritos foi nomeada em 28 de abril de 1982. Constituída por oito membros, entre eles médicos que haviam participado do trabalho preparatório, suas conclusões foram apresentadas em apenas 14 dias, a 12 de maio de 1982.

Mais tarde, esse curto espaço de tempo entre a nomeação da Comissão de Peritos e a apresentação das suas conclusões se tornaria um dos principais pontos da campanha difamatória lançada contra a política bengalesa de medicamentos. Tão logo foram tornadas públicas as intenções do governo, um grupo contrário a essa nova política, formado pela indústria farmacêutica e seus associados, começou a agir. Segundo foi revelado por fontes fidedignas, o embaixador dos Estados Unidos teve



Segundo a lista da OMS, apenas 250 remédios são o suficiente

um encontro com o general Ershad para tentar persuadi-lo a adiar o projeto e para que não o aprovasse antes de discutir o assunto durante a sua próxima visita aos Estados Unidos. No entanto, os membros da Comissão de Peritos conseguiram que o general Ershad assinasse o decreto-lei antes de partir para Washington.

O dr. Zafrullah Chowdhury, membro da Comissão, conta que em determinado momento do encontro com o presidente da República discutia-se o uso do "mexafórmio" (um antidiarréico) quando o próprio Ershad revelou que ele mesmo estava usando esse medicamento. Chowdhury apontou então a miopia como um dos efeitos colaterais do mexafórmio. Foi um argumento contundente. O general Ershad assinou o decreto-lei antes da sua partida para os EUA, tendo nascido assim a Política de Medicamentos do Bangladesh.

Essa política não tem um alcance muito ambicioso. A OMS afirma que a chamada Lista de Medicamentos Essenciais, que contém 250 nomes, é suficiente para satisfazer a maioria das necessidades dos países em desenvolvimento. Antes da introdução da nova regulamentação, eram comercializados no Bangladesh cerca de 4.500 medicamentos, 1.700 dos quais a Comissão aconselhou a proibição por causarem danos à saúde ou por serem totalmente inúteis. Após a aprovação da lei, ainda restava no mercado bengalês um total de 2.500 medicamentos. Ainda

1986 -- Novembro -- nº 95

Nov/86



Bangladesh (uma vista de Dacca): uma política racional de saúde

que esse número represente dez vezes mais do que a lista da OMS, é mínimo se comparado com os 65 mil medicamentos existentes na vizinha Índia.

A nova política de medicamentos

O aspecto mais importante da nova política de medicamentos é a sua intenção de modificar a natureza da indústria farmacêutica do Bangladesh. O mercado caracterizava-se pela produção de medicamentos proibidos em muitos países desenvolvidos, pela excessiva importância da produção de tônicos e vitaminas e pela escassa produção de antibióticos, cujo mercado era cuidadosamente repartido entre as principais companhias, que raramente produziam mais do que um antibiótico. Oitenta e quatro por cento do mercado

eram controlados por oito transnacionais e o restante por empresas locais.

A nova regulamentação contém as seguintes disposições:

- As empresas estão autorizadas a produzir apenas medicamentos de um único princípio ativo para cada tipo de doença (salvo casos excepcionais), como forma de facilitar o controle.

- As empresas são obrigadas a manufaturar os seus produtos no Bangladesh.

- Foi reduzido o número de preparados líquidos, que são mais caros, têm menos efeito e não são adequados às condições ambientais do Bangladesh.

- Não é permitida às transnacionais a produção de vitaminas, tônicos e antiácidos, que é reservada às empresas nacionais.

- Destruição obrigatória dos medicamentos proibidos,

terceiro mundo - 71



Novib

A política de medicamentos ainda tem distorções, pois há problemas administrativos e estruturais

impedindo assim a sua canalização para outros mercados do Terceiro Mundo.

Três anos depois da aprovação da lei, os efeitos podem ser considerados extremamente importantes. O mercado de medicamentos aumentou de 1,5 milhão de *takhas* (cerca de 50 milhões de dólares) em 1982, para 3,4 milhões de *takhas* (cerca de 113 milhões de dólares), tendo a participação das empresas nacionais alcançado 35,4% em comparação com os 16% de 1982.

Um maior número de empresas produziu antibióticos, tendo-se registrado uma diminuição dos preços. Ainda que a cotação da *takha* tivesse caído praticamente para a metade, o preço do "Septrin", por exemplo, baixou de três *takhas* em 1982, para 1,3 *takhas*. Redução de preços semelhante aconteceu com outros medicamentos.

Diante desses fatos, as empresas ligadas à indústria farmacêutica não teriam razão de queixas. O mercado cresceu, tendo as vendas e lucros au-

mentado, ainda que com margens de comercialização menores. No entanto, como declarou um dirigente de uma empresa farmacêutica, estavam preocupados com um possível efeito multiplicador dessas medidas no restante do Terceiro Mundo. A sua oposição à política de medicamentos do Bangladesh continuaria até o fim.

A oposição não demorou a se fazer sentir. A OMS, que havia promovido entusiasticamente a idéia, de repente mudou de atitude, tendo o seu diretor-geral, dr. Hafdan Mahler, prestado apenas um apoio tímido e tardio. Em 1985, a Federação Internacional da Associação das Indústrias Farmacêuticas, organização máxima das transnacionais de medicamentos de todo o mundo, conseguiu que um advogado do Sri Lanka escrevesse um livro atacando a política do Bangladesh.

O autor, D. C. Jayasuriya, usa a sua condição de ex-consultor da OMS para legitimar o seu trabalho "Saúde pública e

dimensões econômicas da nova política de medicamentos do Bangladesh". Atualmente, tenta-se passar esse documento como se fosse da OMS, tendo sido enviadas cópias a ministros da Saúde, supervisores de medicamentos e outros administradores influentes do Terceiro Mundo.

A política de medicamentos do Bangladesh não é perfeita. Há problemas administrativos e estruturais, assim como contrabando e venda de medicamentos proibidos provenientes da Índia. Mas é um começo corajoso por parte de um país do Terceiro Mundo, pobre e com graves problemas nesse setor. E começa a ultrapassar as fronteiras do país. O dr. Zafrullah Chowdhury foi recentemente convidado a visitar o primeiro-ministro indiano, Rajiv Gandhi, para dar assistência aos planos da Índia de formulação de uma política racional de medicamentos. ●

M. Iqbal Asaria
Third World Network*

* O autor é editor-chefe do jornal inglês "Inquiry".

Controle de ervas daninhas com métodos naturais

Procurando uma solução biológica para praga causada pela erva *lantana camara*, um “cientista descalço” descobriu um inseto que a destrói sem atacar outras culturas

Os estudantes da Universidade Agrícola de Pant, na Índia, fizeram uma homenagem póstuma àquele que qualificaram como “modelo para os cientistas do Terceiro Mundo”, o professor Chandrasekhar Lohumi. Diretor de escola, trabalhador social, entomologista e homem de incrível dedicação a qualquer trabalho que pudesse beneficiar a comunidade, Lohumi se trans-

formou em lenda ao descobrir um método biológico para o controle de uma erva daninha.

Nascido em Panthgram Satrali, um povoado do distrito de Almora, no Himalaia Ocidental, Chandrasekhar Lohumi só pode estudar até a 8ª série por ser de família pobre.

Formou-se em professor primário em 1923, exercendo o magistério durante 47 anos. Na década de 60, dedicou-se ao

combate a uma erva chamada *lantana camara*, cuja rápida expansão era uma séria ameaça à agricultura e à pecuária nas aldeias do Himalaia.

Capinar a erva só fazia com que ela se espalhasse mais rápido e os herbicidas químicos recomendados por alguns “especialistas” não só eram muito caros como teriam sido desastrosos do ponto de vista ecológico.

Buscando uma alternativa para deter o avanço dessa erva, Lohumi se lembrou de um artigo, que havia lido em algum lugar, sobre um inseto que tinha sido usado na Austrália para controlar o desenvolvimento de uma determinada erva. Decidiu dedicar seu tempo e energia para encontrar uma forma biológica semelhante de controlar a *lantana*.

Usando uma vara, uma lanterna e uma mochila, Lohumi começou a recolher diferentes tipos de inseto e exa-



A descoberta de Lohumi permitiu controlar uma ameaça à agricultura e à pecuária na região do Himalaia

miná-los num velho microscópio que tinha ganho de presente.

Depois de anos de trabalho incansável e de meticolosas experiências, encontrou um inseto que mostrou ser um poderoso destruidor de *lantana*.

O passo seguinte consistiu em averiguar se esse inseto também era daninho para outras culturas. Nesse caso, não seria possível o seu uso maciço em campos e bosques, pelo dano que poderia causar a plantações, árvores, prados e outros tipos de vegetação.

Por meio de cuidadosas experiências realizadas com 276 diferentes classes de culturas, Lohumi pôde comprovar que esse inseto destruiu exclusivamente a *lantana*, sem danificar outros tipos de vegetação.

Os benefícios da descoberta

Quando se divulgou a notícia da descoberta, o governo nomeou uma comissão de especialistas para examinar o trabalho de Lohumi. Os cientistas elogiaram o seu árduo trabalho, a recopilação sistemática de suas observações e as experiências de campo.

Ele foi distinguido com o prêmio "Rafi Ahmed Kidwai", concedido a cientistas agrícolas de destaque. Seguiram-se outras honrarias, sendo convida-



O cientista indiano Chandrasekhar Lohumi

do a participar de reuniões com cientistas de renome.

Lohumi, contudo, estava mais interessado no benefício que seus concidadãos obtinham do seu trabalho. Porém, não chegou a ver, em vida, o controle biológico maciço da *lantana*. Um dos motivos que retardaram isso foi a pressão exercida por poderosos fabricantes de herbicidas e cientistas coniventes, que procuraram desprestigiar as pesquisas de Lohumi, assim como a sua aplicação prática.

Apesar disso, Lohumi continuou trabalhando persistentemente, buscando outras formas mais baratas e ecologicamente adequadas para o controle das pragas. Descobriu que a folha do milho é particularmente útil nesse sentido. De um quilo de folhas de milho (normalmente jogadas fora de-

pois de separado o grão), obtêm-se 15 gramas de cinzas puras, que são muito úteis para eliminar várias pragas, ao mesmo tempo que não prejudicam os seres humanos nem os animais. Essas cinzas são mais eficazes quando misturadas com água, fervidas e depois usadas.

A pesquisa de Lohumi revelou que esse inseticida caseiro é particularmente útil para eliminar pragas que atacam alguns cultivos e árvores frutíferas. A mistura também tem proprie-

dades curativas para o gado e a cinza demonstrou ser muito conveniente para a lavagem de roupa e louças, substituindo assim os detergentes.

Antes de sua morte, em 1983, Lohumi fez alguns estudos para a identificação e destruição das bactérias que atuam em construções antigas. Essa pesquisa abre novas possibilidades para a conservação de ruínas e monumentos históricos da Índia, com métodos acessíveis e de baixo custo.

Lohumi continuou com seu trabalho até o fim, enfrentando circunstâncias adversas. Embora alguns tecnocratas tenham tentado minimizar sua obra, os estudantes da Universidade Agrícola de Pant, onde passou seus últimos dias, continuam admirando-o profundamente e o colocam como exemplo de um "cientista descalço". ●

INFORMAÇÃO PESQUISA CONSULTA



616 páginas com informação objetiva e independente de todos os países do mundo • Dados de história, economia, geografia e política • 110 páginas sobre o Brasil • Mais de mil mapas e gráficos • As organizações internacionais, como funcionam e porquê • Informes e documentos inéditos • Impressão em papel de qualidade.

Publicação anual indispensável para pesquisa e consulta • Atende a estudantes e profissionais • Necessário para industriais, exportadores, sindicatos e outras instituições • Fundamental em bibliotecas, consultorias, salas de aula e mesa de trabalho.

Forma de pagamento: () 1 pagº antecipado de Cz\$ 225,00 ou () por Reembolso postal a Cz\$ 250,00 (mais o porte).

Estou remetendo juntamente com este cupom (menos no caso do Reemb. Postal) o valor correspondente a guias no total de Cz\$..... por cheque nominal ou vale postal (ag. central) para a Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial, Rua da Lapa, 180, grupos 1105 a 1110 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021 - Tel.: (021) 222-5771.

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Tel.:

Data:/...../.....

Especial



A ofensiva diplomática



Até quando irá durar a sangria de recursos humanos e materiais que a guerra impõe ao povo angolano? Ninguém sabe, mas o governo de Luanda sentiu que era necessário contra-atacar não apenas a nível militar como também desencadeando uma ofensiva na retaguarda do inimigo, trabalhando a consciência do povo norte-americano. É esse o centro da análise de Carlos Castilho, que visitou recentemente o teatro de operações no sul de Angola. Completam essa matéria Especial as entrevistas exclusivas feitas em Luanda por Beatriz Bissio com os ministros da Defesa, coronel "Pedalé", e do Comércio Exterior, Ismael Martins, e com a dirigente da OMA, Ruth Neto.

Depois de 11 anos ininterruptos de uma guerra provocada por constantes agressões diretas e indiretas da África do Sul, Angola resolveu abrir um novo *front*. Decidiu atacar também no terreno diplomático e o alvo escolhido foi o apoio político, econômico e militar dado pelos Estados Unidos ao *apartheid* e a outros países ou grupos que procuram a desestabilização dos governos nacionalistas da África Austral.

Em Luanda existe a certeza de que enquanto Ronald Reagan for presidente dos Estados Unidos, as chances de uma paz no sul da África são mínimas porque a Casa Branca colocou a questão angolana como um dado básico na estratégia de confrontação traçada pelo Departamento de Estado e o Pentágono contra a União Soviética. Para Reagan, a África do Sul tem que continuar como um "reduto anticomunista" e consequentemente deve ser, ainda na ótica de Washington, restabelecida uma zona "protetora" em torno do território sul-africano, semelhante à que existiu na década de 60, quando o colonialismo ainda dominava Angola, Zimbábue e Moçambique. Por ser economicamente o país mais poderoso entre os vizinhos do *apartheid*, Angola é também o alvo principal dessa estratégia de buscar o retorno de uma dominação imperial nos países que escaparam da órbita norte-americana após a independência.

Mas, apesar de Reagan exercer um controle absoluto sobre o Executivo e sobre o complexo industrial-militar dos Estados Unidos, a opinião pública norte-americana não é unânime no que se refere à política traçada pelo Pentágono, Casa Branca e Departamento de Estado. No Congresso também não existe unanimidade. Por isso o governo de Angola resolveu levar os seus pontos de vista até a arena de debate político dentro dos Estados Unidos.

A convicção de que a guerra deveria ser travada também na frente diplomática e levada até o coração do *establishment* norte-americano fez com que o governo angolano intensificasse os contatos com políticos progressistas dos Estados Unidos, no sentido de divulgar posições e pro-

postas feitas já há algum tempo e que permaneceram quase ignoradas, devido ao bloqueio da grande imprensa dos Estados Unidos. Organizações especializadas em *lobby* político no Congresso foram contatadas, bem como feitos convites para que políticos como Jesse Jackson, ex-candidato presidencial, e Andrew Young, ex-embaixador na ONU, visitassem Angola para constatar *in loco* a realidade da guerra e do preço do apoio norte-americano ao *apartheid*.

DIPIMPLA



O presidente José Eduardo dos Santos está diretamente empenhado no esforço da guerra

O esforço informativo

Jackson e Young estiveram em Luanda na metade do ano acompanhados por vários jornalistas norte-americanos. Um deles disse em Luanda, depois de entrevistar altos funcionários do governo e diplomatas, que a "opinião pública norte-americana tem um grau quase total de desinformação sobre o que se passa em Angola".

Ele admitiu que desconhecia a existência de uma carta enviada ao secretário geral da ONU pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, propondo um acordo de pacificação no sul do país, através da retirada parcial dos soldados cubanos que estão na região apoiando as tropas angolanas, enquanto a África do Sul aceleraria a implantação do plano nas Nações Unidas para a independência da Namíbia. A

Especial

carta nunca foi respondida pela África do Sul e nem foi comentada pela Casa Branca.

A posição angolana no documento entregue ao secretário geral da ONU em novembro de 1984 aborda diretamente um dos pontos-chaves da política do Departamento de Estado, que colocou a questão da retirada dos cubanos como uma espécie de tabu. Reagan sempre quis apresentar a saída das tropas mandadas por Fidel Castro em 1975, a pedido do então presidente Agostinho Neto, como uma "vitória sobre a União Soviética", com o objetivo de faturar o fato junto ao eleitorado norte-americano conservador.

No final da década de 70, o ex-secretário de estado Henry Kissinger criou a "teoria do *linkage*", na qual a independência da Namíbia dependia da retirada dos cubanos. Mas o *linkage* nunca foi aceito por Angola e nem pelos demais países africanos. A alegação é de que o pedido de ajuda militar estrangeira foi um ato soberano de Angola, pouco depois da independência, quando o país estava sendo atacado pelo sul e pelo norte por forças invasoras estrangeiras.

O apoio dos EUA à Unita

Outro fator que convenceu o governo angolano da necessidade de deflagrar uma ofensiva política e publicitária dentro dos Estados Unidos foi o apoio da administração Reagan ao grupo contra-revolucionário Unita, liderado por Jonas Savimbi. A Unita passou a ser cortejada pela direita ultra-conservadora dos Estados Unidos, que convidou Savimbi para visitar Washington e a Casa Branca, onde foi saudado por Reagan como "combatente da liberdade".

O adjetivo dificilmente poderia ser levado a sério porque existem provas suficientes para mostrar que o dirigente da Unita ajudou as tropas coloniais portuguesas que lutaram contra os nacionalistas angolanos até a independência. Além disso, Savimbi tem o apoio total do racismo sul-africano que fornece armas, munições, treinamento e suprimentos à Unita, além de dar cobertura militar direta, sempre que o grupo re-

belde corre o risco de ser aniquilado pelo exército angolano.

O lobby ultra-conservador de Washington procura igualar a Unita aos contra-revolucionários nicaraguenses, dando a ambos ajuda financeira direta e apoio militar tanto aberto como secreto. Na questão dos "contras", dada a proximidade geográfica da Nicarágua em relação aos Estados Unidos, foi possível fazer uma ampla campanha de esclarecimento da opinião pública norte-americana organizada por grupos de solidariedade.

Com isso, o Congresso dos EUA encontrou-se sob forte pressão quando foi votada a ajuda aos saudosistas de Somoza. O fato mostrou que há uma parte ponderável da opinião pública, da imprensa e também dos políticos que, sendo bem informada, não é envolvida pela campanha de desinformação movida pela Casa Branca, pelo Pentágono, Departamento de Estado e a CIA.

A maior prova disso aconteceu durante as discussões no Congresso sobre as sanções contra o *apartheid* sul-africano. A pressão popular nos EUA foi forte, contaminou tanto a Câmara de Representantes como o Senado, a ponto do presidente Reagan ficar isolado politicamente. Essa sucessão de acontecimentos mostrou que a questão angolana se situa no mesmo contexto, o que levou o governo de José Eduardo dos Santos a deflagrar também uma ofensiva de esclarecimento junto ao público norte-americano. Na medida em que ela tenha sucesso, o que for conseguido no esforço para neutralizar os "contras" ou reforçar as sanções contra a África do Sul, acabará ajudando também Angola e vice-versa.

Uma consequência inesperada e até certo ponto inédita dessa iniciativa angolana foi a reação das empresas norte-americanas que exploram petróleo na província de Cabinda (norte de Angola), associadas à empresa estatal Sonangol. No momento, existem 12 companhias estrangeiras operando em Angola, a maioria delas norte-americanas como a Chevron (a maior de todas), Conoco e Texaco.

Elas passaram a ser alvo de uma violenta campanha do grupo arquiconservador de Washington mas, apesar das pressões, estão decididas a continuar em Angola. A Conoco, por exemplo, começou a operar em junho deste ano, prevendo investimentos de até 100 milhões de dólares. A Cabinda Gulf, subsidiária da Chevron, pediu financiamentos de até 180 milhões de dólares ao Eximbank, que negou o pedido. A empresa voltou-se então para bancos franceses que autorizaram o empréstimo, através do qual a Cabinda Gulf vai intensificar a exploração petrolífera na plataforma marítima de Numbi, o que permitirá um aumento de 20% na produção angolana de petróleo.

Recentemente, o presidente da empresa francesa Elf-Aquitaine esteve também em Luanda, onde anunciou sua decisão de ampliar ainda mais a sua atuação no país, apesar das pressões de grupos anticomunistas nos Estados Unidos e Europa. Quase todas as empresas estrangeiras instaladas em Angola dizem que as relações com o governo do MPLA-PT são excelentes e que o país apresenta potencialidades só comparáveis às da Nigéria.

Mobutu: comportamento dúbio

A partir de setembro passado, as preocupações angolanas passaram a se concentrar na fronteira com o Zaire, depois da descoberta de que estavam sendo transportados clandestinamente carregamentos de armas, munições e suprimentos em veículos procedentes do país vizinho. O carregamento, segundo fontes diplomáticas, era procedente da Arábia Saudita e foi desembarcado em Kinshasa em meados de agosto a bordo de um avião transporte Hercules C-130, sem matrícula.

No começo de agosto, um avião militar angolano fez um pouso de emergência em território zairense, forçado pelo mau tempo. O avião foi liberado, mas a imprensa de Kinshasa começou a publicar editoriais e comentários acusando Angola de violar fronteiras. Tudo isso fez com que fossem reavivadas as desconfianças de vá-



Bombardeio sul-africano no sul de Angola

rios países da África Austral com relação ao regime do presidente Mobutu Sese Seko, cujo comportamento em relação a Angola tem sido classificado como dúbio.

Vários jornais europeus já informaram que conhecidos mercenários circulam impunemente em Kinshasa, onde Mobutu chegou a ter relações estreitas com Armand Agnarelli, um conhecido mercenário francês que lutou na guerra de Biafra, na Nigéria. Agnarelli, por sua vez, sempre teve bons contatos com os sul-africanos. O ressurgimento da questão zairense pode estar ligado a uma iniciativa norte-americana de reorientar os suprimentos militares à Unita através de Kinshasa, para evitar os embaraços provocados pelo uso do território sul-africano para dar armas aos homens de Savimbi.

A ofensiva diplomática e informativa nos Estados Unidos não deve acabar com a guerra no sul de Angola, mas seguramente será um elemento capaz de romper o impasse militar atual, quando o exército angolano mantém a iniciativa dos combates e cerca os principais reductos da Unita, mas não pode avançar mais porque a aviação e o exército sul-africanos têm vindo em socorro de Savimbi sempre que ele fica exposto a um ataque frontal.

O mais recente lance da ofensiva diplomática foi o convite feito a Ronald Reagan para que visite a África Austral e constata pessoalmente os efeitos do apoio norte-americano à política agressiva do *apartheid*. Reagan não respondeu, o que não chegou a surpreender ninguém, mas seguramente o deixou numa posição difícil, porque seus adversários em Washington podem agora cobrar dele uma atitude que o presidente norte-americano não quer tomar. ●

Carlos Castilho

"Há grandes contradições na Unita"

Para o ministro da Defesa, Pedro Maria Tonha ("Pedalé"), enquanto o regime sul-africano se mantiver e enquanto Reagan ocupar a Casa Branca, não haverá paz na África Austral

Ser ministro da Defesa de um país em guerra há mais de dez anos, que teve de organizar o seu exército a partir das forças guerrilheiras que combateram o colonialismo e que enfrenta o exército mais poderoso do continente africano – o da África do Sul – não é uma responsabilidade qualquer.

No entanto, o coronel Pedro Maria Tonha, mais conhecido em Angola e no exterior pelo seu nome de guerra, "Pedalé", já está "tarimbado" depois de quase 30 anos



O coronel "Pedalé", com nossa editora Beatriz Bissio

de luta, apesar de seus 45 anos incompletos.

Quando solicitamos uma entrevista exclusiva para cadernos do terceiro mundo ao coronel Pedalé – um dos maiores ídolos do país e um dos seus dirigentes mais populares, membro do Birô Político do MPLA e fundador do movimento – parecia pouco provável que conseguíssemos conversar com ele, dada a quantidade de compromissos de sua agenda.

Porém, ele nos recebeu no seu gabinete no Ministério da Defesa, instalado numa das antigas mansões coloniais de Luanda, adaptada às necessidades de um ministério de importância fundamental. Conversamos durante 50 minutos, o que nos permitiu reconhecer, por trás do sóbrio e até humilde dirigente, um homem a quem a guerra não despojou de uma profunda sensibilidade humana.

O centro da entrevista, como não podia deixar de ser, foram os aspectos militares da atual situação, mas a conversa derivou também para outros assuntos não menos importantes, que mostram ângulos menos conhecidos da realidade angolana.

A Unita também começou a operar no norte de Angola. Como é possível explicar essa capacidade de ação, considerando que suas bases logísticas conhecidas estão no outro extremo do país, no sul, junto à fronteira com a Namíbia, onde contam com o apoio do exército sul-africano?

– A Unita infiltrou pequenos grupos no norte do país. Primeiro, é preciso levar em conta que, na região central, os bandos da Unita são abastecidos por aviões sul-africanos que lançam certo tipo de armamento, como explosivos ou munições, usando pára-quedas. Já capturamos um grande número de armas, que oportunu-

mente foram mostradas aos meios de comunicação, dessas que são enviadas para alimentar os atos de sabotagem. Essas atividades, no entanto, não são muito intensas nem nos alarmam.

O inimigo tem feito muita propaganda. Lembremos que durante a conferência ministerial do Movimento dos Países Não-Alinhados, realizada no ano passado em Luanda, foi feita uma grande campanha de propaganda para fazer crer que o governo angolano não seria capaz de realizar o evento por causa das ações que eles realizariam contra a capital e em outras regiões do país. Nada disso aconteceu.

Por essa razão, podemos afirmar que no norte só operam grupos reduzidos, que atravessem a fronteira principalmente nas regiões mais isoladas. A própria população se incumbe de combatê-los, embora eles consigam praticar seus atos de banditismo e cometer muitos assassinatos.

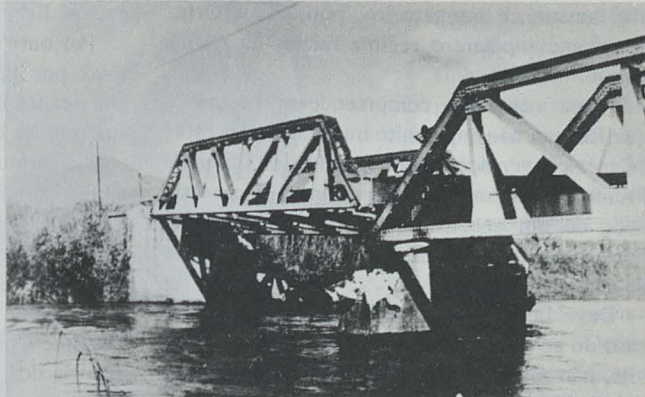
A travessia da fronteira é do conhecimento das autoridades do Zaire?

— Ainda não dispomos de informações claras, mas é possível que a Unita também esteja utilizando a fronteira norte, isto é, com o Zaire. Mas nós trabalhamos no sentido de resolver a questão com os nossos vizinhos. No entanto, se constataremos que isso existe de fato, nós mesmos informaremos a opinião pública internacional sobre o que descobriremos e tomaremos as medidas que acharmos convenientes.

Acredita que se poderia repetir o quadro militar de 1975, quando Angola foi invadida ao norte pelo Zaire e ao sul pela África do Sul?

— Não sei se o que ocorreu em 1975 poderia se repetir. Acho que não, estamos muito longe disso. Mas, quando o imperialismo norte-americano toma decisões, tudo pode acontecer.

DIP/MP/LA



A guerra da Unita: deterioração moral dos mercenários

O apoio de Reagan

Ficamos sabendo que das declarações de mercenários capturados se deduz um certo cansaço dessa guerra para a qual eles não vêem saída, ao contrário do que lhes foi dito quanto a resultados imediatos...

— Pelo tipo de guerra que eles fazem contra nós, é compreensível que não lhes reste outra alternativa senão se rebelarem contra seus mandantes, matarem-se entre si ou se entregarem.

Quando são capturados, eles parecem fisicamente muito enfraquecidos, com enorme desnutrição e bastante desmoralizados. Entre os próprios comandantes da Unita existem grandes contradições, o que se reflete na situação vivida pelos seus mercenários. Muitos deles acabam desertando.

A guerra na África Austral pode ter um desenlace militar — o que não é provável — ou diplomático. Esse último caminho, no entanto, também não parece fácil. Recentemente, o presidente Reagan rejeitou uma proposta dos países da Linha de Frente para iniciar um diálogo. Essa recusa terá consequências no plano militar?

— Com certeza. Em primeiro lugar, porque Reagan e os Estados Unidos nunca reconheceram a soberania do povo angolano, nunca reconheceram Angola como país independente. Segundo, porque Reagan apóia a Unita direta e

abertamente, e em terceiro, porque os norte-americanos apóiam o regime racista da África do Sul.

Nesse contexto, compreende-se porque é que Reagan não está muito interessado em estabelecer conversações com os países da Linha de Frente. Nós, apesar disso, insistimos na necessidade de um encontro para que o presidente norte-americano conheça de perto a realidade de nossos países.

Deve ficar claro, no entanto, que mesmo no caso do governo norte-americano aceitar o convite, não estamos otimistas. Não confiamos numa mudança de posição porque já está comprovado que, desde que Reagan subiu ao poder, o mundo passou a viver situações muito graves.

Essa é a posição de Reagan, dos seus assessores da Casa Branca e do Pentágono. Mas o senhor não acredita na possibilidade de mobilizar outros setores da sociedade norte-americana, para alertá-los dos perigos de uma guerra generalizada na África Austral? Refiro-me a um trabalho semelhante ao que desempenharam os vietnamitas durante a guerra da Indochina, no esforço de conscientização do povo norte-americano.

— Ultimamente, algumas importantes personalidades dos Estados Unidos têm nos visitado. Esteve aqui, por exemplo, o senador Jesse Jackson, que não visitou apenas Angola, mas também outros países da Linha de Frente. Houve também outras delegações de peso, sem contar as relações comerciais entre Angola e grandes capitalistas dos Estados Unidos. Existem influentes empresas norte-americanas atuantes em nosso país e achamos que as nossas relações com essas transnacionais se têm solidificado. Confiamos, enfim, em que tudo isso contribuirá para garantir uma melhor relação

com os Estados Unidos.

Por outro lado, estamos vendo que há tentativas por parte de instituições oficiais norte-americanas no sentido de modificar um pouco a sua política externa. Com base nessas constatações, formulamos alguns convites para que muitas personalidades visitem Angola.

Nosso desejo é estabelecer relações diplomáticas entre o povo angolano e o povo norte-americano. Sabemos que a luta praticada contra Angola por parte dos atuais governantes dos Estados Unidos não representa a vontade da maioria dos norte-americanos. Por isso mesmo, pensamos que no futuro a situação poderá mudar, permitindo que tenhamos boas relações com os Estados Unidos.

As forças armadas e as diversas guerras

Angola está em guerra há mais de dez anos, ou seja, praticamente desde que ficou independente. O exército guerrilheiro do MPLA, que lutou contra o colonialismo português, organizou-se depois como exército regular. No entanto, a guerra de agressão promovida pela África do Sul e

principalmente as operações militares da Unita, obrigaram-no a reformular suas táticas e a criar corpos de ação rápida antiinsurrecional. Como é a atual organização das Fapla?

— Como você mesma disse, as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (Fapla) tiveram origem no exército de guerrilha que combateu durante longos anos o colonialismo português. Às vésperas da nossa independência, fomos invadidos por um exército organizado — o exército sul-africano —, o que nos obrigou a fazer uma adaptação para um outro tipo de guerra. Não foi fácil, mas conseguimos expulsá-los do nosso território, libertando cada quilômetro quadrado do país.



Sven Simon

Reagan criou graves tensões

Angola



Mario Ruiz/Picture Group

Jesse Jackson: solidário com a Linha de Frente

Depois, veio a agressão mais permanente e a ação dos bandos da Unita, armados e treinados pelos sul-africanos e pelo próprio imperialismo. Causaram grandes prejuízos, assassinando mulheres, velhos, crianças e destruindo parte de nossa economia.

É uma guerra diferente da que travamos contra o colonialismo e também da que praticamos contra os sul-africanos, na primeira invasão. Por isso nossas forças armadas tiveram que se adaptar ao novo tipo de luta. Podemos afirmar que conseguimos encontrar a fórmula adequada para combater os sul-africanos e os bandos da Unita. Adquirimos uma imensa experiência. Só isso pode explicar como conseguimos enfrentar os grandes ataques dos inimigos interno e externo.

Num país como Angola, a defesa deve ser encarada de um ponto de vista diferente, sendo fundamental a confiança da população nas suas forças armadas. Qual é a relação entre os militares e o povo angolano?

— Durante a guerra de libertação, foi graças à ativa participação da população, ao seu engajamento e sua organização, que as forças da guerrilha conseguiram derrubar o colonialismo português.

Nessa segunda guerra, a população também está organizada, não só dentro da estrutura das forças armadas mas principalmente nas organizações de base do partido: nas fábricas, no campo, em toda parte. A população, devidamente organizada, soube levar avante a luta contra os fantoches da Unita e contra os sul-africanos.

Foram criadas algumas estruturas especiais?

— Criamos a Defesa Popular, que se organiza

quase da mesma forma que um exército, embora sejam forças paramilitares. Elas operam principalmente na defesa das áreas habitacionais, nas suas aldeias e nos seus *kimbos*.

Depois de todos esses anos, decidimos organizar a Defesa Popular, que agora é constituída por tropas territoriais. Essas

tropas estão sendo organizadas em pelotões, companhias e batalhões, que se ocupam da defesa de determinadas regiões e setores da economia, ou mesmo na defesa física da população que habita áreas onde as forças armadas não podem estar presentes.

Isso quer dizer que fomos concebendo novas formas de organização da população, para que esta possa se defender. Mesmo assim, vivemos situações difíceis. Nosso povo continua sendo vítima dos massacres e assassinatos praticados pelos mercenários da Unita.

A adesão à Defesa Popular é voluntária?

— Claro que sim. Em Angola existe uma lei de serviço militar obrigatório para todos os jovens com mais de 18 anos. A população adulta e os jovens menores de 18 anos aderem de forma voluntária a essas organizações, para poderem se defender.

As mulheres também podem participar?

— Em todas as unidades da Defesa Popular há mulheres armadas, que participam da luta em pé de igualdade com os homens.

A mulher também teve uma participação de destaque na luta de libertação e na guerrilha. Ela agora está incorporada às forças armadas regulares? Existem destacamentos femininos?

— Nossas forças armadas contam com mu-

terceiro mundo — 83

Especial

lheres destacadas para missões especiais, onde desempenham certas funções. Não há muita diferença entre as tarefas dos homens e as das mulheres.

A presença cubana

Durante a primeira invasão sul-africana, Angola pediu o apoio das forças armadas de países amigos, especialmente de Cuba. Essa presença tem sido, no entanto, um dos argumentos mais utilizados pelos países agressores para justificar a continuidade

"A mudança do quadro militar no sul vai depender em parte do progresso da batalha que travamos contra os bandos mercenários da Unita e contra os agressores sul-africanos"



B. Bisio



Prensa Latina

dos atos de sabotagem. Como vê esse problema?

— Sempre fomos muito claros a respeito dessa questão. Em todas as ocasiões, nosso comandante-em-chefe, que é o presidente do partido e da República, explicou o sentido da presença desses nossos amigos em Angola.

Foi por causa da invasão, no período da independência, que pedimos o apoio do povo cubano para enfrentar as tropas sul-africanas. Existem acordos entre os governos de Cuba e

84 — terceiro mundo

de Angola. Nossos inimigos nunca reconheceram esse fato e utilizaram o argumento para continuar com a agressão.

No entanto, está claro que enquanto persistir a agressão sul-africana, os nossos amigos continuarão a nos ajudar a resistir. Ninguém tem o direito de se intrometer nos assuntos internos do nosso Estado. A retirada das tropas cubanas é uma decisão que cabe aos governos de Havana e de Luanda.

O mesmo argumento foi usado para adiar a independência da Namíbia.

— No caso das discussões sobre a Namíbia, depois de definida a Resolução 435 das Nações Unidas, os Estados Unidos usaram o argumento da retirada das tropas cubanas de Angola como única forma de garantir a concretização da independência. Eles, porém, não mencionam o fato de Angola ter parte do seu território ocupada por tropas racistas sul-africanas e de que as agressões contra nosso país continuam. Também não falam do apoio ininterrupto que oferecem aos bandos da Unita.

É por isso que os argumentos sobre a necessidade da retirada das tropas cubanas não têm sentido.

Acaba de dizer que parte do território angolano está ocupado militarmente pela África do Sul. Acredita que essa situação poderá mudar a curto prazo?

— A alteração desse quadro vai depender muito das intenções do inimigo que nos ataca. Nós pensamos que enquanto o regime do *apartheid* se mantiver na África do Sul e enquanto a Namíbia continuar ocupada pelas tropas racistas, as agressões contra nosso país, contra Mo-

Coronel Pedalé

B. Bissio

☐ “Não me peça que lhe conte a história da minha vida, poderia enganar-me, cometer erros de avaliação, e nós não temos o costume de falar sobre nós próprios”. O ministro da Defesa, que se define como “angolano, antes de mais nada, da província de Cabinda”, de fato não dá detalhes sobre a sua história pessoal, que em grande parte está ligada ao próprio MPLA. Reconhece, no entanto, que “se na minha idade ocupo as funções que ocupo, isso se deve a uma necessidade histórica. O mesmo acontece com muitos outros jovens deste país”.

A maior parte do comando do MPLA é da mesma geração, “uma geração destinada a levar avante a luta de libertação nacional”, na opinião do coronel “Pedalé”. “O meu caso não é muito diferente do de tantos outros combatentes, muitos dos



“Pedalé”: “A história julgará nossos passos”

quais hoje são heróis nacionais, uns caíram na luta, outros são verdadeiramente heróis vivos. Sempre procuramos colocar todo o nosso saber e o melhor do nosso esforço, enfrentando qualquer sacrifício, a serviço da pátria. Foi assim que chegamos onde estamos hoje. A história dirá o que fomos ou o que seremos; julgará o comportamento de cada um de nós ao longo dessa caminhada”.

çambique ou contra as demais nações da região dificilmente poderão acabar.

Uma modificação desse panorama dependerá muito das derrotas dos racistas, como tem acontecido no seu próprio país, para a luta popular, e do progresso da batalha que travamos no interior de Angola contra os bandos mercenários da Unita e contra os agressores sul-africanos.

O papel da força aérea

Levando-se em consideração o tamanho do território angolano e sua baixa densidade populacional no sul, parece certo pensar que a defesa exige o apoio de uma força aérea. Angola avançou na organização da sua aviação?

– Nossas forças armadas regulares têm várias ramificações: o exército, a marinha e a força aérea. Em todas as guerras, a força aérea é necessária para apoiar as forças terrestres. Nós

desenvolvemos um trabalho contínuo de organização da força aérea, de formação de pilotos e técnicos, porque esse é um dos setores mais complexos, que exige uma tecnologia muito adiantada.

A formação de um piloto ou de um engenheiro leva tempo. No curto período em que existimos como país soberano, podemos dizer que formamos o embrião da nossa força aérea. Esta ainda não teve muita influência nas ações de combate, mas ajudou nessa primeira etapa no abastecimento das unidades militares e no transporte de tropas e equipamentos.

No futuro, a nossa força aérea será poderosa. Estamos sendo agredidos e isso nos obriga a fortalecer-nos. Cabe lembrar aqui uma frase do nosso inesquecível presidente Agostinho Neto: “Angola será um dos países mais fortes do continente africano”.

Quando menciona a formação de quadros, terceiro mundo – 85

Especial

está se referindo ao exterior?

– Formamos quadros da força aérea em países amigos e também em escolas no país.

O Brasil é um dos principais fabricantes de armas do Terceiro Mundo e há atualmente um crescimento significativo das relações comerciais entre ele e Angola. Existem planos ou alguma iniciativa concreta no sentido de adquirir armamento brasileiro para Angola?

– Mantemos relações comerciais com o Brasil há muitos anos. É um dos países do Terceiro Mundo que apresenta maior desenvolvimento, inclusive no campo da Defesa. Apesar disso, não existe nenhuma iniciativa para comprar armamento do Brasil. É uma questão que talvez possa ser analisada num futuro próximo, uma vez que nossas relações estão se consolidando e Angola já tem o antecedente de comprar meios de defesa em países capitalistas. Tudo depende da evolução das nossas relações e das nossas possibilidades financeiras.

Os jovens e a guerra

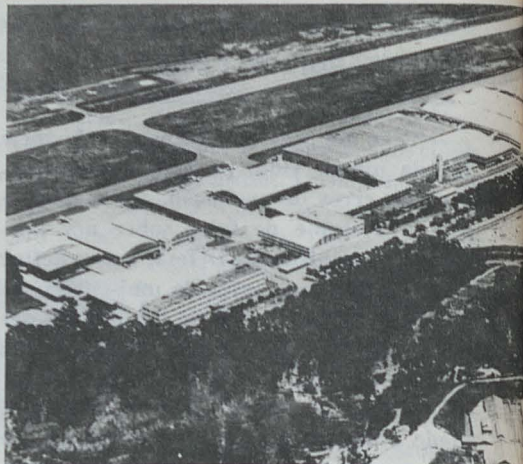
Os jovens de 20 anos estão se integrando atualmente às forças armadas regulares de Angola, da mesma forma como, há 30 anos, jovens dessa idade fundaram o MPLA e começaram



Fábrica de armamento em São José dos Campos

86 – terceiro mundo

Telimprensa



“A luta é diferente, mas a mística é a mesma”

a luta armada contra o colonialismo. O senhor, que participou daquela etapa e hoje continua a conviver com os soldados, vê neles o mesmo idealismo da sua geração?

– Nosso partido envidou grandes esforços no sentido de integrar os jovens. Grande parte do nosso exército é composto por eles. O que se pode ver é que o entusiasmo dos que iniciaram a luta em nada difere do que demonstram os jovens de hoje.

Muitos dos que estão atualmente nas forças armadas pediram o seu alistamento voluntariamente. Isso mostra que, apesar da difícil situação que vivemos, o entusiasmo existe e o trabalho de conscientização do partido tem sido eficaz.

De qualquer maneira, devemos dizer que a participação dos jovens de hoje é diferente da de antigamente. Agora temos um país independente, estamos organizados, temos um exército e somos nós que dirigimos o país. Naquele tempo, tudo era mais difícil: vivíamos no exílio ou nas zonas libertadas e quase não tínhamos apoio.

A luta hoje é diferente, mas a mística é a mesma. Os jovens são o viveiro e o futuro da nossa revolução. Eles estão dispostos a dar continuidade à luta na qual outros jovens caíram e onde se forjaram os nossos heróis.

Beatriz Bissio

O intercâmbio Sul-Sul é imprescindível

O *barter*, a complementação econômica entre os países do Terceiro Mundo e o uso do petróleo como alavanca da industrialização, são analisados pelo ministro do Comércio Exterior, Ismael Martins

O ministro do Comércio Exterior, Ismael Martins, formado nos Estados Unidos e com um perfeito domínio dos segredos do intercâmbio internacional, ocupa uma das pastas-chave de Angola, país que herdou da época colonial uma economia baseada no petróleo e na exploração exaustiva de minérios, particularmente de dia-

mantas. Angola sofre hoje as consequências de um comércio internacional que tem nos Estados Unidos – país que ainda não reconheceu o governo do MPLA nem estabeleceu relações diplomáticas com esse Estado africano – o seu principal parceiro comercial.

Nesta entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, Ismael Martins fala das preocupações do governo de Luanda com a baixa dos preços do petróleo, comenta a experiência do tipo de relacionamento estabelecido entre Angola e o Brasil e afirma que o futuro do Terceiro Mundo estará em função da capacidade dos países do Sul de complementarem suas economias.

Angola é um país que exporta basicamente matérias-primas, principalmente petróleo e diamantes. Há planos para modificar essa situação?

– É verdade que por enquanto Angola exporta produtos brutos – além dos já mencionados, também produtos agrícolas – pois foi essa a realidade que herdamos do colonialismo e uma estrutura não se muda de um dia para o outro. Essa situação ainda se manterá por mais alguns anos. Mas, pouco a pouco, irão aparecer nas nossas exportações produtos manufaturados.

Que produtos seriam esses?

– Produtos da indústria leve, como confecção têxtil, calçados e plásticos. Pretendemos dinamizar a nossa petroquímica e colocar em funcionamento a indústria de adubos químicos. Em breve, estará funcionando a nossa produção de amoníaco e com os fosfatos pretendemos produzir adubos, primeiro para o consumo interno e, se possível, também para exportação.

Qual é o peso do petróleo nas exportações angolanas?

terceiro mundo – 87



Martins: empenhado na exportação de produtos manufaturados

Especial

— O petróleo representa atualmente 80% das nossas receitas. O café e os diamantes, os outros dois principais produtos de exportação, também estão em baixa no mercado internacional.

É curioso que Angola, sendo vítima da agressão sul-africana que conta com o apoio de Washington, tenha como seu principal parceiro comercial os Estados Unidos. Que consequências tem essa situação?

— É uma parte da herança colonial. Trata-se de um fato que só o tempo permitirá alterar. Nossa política pretende o estabelecimento de relações comerciais com todos os países do mundo, independentemente da sua orientação política e ideológica. Pretendemos ter um comércio o mais equilibrado possível e é nesse sentido que estamos trabalhando, na diversificação de nossos parceiros comerciais, seja em relação aos nossos clientes seja em relação aos nossos fornecedores.

Os Estados Unidos são o principal parceiro apenas em termos de compra ou também na venda de produtos industrializados?

— Os Estados Unidos são o principal comprador de petróleo angolano. Cerca de 60% do nosso petróleo vai para os EUA. Isso porque a principal empresa produtora de petróleo é norte-americana, a Gulf, hoje comprada pela Chevron.

Há medidas para diversificar a produção com outros parceiros?

— Estamos começando a desenvolver outros campos petrolíferos com novos parceiros: empresas italianas, francesas, brasileiras, processo que vai continuar e que provocará também uma diversificação dos compradores do óleo cru angolano.

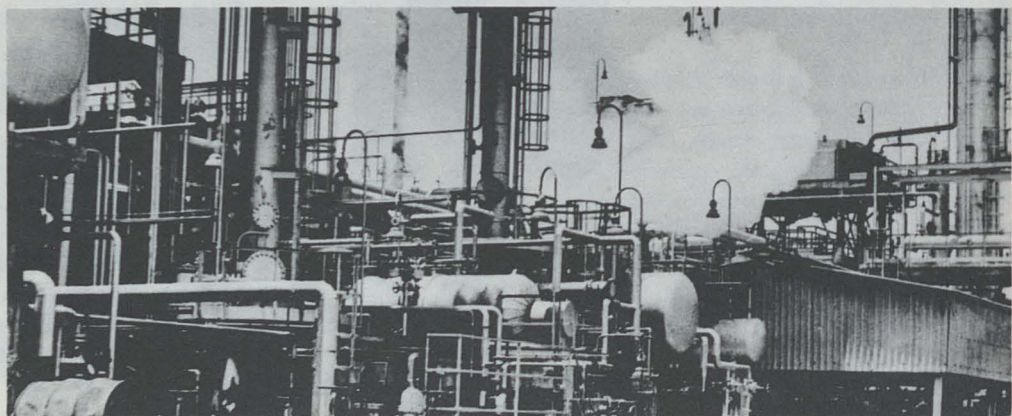
“Relações de respeito mútuo”

Como são as relações com a empresa norte-americana que explora a maior parte do petróleo angolano?

— As relações comerciais devem se basear no respeito mútuo e, naturalmente, nas vantagens mútuas. No caso concreto da Gulf, essa empresa tem respeitado as orientações do nosso governo e, obviamente, tem achado vantajosa a situação comercial existente. As nossas relações comerciais são boas, inclusive com perspectivas de futuro. Contrariando a orientação do governo norte-americano, essas empresas apontam para um reforço das suas relações econômicas com Angola. E mais, independentemente da política da administração Reagan em relação ao nosso governo, há novas empresas norte-americanas que pretendem estabelecer relações econômicas com Angola.

No campo do petróleo?

— Nessa e em outras áreas. Isso acontece



“As companhias norte-americanas que exploram o petróleo angolano respeitam o nosso governo”

porque Angola é um parceiro idôneo, que procura cumprir com suas obrigações e que no seu relacionamento tem orientações claras. Por isso é um parceiro comercial muito procurado.

América Latina ganha peso

Em relação às importações, qual é atualmente o parceiro mais importante de Angola?

— Neste momento é a Comunidade Económica Européia, no seu conjunto, incluindo Portugal e Espanha. A França e a Alemanha Federal são dois dos nossos principais parceiros em termos de fornecimento de produtos químicos. Quanto aos produtos alimentícios vamos diversificando nossas compras. O Brasil vem ganhando um peso crescente nessa área, onde a Argentina e o Uruguai também são nossos fornecedores. No caso argentino, importamos principalmente carne e soja.

Isso significa que com o crescimento do volume de compras feitas ao Brasil e a abertura dos mercados do Uruguai e da Argentina, a América Latina vem se afirmando como um importante parceiro comercial do governo angolano.

A África e o Extremo Oriente (particularmente a Índia e a China) também passaram a ser parceiros comerciais de peso, sendo nossa intenção estreitar ainda mais as relações com essas regiões.

Quais são as principais compras de Angola à Índia e à China?

— Sobretudo alimentos, produtos para a agricultura e medicamentos. Também estão previstos alguns programas de recuperação do nosso parque industrial com técnicos indianos e chineses.

A integração da África Austral

Os países da África Austral têm tentado diminuir a sua dependência econômica em relação à África do Sul por meio da integração econômica regional. A expressão máxima desse esforço é a SADCC (ver cadernos do terceiro mundo nº 93). Qual é o papel de Angola nesse sentido?

— Acabamos de criar, a nível da SADCC, uma nova unidade técnica — a Unidade Técnica de Indústria e Comércio — que tem por objetivo procurar a complementaridade das nossas economias, reorientando os programas industriais

C. Castilho



Foi criada recentemente uma unidade técnica de indústria e comércio

para a produção de mercadorias que sirvam ao intercâmbio entre as nações da região, no contexto da SADCC.

Esse intercâmbio ainda é muito reduzido. Mas é interessante o que tem sido feito nesse sentido. Angola, por exemplo, tem algumas relações comerciais com o Zimbábue, do qual compramos carne. É o nosso principal parceiro comercial africano, fornecendo-nos também insumos e instrumentos agrícolas, além de sementes, ainda que em quantidade muito reduzida. Com a Tanzânia, as nossas relações econômicas são limitadas, trocamos apenas alguns produtos, o mesmo acontecendo em relação a

Especial

Moçambique, Zaire, Congo, São Tomé e Cabo Verde (venda de cimento, um produto que vai assumir uma certa importância no comércio externo interafricano).

Mas, se somarmos tudo isso, o intercâmbio de Angola com os países da região representa apenas 4% das nossas trocas comerciais.

Por causa das comunicações difíceis?

— Principalmente por isso. Este é um dos aspectos-chave a nível da SADCC: comunicações e transportes. Temos que criar canais para que o comércio regional seja viável.

Neste momento, um dos projetos que a região mais prioriza é a recuperação da estrada de ferro de Benguela, como forma de diminuir a dependência em relação à África do Sul¹.

Voltar ao sistema de trocas

Os países do Terceiro Mundo têm procurado ultimamente não depender das moedas fortes nas suas relações comerciais, particularmente do dólar. Entre as alternativas foi posto em prática o sistema de trocas (barter), que vem sendo usado entre Brasil e Angola. Como tem sido essa experiência? É possível ter o barter como modelo para o futuro relacionamento comercial Sul-Sul?

— Sim, somos da opinião que o estabelecimento de acordos comerciais do tipo *barter* e *draw back* são um passo adiante, um modelo que deve ser levado em conta no futuro.

O importante é que haja, de um lado e do outro, uma contrapartida. Isso existe no caso de Angola e Brasil, onde o sistema é viável porque temos produtos para serem usados na troca. Angola exporta petróleo para o Brasil — que é um grande consumidor mundial — e o Brasil tem condições de oferecer a Angola produtos de sua agricultura e pecuária, altamente desenvolvidas, como é o caso da soja e da carne. Mas nós somos da opinião de que o mais importante que o Brasil tem para oferecer a Angola é a sua tecnologia. No futuro, esse será o aspecto dominante das nossas relações comerciais. Nós pre-

90 — terceiro mundo

tendemos receber tecnologia do Brasil como uma contribuição para a diversificação das nossas exportações. Passaríamos, assim, a exportar para o próprio Brasil produtos resultantes de uma certa transformação, como por exemplo, a petroquímica.

Um exemplo dessa transferência de tecnologia poderia ser a construção da barragem de Capanda com apoio brasileiro?

— Aí o processo é um pouco mais complicado, pois são três os parceiros². Capanda é um exemplo concreto de transferência de tecnologia. Angola vai construir uma grande barragem que terá uma enorme importância. Primeiro, porque vai aumentar a nossa disponibilidade energética para a grande industrialização do país. No setor mineiro, por exemplo, não se pode fazer nada sem energia. As nossas reservas de ferro, manganês e até de urânio, das regiões de Cuanza Norte e Malange, vão ser exploradas com a energia que vamos obter de Capanda. O nosso setor industrial vai consumir cada vez mais energia. Entre outros projetos, já temos o da expansão da nossa indústria siderúrgica, projeto que também só será viável com a energia de Capanda. Da mesma forma, a ampliação da estrada de ferro só será possível com a expansão da eletrificação de nossas linhas.

Tudo indica que o sistema de trocas tem futuro. No entanto, há um detalhe: Angola exporta petróleo, um produto que tem sofrido uma queda vertiginosa dos seus preços, que além disso são oscilantes. Como é estabelecido o valor do montante a ser pago pelo Brasil por esse petróleo?

— Por enquanto o preço não é fixo. Aplicamos o preço do mercado. É claro que isso tem as suas desvantagens. Primeiro, cria instabilidade nas relações comerciais, instabilidade essa que se reflete numa certa tendência a diminuir o fornecimento de um produto cujo preço está em baixa.

Isso significa que o mecanismo terá que ser mais afinado através de acordos que permitam fixar preços com uma certa estabilidade durante

um determinado período de tempo. A aplicação de fórmulas adequadas está em estudo entre nós e o Brasil, assim como entre Angola e os demais parceiros comerciais.

Como esses mecanismos ainda não estão definidos, Angola tem perdido ao ter que vender a preços de mercado. Isso significa que hoje temos que exportar praticamente o dobro de petróleo para obter a mesma quantidade de outros produtos.

Esse é mais um argumento para utilizarmos o petróleo como alavanca do desenvolvimento dos demais setores da nossa economia – particularmente dos setores mineiro e agrícola – e não queimá-lo como matéria-prima.

Os reflexos da queda do petróleo

A queda dos preços do petróleo tem custado a Angola, segundo dados divulgados recentemente, uma redução de 50% nas suas receitas.

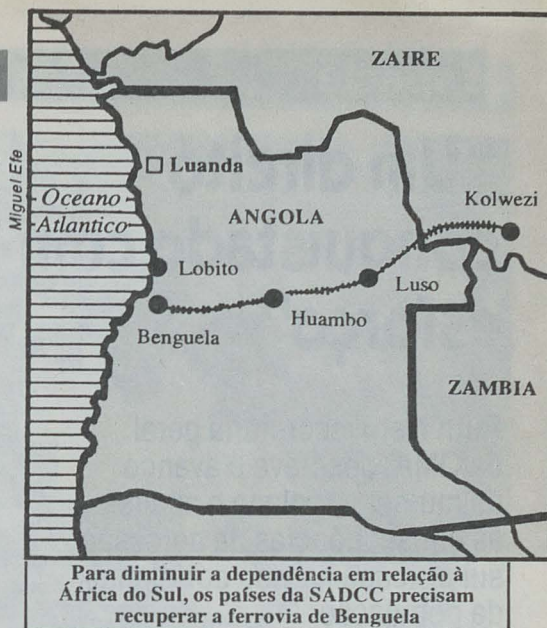
Que projetos têm sido adiados?

– Já tivemos que adiar vários projetos. No entanto, há alguns que, naturalmente, não podem ser adiados, como é o caso da barragem de Capanda. Os que no momento tiveram que ser deixados de lado só serão realizados se a sua rentabilidade for devidamente comprovada. Nosso processo de recuperação econômica será levado avante, mas os resultados que esperávamos alcançar já no primeiro ou no segundo ano, só serão obtidos mais tarde.

Temos falado concretamente do intercâmbio Sul-Sul, isto é, entre países subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo, na forma de barter. O que Angola espera do comércio Sul-Sul?

– O intercâmbio Sul-Sul não é apenas uma necessidade, ele se transformou num instrumento absolutamente indispensável para que possamos sair do subdesenvolvimento. No Sul, temos economias com diferentes graus de desenvolvimento relativo – umas mais desenvolvidas que outras –, mas que se complementam.

Ao fortalecermos o intercâmbio entre nós, poderemos dar mais força às nossas reivindica-



ções em relação ao Norte. Um dos temas principais das discussões com os países do Norte refere-se à inclusão dos serviços no Gatt. Ora, quem oferece serviços é o Norte, o Sul os compra. Por isso foi tão importante a posição defendida pelo Brasil e a Índia na recente reunião do Gatt no Uruguai.

Melhorando a situação das nossas economias através da integração Sul-Sul, poderemos negociar com o Norte numa posição mais forte para viabilizar o nosso arranque econômico, negociar em melhores condições o serviço da dívida, para tudo que esteja relacionado com despesas ligadas a *royalties* e patentes.

Devemos usar a complementaridade que existe de fato entre nós. Há países cujas tecnologias são perfeitamente adaptáveis às condições existentes na maioria dos países do Sul. É o caso, mais uma vez, da Índia e do Brasil.

Por isso o diálogo Sul-Sul não só é possível como indispensável. (B.B.) ●

¹ A estrada de ferro de Benguela, que atravessa o território angolano até o Zaire, poderá servir ao comércio regional transportando, não só a produção angolana, como também a da Zâmbia e a do Zaire. Essa ferrovia tem sido um dos principais alvos dos ataques da Unita.

² Na barragem de Capanda, o Brasil entra com os serviços e supervisão técnica, sendo soviética a tecnologia.

“Um direito conquistado com esforço”

Ruth Neto, secretária geral da OMA, descreve o avanço da mulher angolana e analisa as consequências da agressão sul-africana na vida cotidiana da população

Quando, no congresso do MPLA de dezembro do ano passado, sete mulheres foram eleitas para integrar o Comitê Central (e uma delas, Maria Mambo Café, também foi escolhida como membro suplente do Birô Político), consolidava-se, com uma votação na instância de poder mais importante de Angola – o Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho – um fato que se constata na vida cotidiana: o avanço do papel da mulher.

Uma dessas sete dirigentes, todas elas com uma longa história, primeiro na luta de libertação nacional e, depois, na batalha pela reconstrução do país, é Ruth Neto, irmã do falecido presidente Agostinho Neto. Secretária geral da Organização da Mulher Angolana (OMA), Ruth Neto desempenhou um papel fundamental liderando os esforços para mobilizar, através dessa organização de massas, a mulher do campo e da cidade no sentido do seu desenvolvimento como ser humano (na alfabetização, por exemplo), de sua integração à vida política e, por força das circunstâncias, à resistência ativa contra a agressão militar sul-africana.

Nessa trincheira, tal como já tinha acontecido na luta armada contra o colonialismo português, Ruth Neto demonstrou sua sensibilidade,

92 – terceiro mundo

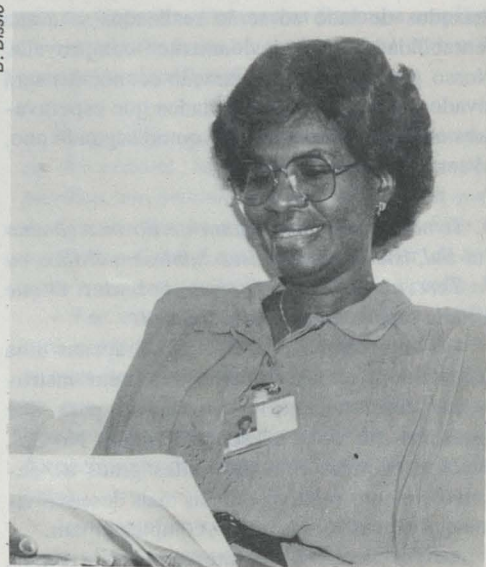
um dos aspectos mais reconhecidos de sua personalidade. Assim, a tarefa de integração e promoção da mulher não foi realizada, na OMA, de maneira a forçar a superação acelerada das tradições culturais do país, e sim por meio da adaptação às novas circunstâncias históricas. É o que acontece, por exemplo, com relação à poligamia que, embora seja entendida como uma herança do passado que gradualmente deve ser superada, não é combatida de forma radical pela OMA para não afastar as mulheres, em particular as das zonas rurais, que ainda a vêem como a forma natural de relacionamento entre homem e mulher.

Sobre esse e outros aspectos do trabalho da OMA, cadernos do terceiro mundo conversou com Ruth Neto.

O papel da OMA

“O papel da nossa organização é mobilizar as mulheres para que estejam conscientes da sua função, para que se sintam parte integrante de nossa sociedade com igualdade de direitos e participem da reconstrução do nosso país.

“Trabalhamos com mulheres de todas as



Ruth Neto: “informar sobre as causas da guerra”



“Temos muitas limitações materiais para ajudar os flagelados de guerra”

camadas sociais. Nas 18 províncias de Angola existem estruturas da OMA, inclusive a nível dos bairros. Mas como a maioria da população vive em áreas rurais, dedicamos especial atenção a essas mulheres, porque além disso elas trabalham duramente e suas condições de vida ainda não são as que desejamos para o nosso povo.

“No interior, já realizamos campanhas de alfabetização, vacinação, higiene, além de trabalharmos também com as crianças.”

A mulher e a guerra

“A primeira coisa que a OMA deve fazer é informar as mulheres e a população em geral sobre as causas da guerra. Nosso povo deve saber o porquê de uma guerra depois que alcançamos a independência. Hoje a situação está tão clara que se pode dizer que todo o nosso povo sabe que a guerra é promovida por interesses estrangeiros, interesses do imperialismo, que tenta destruir nosso país, nossa economia e, fundamentalmente, o modelo político e econômico que escolhemos.

“Nossa população sabe que se tivéssemos escolhido outro caminho, que atendessemos aos interesses dos que hoje são nossos agressores, não estaríamos vivendo essa situação. Pode-se falar com qualquer pessoa e confirmar o que digo: hoje existe uma consciência clara sobre esse aspecto.

“Nosso trabalho, logicamente, não se limita a informar. Trabalhamos diretamente com as mulheres vítimas da guerra, das agressões sul-africanas, dos ataques da Unita, dentro das possibilidades de uma organização de massas como a nossa. Arrecadamos e distribuímos víveres, roupas e medicamentos. Temos muitas limitações materiais para ajudar os atingidos pela guerra, mas nosso apoio é importante do ponto de vista moral e espiritual.”

Os órfãos de guerra

“A guerra deixou-nos um grande número de crianças órfãs, que precisam do carinho de uma família, de uma companhia. Nós fomentamos o processo de adoção e também incentivamos as

Especial

instituições ao cuidado dessas crianças, para que sejam tratadas da melhor maneira possível.

"Contudo enfrentamos ainda muitos problemas por causa da guerra: não contamos com o número necessário de instituições que possam receber órfãos, nem é fácil o processo de adoção porque, em geral, as famílias ainda não têm condições de arcar com mais essa responsabilidade. É muito grande o número de mulheres trabalhadoras que não conseguem solucionar os problemas básicos nem mesmo para seus próprios filhos. As creches são poucas e insuficientes."

Planejamento familiar e mães adolescentes

"Em Angola, protege-se a mãe solteira,



As crianças são submetidas a um controle médico periódico

que recebe todo o apoio, porque perante a lei não há filhos legítimos ou ilegítimos, todos são iguais.

"Em relação ao planejamento familiar, não o fazemos com a filosofia com que é encarado na Europa, por exemplo, onde alguns casais só querem ter um filho e usam pílulas anticoncepcionais durante longo tempo.

"Discutimos muito esse problema no 1º Congresso da OMA, em 1983. Nosso ponto de vista é que não se deve fazer em Angola um planejamento familiar para limitar o número de

filhos mas para que eles nasçam em condições adequadas, para que tenhamos crianças saudáveis: planejar para ter mais e melhores filhos.

"É uma questão que exige tempo e muitas explicações, uma verdadeira campanha. Em Luanda, por exemplo, temos uma maternidade onde se pode encontrar a pílula, que ainda não está generalizada. Mas só a doamos mediante a realização de um exame médico completo. Fazemos conferências, palestras, filmes, além de existirem pessoas especializadas que explicam às mulheres o que se pretende com o planejamento familiar."

Partos na maternidade

"Preferimos que os partos sejam feitos nas maternidades, sob controle médico. Mas no nosso caso isso ainda é difícil porque os hospitais não são suficientes. Por essa razão, recorremos às parteiras tradicionais, através de cursos (higiene, noções básicas de anatomia etc.) para adaptar seus conhecimentos práticos à teoria e à formação técnica.

"Muitas parteiras tradicionais já frequentaram os cursos e são elas que agora prestam assistência a partos em zonas distantes onde a mãe não tem condições de ser transferida

para um hospital, ou nos bairros onde não há maternidades. Nesses casos, a orientação é de que a criança deve, posteriormente, ser submetida a um controle médico periódico.

"Temos um convênio com o Ministério da Saúde e em todos esses campos trabalhamos em conjunto, a Organização da Mulher Angolana e as estruturas estatais de saúde."

A mulher e o trabalho

"Como organização, incentivamos a mulher

A convivência com Agostinho Neto

☐ Ruth Neto é a penúltima filha de uma família de muitos irmãos, como é comum no interior de Angola. Uma família que deu ao país o seu líder máximo, o pai da pátria: Agostinho Neto. Quando lhe perguntamos como foi a sua convivência com ele, Ruth diz que os 14 anos de dife-

rença de idade que os separavam impediram um contato mais estreito.

“Quando ele começou a estudar e a se afirmar como líder, eu ainda era pequena”, lembra. “Partiu e nos anos em que ele esteve longe, não pudemos compartilhar nada. Quando voltou, já convivi com ele como líder, como dirigente. A lembrança mais antiga que tenho do presidente é sua imagem de adolescente, carregando seus livros. Às vezes tinha algum tempo livre para brincar comigo.”

a trabalhar fora de casa para que se sinta útil, para que possa dar sua contribuição à reconstrução do país e para que não seja economicamente dependente do homem.”

A poligamia

“É um problema que tem sido discutido mas que ainda não está resolvido. Trata-se de uma questão estrutural, que faz parte de nossas tradições. Os jovens já vêem o problema de outra forma, têm outro nível de educação e podem analisar a questão de um ponto de vista diferente dos velhos ou da população das áreas rurais, que vêem na poligamia um ritual a ser cumprido.

“Nós, mulheres das cidades, pensamos que a poligamia não deve existir. Mas nas áreas rurais a poligamia tem raízes econômicas. Agora já não tanto, mas antes o poder de um homem era medido pelo número de mulheres que ele tinha. Eram elas que cultivavam a terra e desenvolviam a economia agrária.

“Acreditamos que se trata de uma questão que irá sendo superada aos poucos, de acordo com a evolução da consciência da mulher. É ela que deve compreender qual o seu papel e recusar a possibilidade de ficar ligada a um homem que já tem outras esposas. É a mulher que deve decidir o rumo que quer dar à sua vida. Na nossa Constituição, nada consta sobre esse assunto.”

Christine Pinheiro



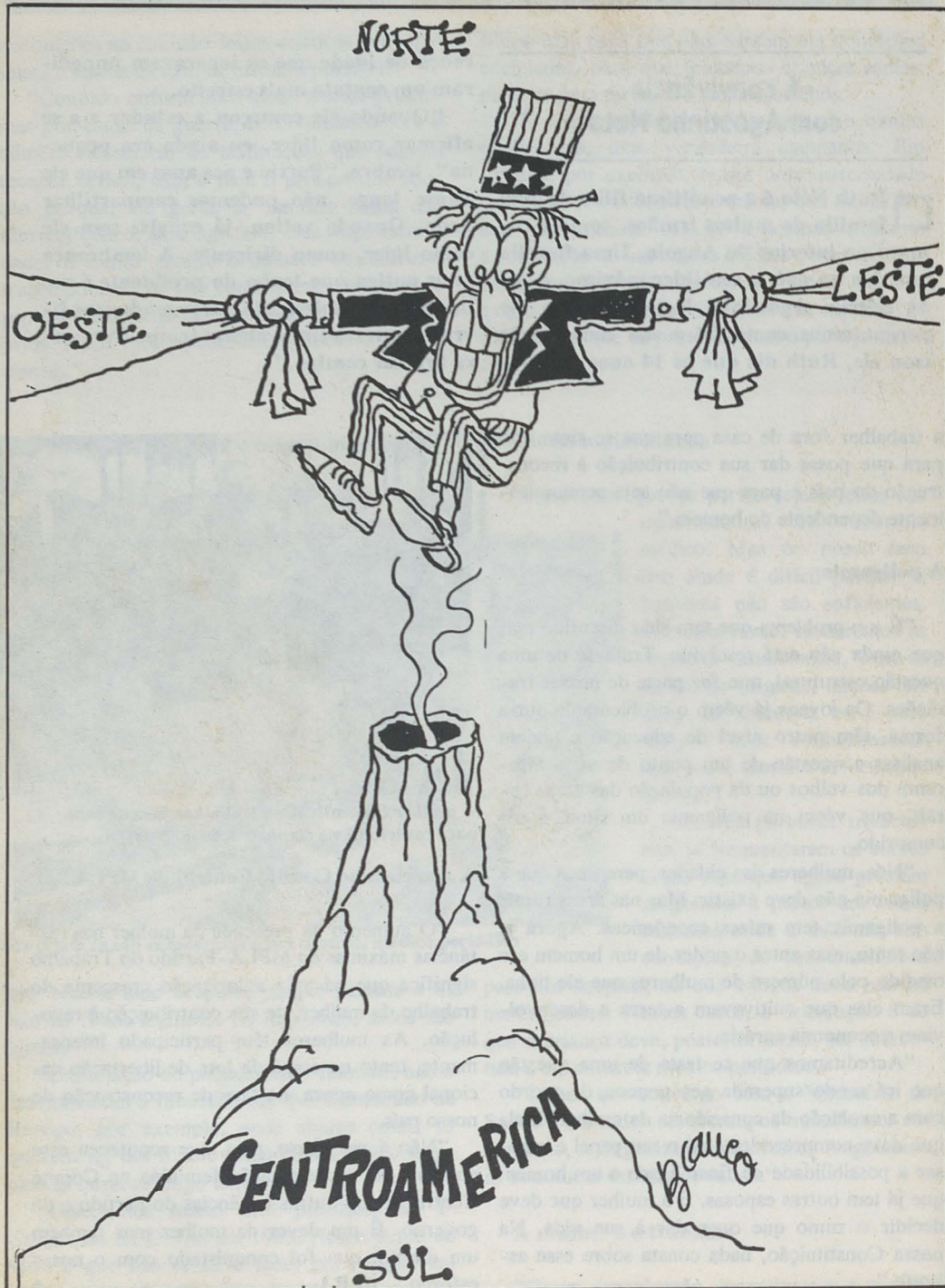
A mulher é incentivada a trabalhar fora de casa para contribuir na reconstrução do país

A presença no Comitê Central do MPLA

“O aumento da presença da mulher nas instâncias máximas do MPLA-Partido do Trabalho significa que há uma valorização crescente do trabalho da mulher, de sua contribuição à revolução. As mulheres têm participado intensamente, tanto na etapa da luta de libertação nacional como agora, na fase de reconstrução do nosso país.

“Não é por acaso, pois, que aconteceu esse aumento da representação feminina no Comitê Central ou em outras instâncias do partido e do governo. É um dever da mulher mas também um direito, que foi conquistado com o nosso esforço.” (B.B.)

Humor



Francisco Blanco Avila (BLANCO)



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

A LIBERTAÇÃO
E A PROSPERIDADE
DAS NAÇÕES EMERGENTES
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO

O LAR DAS
CORRES



Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos
Colônia de Férias / CEP - 85 - Apoio: Banerj

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

APOIANDO A UNIÃO
FRATERNAL DOS POVOS